

PUBLICAÇÃO MENSAL • ANO XV • Cr\$ 42.000,00

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

EXCLUSIVO
LINHA VERMELHA

158

CLINTON

OS DESAFIOS DE UMA SUPERPOTÊNCIA EM DECLÍNIO

COLÔMBIA:
UMA GUERRA
SEM VENCEDORES

TUAREGUES:
O POVO DO
DESERTO

DANIELA PEREZ: O PAÍS REAGE À VIOLÊNCIA



Administração Sul do Banco Mercantil, em São Paulo

IMPLANTAR. QUALIFICAR. EVOLUIR.

Acompanhando as tendências do mercado. Perseguindo qualidade e produtividade. É assim que o Mercantil tem conquistado seu crescimento. Fundado em 1970, o banco expandiu-se numa rede supra-regional, implantando agências nos principais centros financeiros do país. Uma prova de trabalho bem estruturado. Uma evolução direcionada pelo claro objetivo de situá-lo, solidamente, entre as mais importantes instituições financeiras do país.

Ocupar espaços.
Consolidar parcerias.
perseguir qualidade e
produtividade.
Evoluir. Solidamente.
Conquistar novos mercados.
Valorizar, mais que tudo, o cliente.
Ser um banco contemporâneo.

MERCANTIL 

Banco Mercantil S.A.

O Banco que dá valor a você.

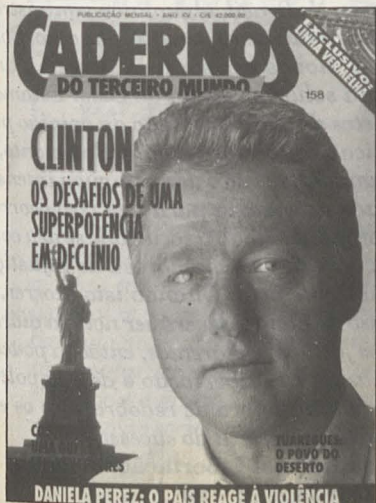
Administração - Sul:
Alameda Santos, 880 - Jardim Paulista, CEP 01418, São Paulo, SP
Tel. (011) 289.4666 - Fax (011) 289.4007 - Telex (11) 33708

Administração - Sede:
Rua do Imperador D. Pedro II, 307, Santo Antônio, CEP 50.010, Recife, PE
Tel. (081) 224.3466 - Fax (081) 424.1069 - Telex (81) 2424/8801

CAPA:

**Estados Unidos,
um país em
transição**

Com o governo do democrata Bill Clinton uma nova etapa se inaugura na vida dos Estados Unidos, superpotência que começou a sentir os sintomas de sua decadência. Clinton chega ao poder com o apoio de grupos sociais que têm sido marginalizados na sociedade norte-americana e que agora aumentam, inclusive, sua presença no Congresso



SUMÁRIO

2 CARTAS

SAÚDE

4 Aids, retrato de uma epidemia

ALIMENTAÇÃO

8 Desnutrição achata o Nordeste pobre

TRANSPORTE

10 Linha Vermelha: Rio-Buenos Aires

MATÉRIA DE CAPA

16 Estados Unidos: Um país em transição

SUPLEMENTO

COMPORTAMENTO

2 A violência em debate

4 Contra a impunidade

HISTÓRIA

7 Tiradentes e a Inconfidência Mineira

EDUCAÇÃO

9 Em pauta, a escola pública

10 Um direito de todos?

AGRICULTURA

11 A nova Revolução Verde

INFÂNCIA

12 Adultos por necessidade

13 PANORAMA

INTERNACIONAL



Com a segunda etapa da Linha Vermelha, o Rio estará de portas abertas para a integração latino-americana

10

AMÉRICA LATINA

23 Colômbia: Ninguém ganhará esta guerra

26 Venezuela: Expondo o país ao pior

28 Chile: A democracia é o limite

ÁFRICA

31 Zâmbia: Uma sucessão de fracassos

32 Saara: Tuaregues, os senhores do deserto

35 Gana: Os números não se comem



O último ataque das potências ocidentais ao Iraque levanta críticas até de inimigos tradicionais de Bagdá, como o Irã, mostrando o difuso leque de fidelidades e identidades que existe no Oriente Médio

36

ORIENTE MÉDIO

36 Iraque: Uma mistura volátil

39 A decadência do nacionalismo árabe

ÁSIA

40 O desafio de produzir mais arroz

41 O novo eldorado

COMUNICAÇÃO

42 África: Ruído na linha

43 Novas perspectivas para a Pana

PÁGINA ABERTA

44 A democracia não floresce na miséria

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação com informação e análise
das realidades e aspirações dos
países emergentes

DIRETOR: Neiva Moreira
DIRETOR ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITORA: Beatriz Bissio
SUBEDITORES: Claudia Guimarães, Elias Fajardo. **CONSULTORES ESPECIAIS:** Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease García (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavía (Chile)
REDAÇÃO: Aldo Gamboa, Carlos Lopes (Brasil), Roberto Bordini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)
SUCURSAIS: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazônia), Antônio de Pádua Gurgel (Vitória), Angela Carrato (Belo Horizonte).
REVISÃO: Cléia M. Soares e Valdenir Peixoto.
DEPTO. DE ARTE: Nazareno N. de Souza (editor e capa), Sílvia H. Pompeu, Zaney da Silva, João C. Monteiro. **FOTOS:** France Press, André Louzeiro, Marcus Sanches. **Foto de Capa:** Lena Trindade
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Jessie Jane V. de Sousa (diretora), Juliana Iooty, Alba Caldas, Sílvia Arruda, Mônica Pérez e Marcelo Knupp
EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: Macário Costa (chefia), Andréa Corrêa, Kátia Prado e Paulo Henrique
ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes.
PUBLICIDADE E MARKETING: Antonio Carlos Napoleão

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes - Rua da Glória, 122 1º andar
CEP 20241 - Rio de Janeiro - Brasil
☎ (021) 252-7440/232-3372/232-1759/222-1370

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:
ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas: *Africa News* (Estados Unidos), *Tempo* (Moçambique), *Altercom* (Ité-México-Chile), *Third World Network* (Malásia), *Israel and Palestine Political Report* (Paris) e *Against the Current* (EUA)
Fotos: Agence France Press (AFP)

SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro
10/1º andar. Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650.
Telex: 42720 CTM-TE-P

Uma publicação da Editora Terceiro Mundo:

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106
20241-180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
☎ (021) 242-1957/222-1370 - Redação
☎ 232-1759 / 232-3372 - Administração
☎ (021) 507-2203 - Publicidade e Marketing
Fax: 55 21 252-8455 - Telex: (021) 33054 CTMB-BR
Correio Eletrônico - Geonet: Terceiro-Mundo
Alternex: Caderno

cartas

Trincheira jornalística

Desde que tive acesso ao primeiro exemplar desta revista, venho acumulando todos os fatos, todas as dores e felicidades que sedimentam nos corações adormecidos de hoje o calor de um sangue fresco e limpo. Sangue que transpõe os vasos de todos nós e traz em si as marcas de outros corpos, violentados e sangrados pela estupidez que ainda nos assola.

E para a tarefa de estanque do sangue que ainda derramamos contribui a revista *cadernos do terceiro mundo* - nossa trincheira, nosso espaço.

Juliano de Paula Fonseca
Niterói - RJ

Privatização

Antes de copiarmos qualquer norma seguida por outras nações, em particular no que concerne às privatizações de nossas empresas estatais, o que devemos levar em conta, prioritariamente, é o próprio interesse nacional. Devemos reconhecer que somos useiros e vezeiros na velha mania de imitar ou enaltecer tudo o que ocorre lá fora. Porém, se vale a pena socorrer-nos da experiência alheia, se "a mania de imitar o estrangeiro não foi erradicada", como dizia Silvio Romero, deve-se acionar o "reduzidor sociológico", referido por Guerreiro Ramos, para que o produto absorvido passe por uma plena adaptação às nossas peculiares condições.

Por isso, temos que encarar a questão da privatização, e não seguir cegamente o modelo X ou Y observado em outro país.

Está muito em moda o exemplo do México como o que melhor convém ao nosso interesse. Efetivamente, são três os pontos positivos no processo de privatização: a intocabilidade dos setores estratégicos, como o petróleo (um monopólio constitucional); o programa que vem sendo conduzido sem açodamento; e o ponto que exige pagamento total da venda em dinheiro vivo. Porém, o custo social tem sido grande, com um desemprego quase em massa e uma concentração de capital em apenas uma dúzia de empresas ligadas aos interesses estrangeiros.

Na França, o domínio estatal é preservado, com a venda de, no máximo, 49,9% das ações com direito a voto. En-

quanto isso, as nações latino-americanas estão enveredando por um processo de privatização alheio ao interesse nacional. A Argentina, por exemplo, já começou a se desfazer até da Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), que explorava o seu petróleo há 50 anos.

Há empresas privatizáveis e não-privatizáveis, as que já fazem parte do patrimônio do povo. Neste caso estão a Petrobrás e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), frutos que são do nosso "sangue, suor e lágrimas".

João Evangelista M. da Rocha
Rio de Janeiro - RJ

De Lâmia

Traduzi algumas matérias de *cadernos do terceiro mundo*, que foram publicadas no seminário palestino Al Buyader Assiyassi, observando que foram retirados de *cadernos*. A maioria dos palestinos, aqui em Jerusalém e no exterior, lê Al Buyader Assiyassi, a revista mais importante em termos de circulação, popularidade, análise dos fatos e credibilidade. O editor dela é Jack Khismo, palestino de Jerusalém.

Lâmia Maruf Hasan

P. O. Box 07 / Hasharon Prision
Even Iyehudad
Jerusalém - Israel

Para Lâmia

A campanha pela libertação de Lâmia Maruf Hasan prossegue em todo o país e no exterior, envolvendo cada vez mais setores da sociedade. O governo de Israel declara-se disposto a discutir a questão do povo e dos prisioneiros palestinos. No Brasil, alguns novos ministros são sabidamente sensíveis ao caso. Com isso, novas esperanças surgem para uma solução rápida do caso. Estamos certos de que é a pressão da opinião pública que libertará Lâmia. Entretanto, a campanha ainda não atingiu a intensidade necessária para que isso ocorra, porque nem toda a sociedade se deu conta da situação clamorosa de injustiça dessa história. Quando isto ocorrer, o caso de Lâmia deverá ser notícia diária nos jornais. Estaremos, então, a poucos dias de sua libertação e de sua volta. Portanto, é hora de redobarmos os esforços na certeza do sucesso.

Comitê pela Libertação de Lâmia
Rio de Janeiro - RJ

Ensinaamentos importantes

Espero que não se sintam ofendidos porque lhes escrevo para fazer uma crítica. É que me custa muito encontrar a revista em Buenos Aires. Muito poucas livrarias a vendem. Por isso, acabo por não comprá-la com assiduidade. Não sei se é porque não leio todos os números, mas me parece que são muito poucos os artigos publicados sobre a Argentina. Não deve ser porque não nos considerem um país de Terceiro Mundo.

Como se trata de uma publicação com análises diferentes das que estamos habituados a encontrar na grande imprensa, gostaria de reivindicar mais espaço para reflexão sobre a política de Menem e sua equipe econômica. Os outros países latino-americanos poderiam aprender com os erros que o nosso peculiar presidente vem cometendo de forma sistemática.

Eduardo G. Santiesteban
Buenos Aires – Argentina

Independência

Quero expressar todo o respeito e admiração que sinto por esta revista, a cada edição mais comprometida com os problemas dos países em desenvolvimento. Ela representa uma poderosa arma a serviço dos povos subdesenvolvidos. Lamentavelmente, a maior parte dos meios de comunicação que atuam

no Brasil não possui interdependência, o que nos sujeita às notícias que eles quiserem divulgar. O dever de informar cede lugar, hoje, ao tráfico de influência, à corrupção e à eventual distorção de fatos.

Por tudo isso, parabeno toda a equipe pela importante contribuição em prol de um jornalismo sério, imparcial e, acima de tudo, competente.

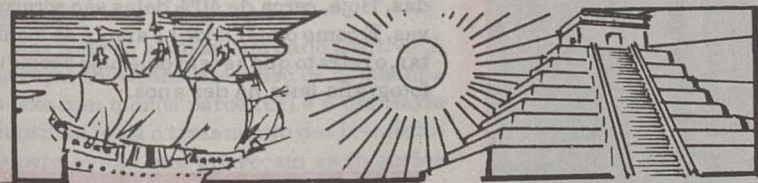
Gilmar S. Oliveira
Petrópolis – RJ

Mercosul

Parabeno toda a equipe editorial pelas matérias e pela atualidade dos temas apresentados. Gostaria, se possível, de receber informações sobre a publicação Revista do Mercosul.

Eugênia Cristina Barza
Recife – PE

A Revista do Mercosul é uma publicação mensal bilíngue (espanhol/português) destinada a informar sobre as possibilidades econômicas oferecidas pelo Mercado Comum do Sul (Mercosul) a pequenos e médios empresários, produtores, artesãos, industriais etc. Pretende também acompanhar o processo de discussão entre os países que tomam parte desse projeto.



Colaboração

É muito importante ter ao nosso alcance uma revista como essa, que nos traz uma visão mais realista sobre a nossa infeliz política, baseada na insistência em sustentar um discurso que pretende justificar toda a gritante desigualdade econômica e social existente em nosso Terceiro Mundo.

Estamos certos de que **cader-nos do terceiro mundo** é um instrumento indispensável à nossa libertação. No intuito de contribuir, encaminhamos um texto sobre a invasão da América.

Marcus Vinícius Figueiras Jr.
Campos dos Goytacazes – RJ

Intercâmbio

• **Carlos Alberto da Silva**
Rua Miguel Medeiros, 26
Centro
59400-000 So Tomé - RN

• **Sady Siená Becerra**
Av. 47, n 5206 / 52 e 54
San Nicolás de Bari
33200 Havana - Cuba

• **Pekin Vaz**
Caixa Postal 182
66017 Belém - PA

• **João Luiz da Silva**
Caixa Postal 20
36976-000 Alto Jequitibá - MG

• **Pedro González Llanes**
Aptdo 2739
10200 Habana 2 - Cuba

• **Maricelys Rodrigues**
Pasaye 30 # 20 entre América
Arias e Moncada
12400 Colón, Matanzas - Cuba

• **Regis A. Faria**
Caixa Postal 103
13360-000 Capivari - SP

• **Elisete do Nascimento**
Rua Boreal 90 - ap.203
Caçara
30750 Belo Horizonte - MG

• **Sônia M. B. Ferreira**
Caixa Postal 31
87480-000 Maria Helena - PR

• **Paulo José Pedro**
Caixa Postal 29
Luanda - Angola

• **Paulo Duarte**
Rua Antonio Pasinato 153
06400 Barueri - SP

• **Marco Antonio Martins**
Caixa Postal 94147
25800 Três Rios - RJ

• **Fausto Evaldo Strassburger**
Rua Parobé s/n
99890 Maximiliano
de Almeida - RS

Aids: retrato de uma epidemia

Elias Fajardo

Em qualquer lugar do mundo, metade das pessoas contaminadas pelo HIV (sigla em inglês do vírus da imunodeficiência humana) desenvolve Aids 11 anos depois. Da outra metade, 30% apresentam manifestações relacionadas com o vírus, mas não têm a doença. E os restantes 20%, ainda que portadores do HIV, têm vida normal. Quanto mais tempo se acompanha os doentes, maior a proporção dos que desenvolvem Aids. Não há, na história humana, registro de infecção em que 100% dos infectados desenvolveram a doença e morreram.

Isto significa que 50% dos infectados pelo vírus não têm Aids? A resposta é difícil de ser dada, segundo o médico Mauro Schechter, com mestrado e doutorado na Universidade de Londres, coordenador de pesquisa e chefe do laboratório de doenças infecciosas e Aids da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

No Curso de Jornalismo Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj), Mauro disse que apostar numa afirmativa como esta é o mesmo que dizer a uma criança para tomar cuidado ao atravessar uma avenida movimentada e não se cuidar ao cruzar uma rua de pouco movimento. Ou seja, os 50% que não desenvolveram a doença ainda podem fazê-lo e, mesmo que isso não viesse a ocorrer, não mudaria muito o quadro dramático desta epidemia que percorre o planeta neste final de século XX.

As próprias características da Aids — para a qual se tem muito mais perguntas do que respostas — e o pânico que ela provoca colocam responsabilidades intensas e iguais tanto para cientistas que pesquisam e cuidam dos doentes quanto para a imprensa. Uma informação exagerada ou minimizada pode causar tantos danos na opinião pública quanto levar a um erro de diagnóstico no doente.

Tão assustadora quanto a doença é a desinformação, num mal em cujo combate a informação é justamente a maior arma. Numa pesquisa entre médicos do Rio, mais de 50% erraram as respostas básicas sobre o assunto.

O principal, em qualquer contexto, é sa-

O Brasil tem hoje 40 mil aidéticos e, dentro de três anos, serão 70 mil. As perspectivas não são boas, mas aumenta o tempo de vida dos doentes, graças à prevenção e aos tratamentos

ber que há uma distância entre a Aids e a presença do vírus no organismo. Aids é o estágio avançado de infecção por HIV, caracterizado pela ocorrência de determinadas infecções oportunistas ou neoplasias (cânceres). Clinicamente, só se pode afirmar que uma pessoa está com Aids se é portadora do vírus HIV e desenvolveu infecções oportunistas. Quem tem vírus e não tem infecções não tem a doença. Um exemplo esclarecedor da área das doenças infecciosas: 80% dos adultos já tiveram contato com o vírus da herpes e o carregam no corpo de forma latente. Mas apenas 20% deste total desenvolvem herpes.

O Brasil tem hoje 40 mil casos de Aids relatados ao Ministério da Saúde e calcula-se que, dentro de três anos, chegarão a 70 mil. Há dez anos, o aidético típico era homossexual, branco e de classe média. Hoje é mulato e pobre. No início, as mulheres quase não eram vítimas. Hoje, o são em larga escala.

Além de mortal, a Aids tem a lógica das epidemias. Uma vez deflagrada não tem volta. E vai ganhando impulso na medida em que avança. É proporcional à promiscuidade de cada um e ao número de pessoas infectadas na comunidade.

Em Nova Dehli, capital da Índia, há três anos poucas prostitutas estavam contaminadas. Hoje, cerca de 40% delas são soropositivas. E como o mal leva 11 anos a se manifestar, o retrato que se tem dele hoje é como uma fotografia feita há dez anos.

Destruição progressiva

O HIV penetra nas células e começa a destruí-las. O linfócito (glóbulo branco) CD+4, ou linfócito *helper*, é o principal agente do sistema imunológico. Um adulto tem de 700 a 1.000 linfócitos *helper* por mm³ de sangue em seu organismo. A presença deles pode diminuir pelos mais variados motivos, entre eles a ação do vírus HIV. Quando chega ao

patamar de 200, a pessoa torna-se suscetível às infecções oportunistas.

Nos dois primeiros anos a partir da infecção pelo vírus HIV, quase ninguém adoece. As estatísticas mostram que até quatro anos depois, 10 a 15% desenvolvem Aids. E de cinco a sete anos após, cerca de 20 a 30% dos infectados apresentam os sintomas.

A Aids igualou o Primeiro ao Terceiro Mundo. O tempo médio de desenvolvimento da doença é igual em qualquer latitude e condição social: 11 anos. Variam, no entanto, os tipos de infecções oportunistas que podem ser adquiridas pelas vítimas do HIV. Nos países do Sul a tuberculose é uma das mais frequentes.

As vias de transmissão

As rotas de transmissão do HIV são três. A primeira é a sexual, nas relações homossexuais entre homens e heterossexuais. A segunda é através do sangue contaminado. Nesses casos, o vírus penetra na corrente sanguínea, (diretamente ou via mucosa) transmitindo a doença. Os adeptos de drogas injetáveis ou endovenosas estão expostos a essa via de contaminação, mas ela pode ocorrer ainda por uma transfusão de sangue ou derivados. A terceira é a chamada transmissão vertical, em que a mãe passa o HIV para o filho antes do parto, no parto ou no aleitamento. (Ver matéria coordenada.)

Não há cura nem vacina (talvez possa existir dentro de cinco anos) e os testes têm valor relativo, na medida em que não detectam o vírus mas a presença de anticorpos no organismo.

Mas pode-se apontar um dado positivo. A prevenção (basicamente o uso de camisinha e o sexo com menos parceiros) e a profilaxia (camisinha mais o tratamento dos já infectados para evitar que apareçam as infecções oportunistas) têm aumentado bastante a margem de vida. Já que a questão central é uma corrida contra o tempo à espera de uma hipotética cura, o aumento da sobrevida pode ser considerado animador, ainda que relativo. Uma pesquisa revelada por Mauro Schechter informa que, no Brasil, em 1988, a metade dos pacientes que desenvolviam a Aids morria em sete meses. Hoje, entre doentes que frequentam um hospital público do Rio, a média de sobrevida ao aparecimento das infecções oportunistas é de 16 meses. Entre os que se tratam em consultório, a sobrevida sobe para 22 meses.

Gravidez dramática

São grandes as possibilidades de contaminação de um bebê pela gestante infectada com o vírus da Aids

Paulo Martins

Uma das principais bandeiras defendidas pelo presidente da Comissão de Aids da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia do Rio de Janeiro, Rogério Rocco, se baseia na importância da conscientização de mulheres portadoras do vírus HIV sobre os riscos de uma gravidez.

Segundo o obstetra, que também é chefe da maternidade do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, os bebês têm 30% de risco de herdar a doença através do vírus que atravessa a placenta (transmissão vertical), ou ainda na fase de pós-parto, pela amamentação. Rocco diz que os recém-nascidos contaminados sobrevivem entre três a quatro anos de idade depois do grande sofrimento que começa na fase perinatal.

Desde setembro de 1992, os bebês nascidos no Hospital Gaffrée e Guinle, filhos de pais portadores do HIV, são submetidos ao único exame disponível no país para detectar com precisão a presença do vírus em seu sangue. Anteriormente, os testes se limitavam a indicar anticorpos, o que não significava a existência do vírus.

André Louzeiro

Mãe aidética no Gaffrée e Guinle: os bebês têm grande risco



"O diagnóstico precoce e preciso com o novo exame do antígeno p-24 e do anticorpo p-24 ICD (Immune Complex Dissociation), do laboratório francês Richet, permite que o bebê comece a ser tratado imediatamente e, como consequência, acaba com a ansiedade dos pais", analisa Rocco, salientando que dois dos seis recém-nascidos examinados até agora foram apontados como portadores do HIV.

O médico, que para administrar a maternidade do hospital conta com pouco mais de Cr\$ 20 milhões mensais, obtidos através de doações, ressalta que 22 bebês nascidos no Gaffrée precisam fazer o exame, do antígeno e do anticorpo, que custa Cr\$ 1,8 milhão por criança. Apesar de não dispor do dinheiro necessário, Rocco garante que a legião de doadores está aumentando.

Ele lembrou também que está sendo lançado no mercado brasileiro o AZT líquido, que poderá prolongar a vida de algumas crianças. Desde que assumiu a presidência da Comissão de Aids da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia, em 1985, Rogério Rocco tem registro da morte de 15 bebês e 23 mulheres — sendo 15 mães de recém-nascidos mortos e oito ainda gestantes.

Uma menina que nasceu prematuramente com seis meses morreu na incubadeira, onde recebia soro e sangue. Rocco explicou que a criança nasceu prematura devido às debilidades de sua mãe (HIV positivo), de 36 anos de idade e pesando apenas 28 quilos.

"As gestantes com Aids são uma situação clínica dramática, porque torna-se praticamente impossível para elas levar a bom termo sua gravidez. Indicamos para esses casos o abortamento terapêutico (legal ou necessário), para poder tratá-las futuramente de forma mais específica", revela.

Rocco esclarece que essa intervenção não vai salvar a vida das mulheres, mas prolongá-la. "Quero frisar ainda", diz, "que a maioria dos medicamentos usados pelos clínicos no tratamento da Aids suscita rejeição pelo feto, que quase em sua totalidade nasce com má-formação. Oferecemos para essas pacientes assintomáticas ou HIV positivas a ligadura tubária como método anticoncepcional", explica.

Mais mulheres atingidas — Segundo Rogério Rocco, mesmo sem pertencer ao chamado grupo de risco, as mulheres estão se tornando as grandes vítimas da Aids. Essa constatação é confirmada por dados divulgados no final do ano passado pelo Ministério da Saúde, que revelou o aumento do número de mulheres atingidas pelo vírus.

Os primeiros números da Aids divulgados no Brasil indicavam a relação de 100 homens infectados pelo HIV para cada mulher. Hoje, esta posição passou para cerca de cinco mulheres em nove homens.

Rocco arrisca dizer que a maioria das mulheres grávidas atendidas no hospital foram infectadas por terem feito sexo anal com seus maridos ou parceiros. Em seguida vêm as que se contaminaram por via sanguínea, e o restante por via diversa (coito vaginal em período de menstruação e tóxicos injetáveis ao mesmo tempo).

"É muito difícil ser preciso, pois as pessoas não dizem a verdade com vergonha ou até mesmo por não se lembrarem do que aconteceu após ter consumido algum tipo de droga", admite Rocco.

Cuidado com os preservativos!

Jacob Volf Filho

Usar a camisinha é um conselho básico de qualquer campanha de prevenção contra a Aids, mas uma série de testes seguindo as normas técnicas internacionais de qualidade mostrou que os preservativos brasileiros não são confiáveis.

Sete entidades internacionais voltadas para a defesa do direito do consumidor participaram da pesquisa, realizada na Holanda, a convite da Organização Internacional das Associações de Consumidores (Iocu).

Foram analisadas 113 marcas e mais de 50 mil amostras de camisinhas de sete países: Brasil, Holanda, Itália, Indonésia, Portugal, Espanha e Tailândia. O Brasil ficou em penúltimo lugar, só ganhando da Indonésia, que teve 93% de suas amostras consideradas "muito ruins".

O desempenho de camisinhas brasileiras não foi muito superior: 72% foram classificadas como "ruins" e 14% como "razoáveis". Apenas 14% das amostras enviadas pelo Brasil conquistaram um "bom". Os preservativos que nem um "razoável" conseguiram obter na classificação final não oferecem proteção confiável contra a disseminação da Aids.

Os dados finais da pesquisa foram publicados pela revista *Consumidor S.A.*, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), uma das organizações convidadas para acompanhar os testes na Holanda.

As mais de 50 mil amostras de camisinha foram avaliadas segundo padrões da International Standardization Organization (ISO) com apoio técnico da International Consumer Research and Testing Limited (IT), que desenvolveu os critérios de avaliação sob a ótica do consumidor.

Das sete marcas enviadas pelo Brasil — Jontex Lubrificada, Menno, Olla, Preserv, Blowtex, Blowtex Elite e Blowtex Life Styles —, apenas uma obteve a conceituação "boa": a Olla. A Preserv, importada da Alemanha, foi considerada "razoável". As cinco outras mar-

cas apresentaram problemas quanto ao teste de envelhecimento e vazamento (microfuros). Recentemente, a Menno teve sua fabricação suspensa pelo Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro) e foi retirada do mercado pela Vigilância Sanitária.

Quadro comparativo – Agora, com o resultado final dos testes, pode-se ter uma visão global da segurança das camisinhas, possibilitando a comparação com as fabricadas no Brasil.

Das 113 marcas testadas, os produtos holandeses, espanhóis e portugueses obtiveram os melhores resultados. As amostras desses países, somando as classificações de “bom”, “muito bom”, e “razoável”, ficaram acima da soma da respectiva média final, que foi de 54%. Somente as camisinhas holandesas obtiveram o resultado “muito bom”, assim mesmo para 10% de suas marcas. As marcas vendidas na Itália chegaram perto, atingindo 50% entre “bom” e “razoável”, e 67% das marcas vendidas na Tailândia foram avaliadas como “razoável”.

Testes rigorosos – Segundo o Idec, a Johnson & Johnson, classificada como “ruim” dentre as camisinhas enviadas pelo Brasil, foi a única considerada “muito ruim” em Portugal. A empresa, vale lembrar, detém entre 60 a 65% do mercado brasileiro no setor, seguida da Inal, fabricante da Olla, com 20%, e da Blausiegel, fabricante da Preserv, com 8%.

Dos quatro testes aos quais as camisinhas foram submetidas – porosidade, qualidade do látex, resistência, dimensões e espessura –, o de resistência pareceu ser o mais rigoroso. Exceto a Holanda, todos os países participantes apresentaram falhas de 50% ou mais nesse tipo de teste. Para Jan Groeneveld, coordenador da pesquisa, “a taxa de falha ocorre porque os fabricantes têm tentado produzir preservativos tão finos quanto

possível”. Segundo ele, como há uma correlação direta entre resistência e espessura, os preservativos muito finos são absolutamente inadequados para a prevenção da Aids.

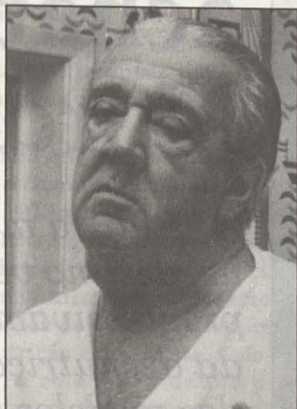
Nos testes de resistência, a Olla foi o único produto brasileiro a receber a classificação de “razoável”; as demais (os três tipos Blowtex, Menno e Preserv) obtiveram classificação “ruim”. Este teste, que calcula a capacidade elástica até a ruptura, é complementado com outro, de resistência à deterioração, onde as peças são envelhecidas durante sete dias, dependuradas em ambiente com temperatura a 70 graus centígrados.

O processo de envelhecimento tem particular importância para países tropicais como o Brasil, onde a armazenagem é feita em temperaturas relativamente altas. Entre as marcas nacionais, a Jontex, da Johnson & Johnson, foi a única considerada “muito ruim”, razão pela qual teve sua avaliação rebaixada por isso.

Padrão de qualidade – Há grandes diferenças entre os testes de qualidade feitos na Holanda e no Brasil. No teste brasileiro de resistência à deterioração, por exemplo, os preservativos são envelhecidos somente por dois dias. Em 1990, a pedido do Idec, foram analisados os preservativos nacionais, e só a marca Menno foi reprovada.

Quando foram divulgados os resultados iniciais dos testes da Holanda, classificando os preservativos da Johnson & Johnson como “ruins”, a primeira reação da empresa foi proclamar que se encontrava dentro dos padrões de qualidade exigidos pelas autoridades brasileiras. Alguns dias depois, no entanto, a direção do Inmetro admitia rever os padrões de qualidade dos preservativos comercializados no país. Posição parecida, aliás, com a do então secretário nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, Sérgio Weyne, que falou, à época, da necessidade da realização de novos testes.

No momento, o governo está revisando as normas técnicas e, segundo o Idec, o resultado final desse teste chega em bom momento, fornecendo dicas importantes. Uma delas é que o Brasil pode e deve melhorar suas normas para a fabricação do produto. O Idec defende que as rígidas exigências dos consumidores do Primeiro Mundo – principalmente quanto à qualidade e segurança – podem ser adequadamente observadas aqui. Prova disso são as camisinhas brasileiras aprovadas na Holanda.



Dr. Rogério Rocco

País	Nº de marcas	Muito ruim %	Ruim %	Razoável %	Bom %	Muito bom %
Brasil	7	-	72	14	14	-
Indonésia	15	60	33	7	-	-
Itália	20	20	30	25	25	-
Holanda	30	-	20	27	43	10
Portugal	15	7	27	33	33	-
Espanha	20	25	20	20	35	-
Tailândia	6	-	33	67	-	-
Total	115	17	28	25	27	2

Fonte: Idec



Desnutrição achata o Nordeste pobre

A estatura média do homem nordestino vem caindo progressivamente, consequência da desnutrição aguda que a falência dos modelos e a concentração de renda refletem

Cláudia Maciel

Ele não tem casa nem comida nem roupa. Perambula pelas ruas das grandes cidades brasileiras à procura de um biscate, uma esmola, um pouco de comida esquecida na lata do lixo. Sofre de desnutrição crônica, doença que pode gerar disfunções cerebrais graves, deficiência mental e nanismo — se ele não morrer antes de alcoolismo ou extermínio policial. É o homem gabiru, retrato da decadência física e intelectual que a espécie experimenta em zonas de pobreza acentuada, como o Nordeste brasileiro, onde está em formação uma sub-raça de nanicos por desnutrição.

Segundo pesquisa da Organização para Alimentação e Agricultura da ONU (FAO), realizada em 1990, 40% da população brasileira vivem em regime de alimentação insuficiente; 30% das crianças são desnutridas; e 10% dos recém-nascidos têm peso abaixo do normal (menos de 2,5 quilos), índice que no Nordeste sobe para 12%. Cerca de 3% da população brasileira de cinco a 14 anos têm algum tipo de lesão cerebral ou retardamento mental provocado pela subnutrição. No Nordeste, a situa-

ção se agrava, não só pela seca, que continua empurrando milhares de migrantes, todos os anos, para as capitais, mas também pela base da dieta alimentar — farinha, feijão, um pouco de carne de charque e batata-doce —, insuficiente para cobrir a necessidade protéica de um adulto (ou uma criança) saudável.

Estudos coordenados pelo professor Rubem Carlos de Araújo Guedes, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na Zona da Mata pernambucana, comprovam que os efeitos dessa dieta em mulheres grávidas provocou o nascimento de um bebê com o corpo de dimensões reduzidas e com desproporção entre a cabeça e o corpo. O mesmo aconteceu com os ratos, usados como cobaia em laboratório.

"A fome come o homem anônimo, herói de lutas estomacais"

(Taciana Portella)

Em relação à mortalidade infantil, que anda na média de 60 mortes por mil nascimentos no Brasil (na Suécia a proporção é de dez por mil), o estado de Pernambuco é recordista: 118 crianças em mil morrem antes de completar o primeiro ano de vida. Esse quadro pode começar a ser entendido ao se observar que 47% da população da região metropolitana de Recife moram em 620 favelas sem saneamento básico, espalhadas pela "capital do Nordeste".

Raízes sociais da fome — O médico e professor de nutrição da UFPE, Malaquias Batista Filho, analisando pesquisa realizada em Fortaleza sobre os fatores que relacionam estatura a *status* social, concluiu que as probabilidades de nanismo podem chegar a 50% dos nascimentos, no cenário mais pessimista de combinação de fatores. Esse índice se compara ao dos países pobres africanos e a Bangladesh. No Nordeste, a combinação de fatores como renda familiar, condições de habitação, nível de informação dos pais e baixo peso de nascimento dá a média de 24% de probabilidades de nanismo.

Malaquias Batista Filho observa que nos estados do Sul do Brasil, com

ALIMENTAÇÃO

uma renda hipotética *per capita* de US\$ 50, a população alcançaria a média de estatura dos países desenvolvidos, enquanto que no Nordeste seriam necessários US\$ 100 *per capita* para compensar o déficit nutricional crônico. Isso prova, segundo Batista Filho, que a solução de aumentar a renda *per capita* isoladamente não modificaria a tendência à perda da estatura da população nordestina. Seriam necessários, de acordo com o pesquisador, políticas públicas de saneamento, construção de moradias, ampliação das ações preventivas de saúde e aumento da oferta de alimentos a preços acessíveis.

Para Malaquias Batista Filho, os fatores biológicos, sociais e políticos estão moldando uma nova antropologia física para o homem nordestino. "Uma sociedade que tem o nanismo como problema crônico também é uma sociedade nânica em seu desenvolvimento", afirma, acrescentando que neste caso o resgate da cidadania deve passar pelo resgate da biologia.

Já a pesquisadora norte-americana Constance Joyce Clark, da Fundação Joaquim Nabuco, de Recife, atribui a fome endêmica nordestina tanto às raízes coloniais do Nordeste como à estratégia de desenvolvimento adotada pelo país a partir dos anos 60. Em relação aos fatores históricos, tema específico de seus estudos, Constance Clark afirma que o sistema de produção voltado para o exterior, desde os tempos do mercantilismo português, condicionou o uso da mão-de-obra muito mais como fator de produção do que como mercado potencial de consumo. Essa situação só se modificou relativamente na década de 60, com a política de substituição de importações, mas o Nordeste manteve o modelo agroexportador (com incentivos para a cana-de-açúcar), mudando apenas sua "metrópole", hoje localizada nos estados do Sudeste. Segundo Constance Clark, a idéia de processo econômico — de um esforço continuado pelo desenvolvimento — está ausente na mentalidade dirigente brasileira, que se move por "espasmos" em busca de soluções instantâneas e, muitas vezes, mágicas.

Decisão política — Na opinião de Sônia Andrade, ex-presidente do Conselho de Nutrição da Regional Nordeste, o que falta é decisão política do poder

público para adotar ações preventivas contra a subnutrição na região. "Não é por falta de informações que o governo não reage", critica, para acrescentar: "Existe um relatório da CPI do Congresso Nacional contra a fome, um documento completo, com dados e depoimentos suficientes para mobilizar quem tiver vontade de fazer alguma coisa."

Sônia Andrade é autora de uma tese sobre a desnutrição em Recife no período de 1979 a 1988. Em seu trabalho ela demonstra que um grande percentual dos óbitos infantis está relacionado à carência alimentar. "Mesmo que os atestados de óbito não mencionem a desnutrição como causa, pelo preconceito, a relação tamanho/peso das crianças mortas apontou o percentual de 81% de incidência de desnutrição, isolada ou associada, no total dos óbitos", revela.

Ela observa que, embora a mortalidade infantil possa até diminuir em números absolutos, isso decorre da diminuição da fecundidade das mulheres, e não da prevenção às maiores causas da morte de crianças no Nordeste: diarreia, doenças infecciosas respiratórias e desnutrição. "A mortalidade infantil só diminuiu porque os abortos e as ligaduras de trompas impediram um número maior de crianças de nascer", conclui.

Se a idéia de acabar com a fome pela redução dos nascimentos na população pobre data do século XVIII com Thomas Malthus, a retomada "natural" deste argumento por personagens como Jacques Costeau, na Rio-92, evoca os anos 60, quando Josué de Castro, o "sociólogo

da fome", já denunciava o "extermínio dos pobres individualmente pela inanição e, coletivamente, pelo controle forçado dos nascimentos".

Objetivos mundiais

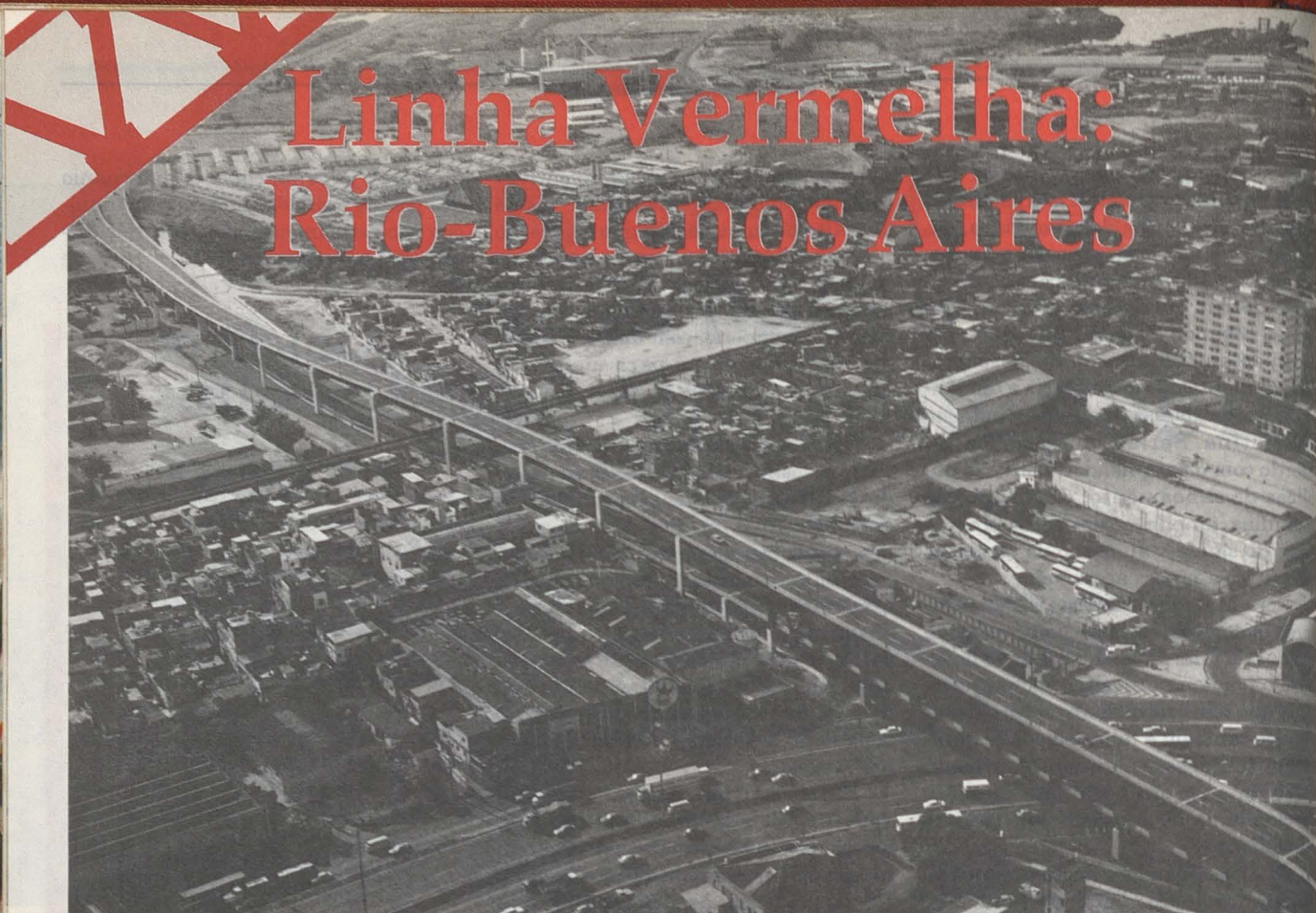
Até o ano 2000, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) pretende ver reduzidos os índices de desnutrição nos países do Terceiro Mundo, através do controle da anemia e demais doenças causadas pela carência de nutrientes nas mulheres em idade fértil (ferro, iodo e vitamina A), e reduzir a desnutrição nos bebês de zero a seis meses pela amamentação materna. Além disso, o Unicef pretende reduzir o número de recém-nascidos com baixo peso e melhorar a dieta energético-protéica das crianças menores de cinco anos.

Considerando, porém, que a boa nutrição não depende apenas da alimentação adequada e suficiente, mas de fatores como assistência à gestante e à criança, políticas de vacinação, incentivo ao aleitamento materno e boas condições de habitação e educação, parece difícil vislumbrar um resultado significativo a curto prazo, num país de 35 milhões de analfabetos, onde 40 milhões de pessoas vivem em condições precárias de moradia.

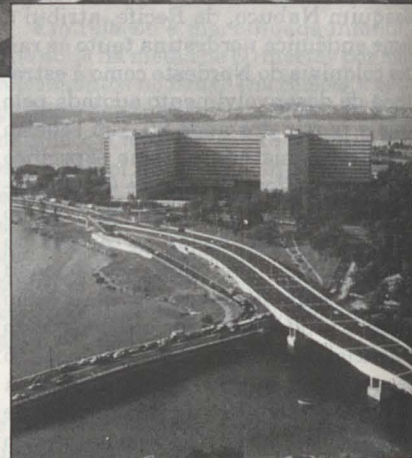


A assistência à mulher e à criança é fundamental para reduzir a desnutrição

Linha Vermelha: Rio-Buenos Aires



A partir de outubro, quando a segunda etapa da via expressa for inaugurada, o Rio estará com as portas abertas para a integração latino-americana



Carlos Lopes

A Linha Vermelha, uma via expressa de 7,2 quilômetros que liga o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, na Ilha do Governador, ao bairro imperial de São Cristóvão, e se prolonga, sobre elevados, até a Zona Sul da cidade, tem, para o Brasil e o mundo, o nome vinculado à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92).

Dentro do clima que antecedeu à

conferência, o governador Leonel Brizola conseguiu viabilizar um projeto que existia há pelo menos 25 anos, contando com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e recursos do governo federal e do governo do estado.

Numa corrida contra o tempo, a Linha Vermelha foi construída em 11 meses, com um mínimo de transtornos para a população. A estrutura metálica que cobre o vão livre de 75 metros sobre a avenida Brasil, por exemplo, foi insta-

lada em três etapas, em madrugadas de sábado para domingo, sem nunca interromper a totalidade das pistas.

Moderna, iluminada e dispondo de sistema telefônico para o atendimento ao usuário em toda sua extensão, a via expressa foi um dos benefícios mais diretos que o Rio obteve por sediar o encontro promovido pela Organização das Nações Unidas em junho do ano passado.

Os chefes de Estado, de governo, reis, rainhas e convidados que vieram ao Rio participar da conferência desem-

TRANSPORTE

barcaram no aeroporto e, através da Linha Vermelha, puderam chegar em poucos minutos – dentro da mais rígida segurança – à rede de hotéis da Zona Sul e ao Riocentro, onde se realizou a maior reunião de cúpula história da humanidade.

Mas a Linha Vermelha não ficou para atender exclusivamente aos cerca de 8 milhões de usuários que transitam anualmente pelo Aeroporto Internacional do Galeão. A rodovia, que saiu do âmbito federal, passando a ser administrada pelo estado, mudou o perfil do Rio, impondo alterações no hábito do carioca e introduzindo sensíveis modificações na malha viária e no uso do solo do Rio de Janeiro.

Ela beneficia diretamente a população da Ilha do Governador (aproximadamente 500 mil habitantes), os estudantes e funcionários da Cidade Universitária, na Ilha do Fundão, além das milhares de pessoas que trabalham nos serviços do Aeroporto Internacional. Ao longo do trajeto, cinco Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) foram recuperados para o funcionamento, um Caic (Centro de Atenção Integrada à Criança), um novo nome para Ciac, foi inaugurado e outro está em construção.

As obras complementares dão idéia do impacto positivo da Linha Vermelha em termos sociais e ambientais. Na Lagoa Rodrigo de Freitas – Zona Sul da cidade – foram introduzidas modificações viárias para impedir um estrangulamento do trânsito, que flui até ali com rapidez, sem sinais luminosos.

Na Zona Norte foi feita a canalização do rio Dom Carlos – agente de algumas inundações ocorridas na avenida Brasil durante a última década. As famílias que viviam em barracos à beira desse rio foram removidas para um conjunto habitacional com 380 unidades, onde pagam pelo imóvel a mensalidade simbólica no valor de 15% do salário mínimo.

Para a área da Maré, uma região de baixa renda desprovida de áreas verdes, foi planejado um parque, assinado pelo paisagista Burle Marx, nos mesmos moldes do Parque do Flamengo. O Parque da Maré proporciona lazer para uma população de 500 mil pessoas. Outros projetos paisagísticos foram desenvolvidos na ilha dos Macacos e na parte baixa do aterro sanitário do Caju.

Uma passarela para pedestres, com

120 metros de extensão, foi instalada em frente ao Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, na Ilha do Fundão. A passarela metálica, coberta e iluminada, beneficia os usuários e funcionários do hospital, além de contribuir para o fluxo do tráfego com a eliminação do sinal luminoso que existia ali.

O prolongamento da Linha Vermelha por mais de 14,2 quilômetros vai provocar mudança de alcance econômico e social ainda maior, envolvendo, a partir daí, toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Vai, também, facilitar o tráfego daqueles que chegam e saem do Rio em direção aos demais estados brasileiros, através de três grandes anéis rodoviários, bem como deixar a cidade com livre acesso para a futura Rodovia de Integração Latino-Americana.

Isto porque a Linha Vermelha, além de se interligar à rodovia Washington Luís – passagem rumo a Salvador, Belo Horizonte e Brasília –, chegará até o quilômetro três da estrada que liga o Rio de Janeiro a São Paulo – pólo inicial da auto-estrada a ser construída entre o Brasil e a Argentina, cruzando todo o território do Uruguai. Uma ponte monumental sobre o rio da Prata ligará Buenos Aires à cidade uruguaia de Colônia.

Cerca de oito milhões de fluminenses vão ser beneficiados diretamente com a conclusão dessa segunda etapa. Os trabalhadores residentes em São João de Meriti e Nova Iguaçu e Nilópolis, municípios da Baixada Fluminense, assim como da Pavuna – bairro limítrofe do Rio com a Baixada –, gastam entre duas e duas horas e meia dentro de uma condução no trajeto entre a casa e o trabalho – em geral na cidade do Rio de Janeiro –, tempo que será reduzido a 25 minutos.

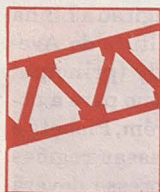
A economia de tempo também vai chegar para os moradores do município de

Duque de Caxias, que atingirão a Linha Vermelha pelo trevo na altura da Avenida Presidente Kennedy (principal saída da cidade), assim como para a população de Petrópolis, Xerém, Piabetá e Magé. A aproximação dessas regiões pela facilidade da via expressa deverá permitir a criação de um novo pólo urbano e industrial.

Um velho sonho – O projeto da Linha Vermelha data da década de 60, quando foi apontado como a solução para os engarrafamentos diários da avenida Brasil, até pouco tempo a principal via de acesso ao Rio. Em abril do ano passado, quando a primeira etapa da Linha foi inaugurada, 250 mil veículos passavam diariamente pela rodovia, que ainda reúne um universo de problemas viários trazidos pela saturação do trânsito, com recordes de colisões e atropelamentos, entre outros. Hoje, a Linha Vermelha já retirou 55 mil veículos da avenida. Quando atingir a meta de 70 mil veículos, ela vai proporcionar uma economia de combustível da ordem de US\$ 80 milhões por ano. Embora tenha o trânsito proibido a caminhões, a Linha Vermelha beneficiará,



Um anel rodoviário vai ligar a via expressa à avenida Presidente Kennedy (Duque de Caxias)



indiretamente, o transporte de cargas para a cidade e o porto do Rio, já que vai desafogar o movimento de veículos na avenida Brasil.

A primeira etapa da obra representou para os cofres públicos uma economia de US\$ 17 milhões. O orçamento inicial foi reduzido para US\$ 123 milhões. "Isso foi possível porque algumas modificações feitas no traçado permitiram que o número de desapropriações fosse mínimo", diz o engenheiro Carlos Henrique Lima, da Promon Engenharia – empresa responsável pelo projeto e pelo gerenciamento da obra.

De acordo com o engenheiro, gerente do empreendimento, os projetos anteriores previam uma pista toda em nível, o que faria com que a maior parte dos imóveis da rua Bela, em São Cristóvão, tivesse que ser desapropriada. No novo traçado, com as pistas superpostas em toda a extensão daquela rua, apenas quatro famílias tiveram que deixar os apartamentos, sendo indenizadas pelo estado.

Em respeito à preocupação ambientalista, o traçado definitivo descartou a necessidade de aterros na baía de Guanabara, e deixou de passar pela Cidade

Universitária, como previsto anteriormente – o que deixava a comunidade do *campus* em polvorosa a cada vez que se falava na retomada do projeto.

O traçado da segunda etapa da Linha Vermelha também teve os mesmos cuidados: desapropriar o menor número possível de imóveis – 400 famílias alojadas em casebres às margens do rio Pavuna-Meriti serão transferidas para um conjunto construído pelo estado – e respeitar o meio ambiente.

A construção do prolongamento da Linha foi iniciada em maio do ano passado. O novo trecho tem três faixas em cada direção, e vai dispor da mesma infraestrutura para o conforto do usuário da via expressa.

Além da Fábrica de Estruturas Metálicas, sete empreiteiras estão envolvidas no projeto: A. Gaspar, Ster/Mirak, Mendes Júnior, Carioca Engenharia, Companhia Brasileira de Projetos e Obras, Queiroz Galvão e Cetenco Engenharia. O engenheiro Carlos Henrique Lima considera que a obra já está pronta em 45% da totalidade. Mas ele prefere não criar expectativas quanto a uma possível conclusão antes dos 18 meses estipulados como prazo.

Os custos desta nova etapa estão orçados em US\$ 225 milhões. O BNDES

participa com um financiamento no valor de US\$ 100 milhões; o governo federal entra com US\$ 75 milhões, enquanto US\$ 50 milhões são recursos orçamentários do estado do Rio de Janeiro.

O projeto da segunda etapa da Linha Vermelha também data de mais de duas décadas, e as alterações feitas no traçado geraram novas economias. O traçado inicial era feito quase que inteiramente sobre a baía de Guanabara, mas as alterações promovidas permitiram que uma boa parte do trajeto fosse feita em pista de nível, na cabeceira do Aeroporto Internacional.

Essa vantagem, porém, não foi obtida facilmente. "Foram quase quatro meses de negociação com a Infraero", lembra Carlos Henrique, que justifica o endurecimento na cessão da área pela preocupação com a segurança dos vãos.

Nessa nova etapa, duas pontes estarão sendo construídas sobre o mar, totalizando 3 mil metros de extensão. O engenheiro descarta a possibilidade da obra provocar o assoreamento da baía de Guanabara. De acordo com ele, o vão entre os pilares da ponte Rio-Niterói – o vão central – tem 70 metros, ao passo que os pilares da Linha Vermelha foram instalados a uma distância de 90 metros cada um.

Opinião

O presidente da Associação Comercial e Industrial do município, Getúlio Gonçalves da Silva, diz que a obra atende a um anseio antigo da Baixada Fluminense, sufocada por dificuldades de trânsito na avenida Brasil. "Não era justo", pondera, "que nossa população, marcadamente trabalhadora, consumisse grande parte do dia tentando chegar ao trabalho ou voltar para casa". Getúlio da Silva vai mais longe. Segundo ele, "era preciso que alguma coisa fosse feita no sentido de dar maior conforto e respeito a esse povo".

Já o prefeito de Duque de Caxias Moacyr Rodrigues do Carmo (PFL) aponta as prioridades para o seu município – educação, saúde e saneamento – como os "setores mais importantes para as classes mais humildes". O prefeito Moacyr Rodrigues declara, no entanto, que não é contra a construção da segunda etapa da Linha Vermelha.

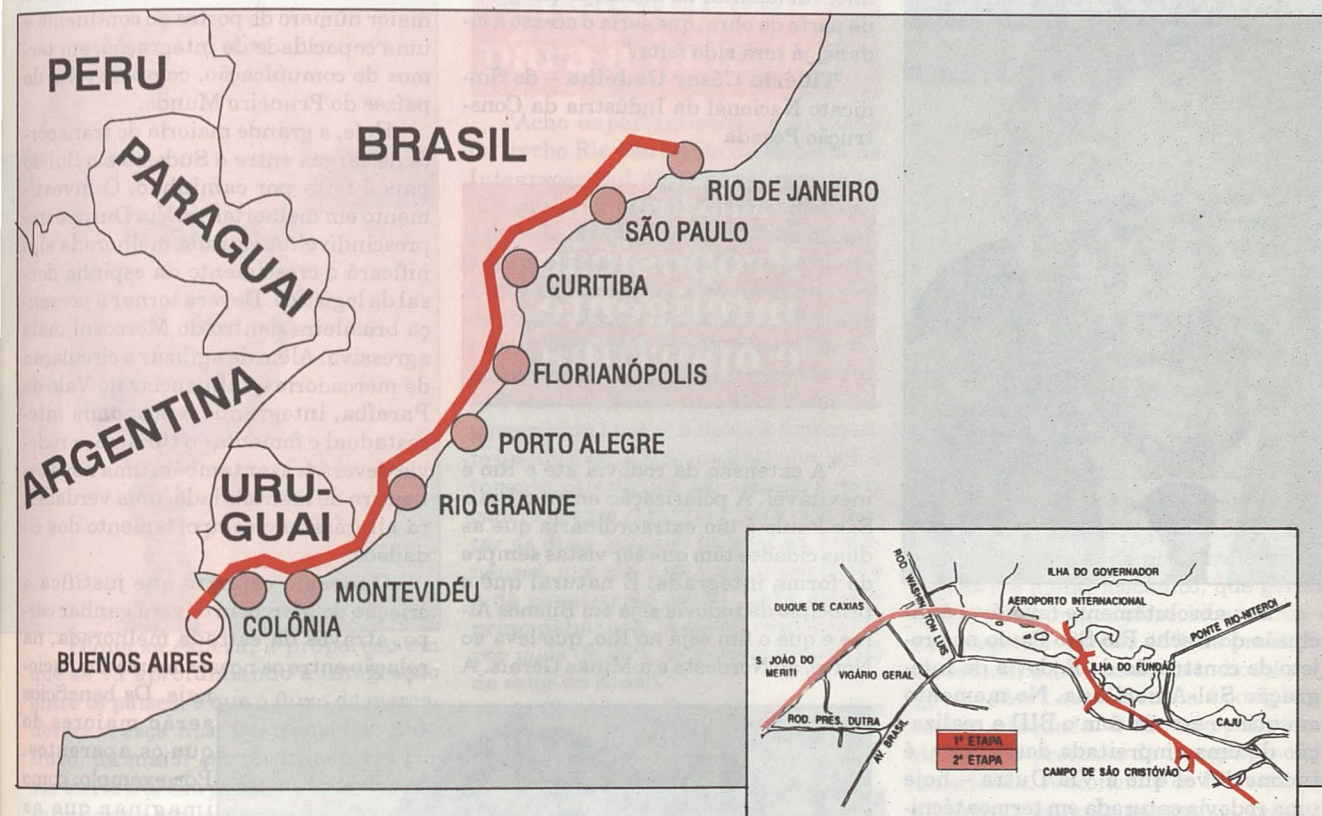
O prefeito de Nilópolis, Manoel Rosa (PDT), também não poupa elogios ao prolongamento da Linha Vermelha até a Baixada. Ele é otimista com relação ao futuro da região. Nilópolis, berço de uma das escolas de

samba mais importantes do carnaval carioca – a Beija Flor –, tem nove quilômetros quadrados, e é o município com a maior densidade demográfica do país.

Mica é desde janeiro o prefeito de São João de Meriti. Eleito pelo PMDB, Adilmar Arsênio dos Santos – nome de registro do novo prefeito – faz coro com aqueles que aprovam a extensão da via expressa até a Baixada. Ele lembra que São João é uma cidade dormitório, e que o escoamento do trânsito da avenida Brasil tem importância fundamental para a população. O prefeito já ouviu alguns empresários manifestarem a intenção de realizar novos investimentos a partir da conclusão da obra. Discreto, cita apenas Arthur Sendas, dono de uma das maiores redes de supermercados do estado, interessado em construir um novo *shopping* tão logo a Linha Vermelha fique pronta.

Sofrida e desmembrada, Nova Iguaçu continua sendo a capital da Baixada. Seu novo prefeito, Altamir Gomes, do PDT, desde que assumiu chega na prefeitura às oito horas para sair à uma hora do dia seguinte. Com a onda emancipacionista, o município perdeu três grandes distritos e 48% de arrecadação. Em meio a todas essas dificuldades, Altamir Gomes acredita que a Linha Vermelha vai ser um novo caminho para o desenvolvimento.

Integração começa na Linha Vermelha



O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) examina a proposta de extensão da Rodovia de Integração Sul-Americana até o Rio de Janeiro, apresentada pelo governador Leonel Brizola ao presidente da instituição, Enrique Iglesias. O BID é o principal agente financeiro do projeto, que previa, em princípio, a ligação entre Buenos Aires e São Paulo. A extensão da rodovia até o Rio demandaria melhorias operacionais na Presidente Dutra, que liga a capital fluminense à cidade de São Paulo. Cadernos do terceiro mundo foi ouvir a opinião dos empresários com relação à proposta para o prolongamento da ligação com Buenos Aires até o Rio de Janeiro.

Patrícia Terra

Tibério César Gadelha: Oportunidade única



"Sou absolutamente favorável à inclusão do trecho Rio-São Paulo no projeto de construção da Rodovia de Integração Sul-Americana. No momento em que se estuda com o BID a realização de uma empreitada deste porte, é inconcebível que a Via Dutra – hoje uma rodovia saturada em termos técnicos – não se beneficie destes recursos. Trata-se de uma oportunidade única. Pela Via Dutra transitam, diariamente, mais de 100 mil veículos. A auto-estrada São Paulo-Buenos Aires deverá atravessar trechos geograficamente bastante complicados, tais como a serra do Mar. Em vista disso, o investimento de recursos em melhorias do trecho entre São Paulo e Rio de Janeiro terá proporções pequenas. Por outro lado, tais melhorias vão representar um grande retorno para a economia, não só do Brasil, mas também de outros países integrantes do Mercosul. A repercussão econômica promete ser incrível.

As duas grandes vocações do Rio de Janeiro – o turismo e o perfil de centro econômico-financeiro – vão ganhar um grande impulso com a realização deste projeto. O Rio é o segundo maior parque industrial da América Latina. Funcio-

na como irradiador de produção. É um estágio de ligação entre o Nordeste e os outros estados brasileiros – a BR-101 e a BR-116 passam pelo Rio. Além disso, o porto do Rio é um importante centro exportador.

A conclusão da segunda fase da Linha Vermelha, prevista para o próximo ano, vai facilitar as coisas, já que grande parte da obra, que seria o acesso à cidade, já terá sido feita."

Tibério César Gadelha – do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada

Paulo Protásio: Proposição inteligente e oportuna

"A extensão da rodovia até o Rio é inevitável. A polarização entre o Rio e São Paulo é tão extraordinária que as duas cidades têm que ser vistas sempre de forma integrada. É natural que o princípio da rodovia seja em Buenos Aires e que o fim seja no Rio, que leva ao Norte, ao Nordeste e a Minas Gerais. A



proposição feita pelo governador Leonel Brizola é inteligente e oportuna, e deverá ser acolhida pelo BID.

O eixo Rio-São Paulo-Minas Gerais é a coluna vertebral da economia brasileira. Os três estados são compradores

de 67% dos veículos nacionais e respondem por 76% do consumo brasileiro em geral. Rio e São Paulo juntos contam com mais de 80 mil indústrias, o que equivale a aproximadamente 60% do parque industrial do país. Temos a maior concentração de centros de pesquisa e de treinamento de recursos humanos da América Latina. Temos o maior número de portos do continente e uma capacidade de integração, em termos de comunicação, comparável a de países do Primeiro Mundo.

Hoje, a grande maioria do transporte de cargas entre o Sudeste e o Sul do país é feita por caminhão. O investimento em melhorias na Via Dutra é imprescindível. A estrada melhorada significará o crescimento da espinha dorsal da logística. Deverá tornar a presença brasileira dentro do Mercosul mais agressiva. Além de agilizar a circulação de mercadorias, influenciar no Vale do Paraíba, integrando a economia interestadual e fomentar o turismo, a rodovia deverá trazer também uma nova estrutura de mentalidade, uma verdadeira alteração no comportamento dos cidadãos.

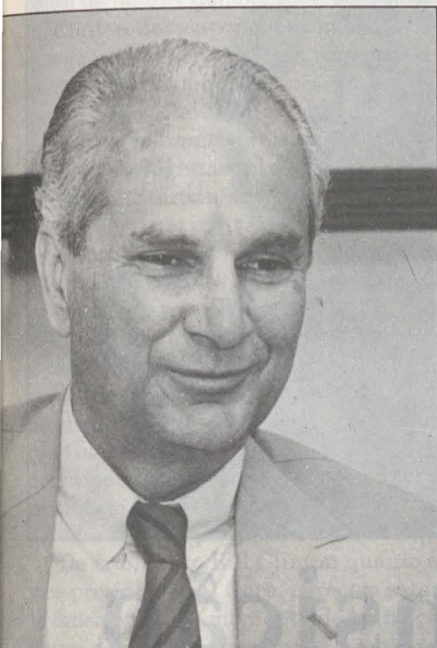
O mesmo espírito que justifica a criação do Mercosul deverá ganhar corpo, através da estrada melhorada, na relação entre os nossos mercados nacionais. Os benefícios serão maiores do que os aparentes. Por exemplo, como imaginar que as duas paradas para fiscalização obrigatória de caminhões na Via Dutra permaneçam operando se o objetivo da criação do Mercosul é justamente acabar com as fronteiras de mercado entre países? A mentalidade fiscal deverá ser revista para facilitar a verdadeira integração de mercados. A

idéia da melhoria física da Via Dutra deverá ser acompanhada por mudanças em diversos procedimentos, visando à modernização."

Paulo Protásio – Associação Comercial do Rio de Janeiro

**Carlos Mariani
Bittencourt:**

A melhoria do turismo



"O que se espera, a proporção em que se vá aprofundando a integração entre os países, é que o fluxo de mercadorias cresça nos dois sentidos. Este fluxo, na maior parte, transcorre por via terrestre. Em geral, as rodovias são saturadas e mal conservadas. A extensão das melhorias ao trecho entre Rio e São Paulo é absolutamente natural. Afinal, estamos falando de apenas 400 quilômetros a mais de benfeitorias e criação de sistemas de segurança. Seja como exportador, seja como importador, o Rio tem posição suficientemente forte para justificar sua inclusão no projeto. A indústria química fluminense, por exemplo, é muito significativa. Neste setor, a troca entre o Rio e a Argentina é muito expressiva, e o grosso do transporte é centrado na rodovia.

A realização de melhorias na Via Dutra vai beneficiar também o turismo entre os países do Mercosul e o Rio de Janeiro. O turismo rodoviário entre a Argentina e o Brasil é hoje muito grande, mas o fluxo só vai até as praias da região Sul, certamente devido às más condições das rodovias. A rodovia Rio-Buenos Aires deverá trazer muito tu-

rista argentino para as praias do Rio, como Búzios e Angra dos Reis."

Carlos Mariani Bittencourt - Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro

Arthur João Donato:

Facilidades para a indústria

"Acho importantíssima a inclusão do trecho Rio-São Paulo na Rodovia de Integração Sul-Americana, porque as indústrias do Rio de Janeiro precisam ser facilitadas no sentido de competir em igualdade de condições com as indústrias dos outros estados em termos de importação e exportação de produtos. O Mercosul, como bem o disse o chanceler Fernando Henrique Cardoso, já é uma realidade, e a preocupação do governador Leonel Brizola é totalmente justificável. É uma medida que, se for tomada, certamente vai aquecer o mercado, e deverá contribuir para ressuscitar as duas maiores indústrias fluminenses, que são a da construção civil e a da construção naval. Esta última principalmente, já que é responsável por mais de 90% do parque industrial do setor no Brasil."

Arthur João Donato - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro



Benito Paret:

Reivindicação adequada



"Em nome das 4 mil empresas de diversos setores, entre eles o de confecções, o químico, o de plásticos e embalagens e o metal-mecânico, que geram 65% dos empregos oferecidos no Rio e são responsáveis por 45% da produção do estado, acho que a reivindicação do governador Leonel Brizola é completamente adequada. O Rio não pode ficar de fora do processo de integração sul-americana. A economia do Rio está basicamente pautada nas pequenas e médias empresas, e estas são complementares às empresas do tipo situadas nos outros países que pertencem ao Mercosul. Esta relação precisa ser incentivada. Uma integração através do incentivo aos pequenos empresários me parece mais adequada e mais democrática. E a maneira de fazer com que esta integração transcorra bem é, certamente, melhorar a via de transporte terrestre.

Por outro lado, a integração dos mercados paulista e fluminense é importantíssima para a economia regional. São as duas mais próximas megalópoles do mundo. Futuramente, dependendo do tratamento que estas singulares posições geográficas e econômicas receberem, as duas cidades poderão atingir tal grau de integração que se fundirão numa maximegalópole."

Benito Paret - Associação Fluminense da Pequena e Média Empresa



Um país em transição

Brady Tyson*

Bill Clinton chega ao governo com o apoio de grupos sociais que têm sido marginalizados na sociedade norte-americana e que agora aumentam, inclusive, sua presença no Congresso. Uma nova etapa se inaugura na vida da superpotência, que começou a sentir os sintomas de sua decadência

A eleição de Bill Clinton foi considerada como um indicador do fim de uma época e o surgimento de outra, ainda que as características do período que se inicia não estejam de todo claras. Os Estados Unidos ainda estão tentando absorver as dramáticas mudanças do cenário mundial, especialmente o fim da Revolução Industrial e o começo da Revolução Eletrônica, o fim da Guerra Fria, o crescente abismo entre ricos e pobres (tanto no plano nacional como no internacional) e a perda da vitalidade norte-americana no cenário mundial.

As elites e a própria nação enfrentam agora o desafio de processar as novas realidades e muitas vezes caem na tentação de negá-las, total ou parcialmente. Uma das verdades que muitos se negam a aceitar é que os Estados Unidos deixaram de ser o país mais rico e poderoso do planeta.

Outros buscam vilões para culpá-los pelos problemas, sem perceber que nosso maior inimigo somos nós mesmos, norte-americanos. Existe aqueles que procuram uma mágica "bala de prata", capaz por si só de deter o

agravamento das dificuldades, ou buscam um salvador que nos conduza à terra firme. Os demais se deixam abater pela apatia e pela passividade. A inegável desilusão de uma parcela significativa do eleitorado com o governo e a maioria dos políticos ficou evidente com o fenômeno Ross Perot.

Neste contexto, ao longo da campanha eleitoral, o Partido Democrata teve condições, apesar da sua fragilidade, de mostrar-se unido e solidário. Clinton conseguiu unir — ao menos momentaneamente — os diferentes componentes do eleitorado democrata e avançar em novos redutos, que antes não se identificavam com o partido. Não obstante, seu êxito foi parcial: ganhou as eleições, mas sem ter conseguido sensibilizar a maioria do eleitorado com as propostas do seu programa.

O presidente afirmou várias vezes que hoje existe "um novo Partido Democrata", que representa as jovens gerações e os novos grupos democratas.

Mas, para avaliar se Clinton conseguiu algo realmente novo na política do país é necessário ver, em primeiro lugar, se conseguirá romper o *Boshtwash*, o eixo Boston-Was-

MATÉRIA DE CAPA

ESTADOS UNIDOS

hington, composto por uma elite de personalidades de Boston, Nova Iorque e Washington, que sempre controlou os mecanismos do poder.

E, em segundo lugar, ver se Clinton terá êxito na renovação dentro do partido, substituindo de forma irreversível toda a velha geração de líderes democratas. Para conseguir, Clinton deve apoiar-se em outras forças, que só podem ser a dos setores sociais (chamados erroneamente de minorias) que lhe deram apoio eleitoral: as mulheres, os negros ou *afro-americanos*, os latinos, os jovens, os ecologistas, alguns brancos do sul, antigos militantes desiludidos com o partido que se aproximaram novamente durante a campanha, as lésbicas e os homossexuais. Forças estas que nas eleições do ano passado avançaram muito significativamente no número de representantes no Congresso nacional.

Os democratas – e de fato todo o país – precisam definir um novo projeto nacional, pós-Guerra-Fria. Clinton enfrenta o desafio de propor novas metas, novos sonhos, que permitam construir uma maioria capaz de encaminhar um programa de mudanças.

De fato, tanto Bill Clinton quanto o novo vice-presidente, Al Gore, parecem estar muito conscientes do momento de transição que vivem o mundo e nosso país. Ambos se comprometeram a promover os direitos humanos e a democracia. Isso implica o compromisso de empreender prioritariamente um diálogo democrático interno, que se reflita em benefício da democracia a nível mundial.

Implica, também, superar a mentalidade da Guerra Fria – a síndrome de *ganhadores e perdedores* – para construir um novo padrão de cooperação internacional. Superar, enfim, a arrogância e a mentalidade de nos considerar os *guardiões da tradição ocidental* que esconde, na verdade, um sentimento muito menos altruísta de eurocentrismo racista.

Crise entre os republicanos – Ao não entender que a sociedade norte-americana estava ansiosa por mudanças, o Partido Republicano não foi capaz de construir um discurso aceitável para a maioria do eleitorado. Nem tampouco de superar suas profundas divisões e sua crise de identidade.

A derrota de George Bush desencadeou uma luta interna pela direção no seio do partido. De acordo com sua visão do mundo, os dirigentes republicanos – oriundos do nordeste do país, muitos deles empresários de Wall Street – querem integrar a nova elite transnacional mundial, e culpam George Bush de ter fracassado na sua missão. Bush

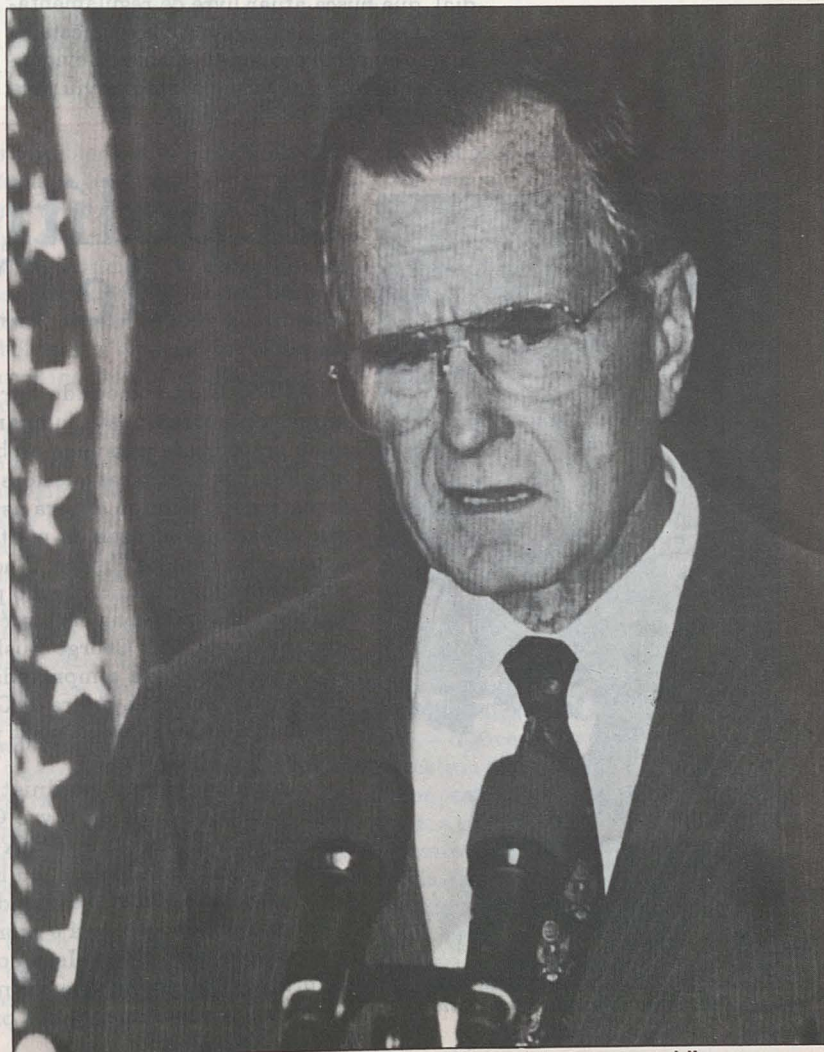
era o último expoente de uma geração de dirigentes que surgiu da Segunda Guerra Mundial, marcada pela neurose da Guerra Fria.

Foi justamente baseado nesta visão particular das relações internacionais e do papel mundial assumido pelos Estados Unidos que o chamado *movimento neoconservador* construiu a aliança política que possibilitou a vitória de George Bush. Desta coalizão participaram muitos democratas, frustrados com as posições de seu partido.

As perguntas que devem ser respondidas – Nesta última década do século XX, os Estados Unidos são um país envelhecido que insiste em se comportar como um adolescente. Mas, no fundo, está preocupado com sua saúde.

O novo presidente herda de seu antecessor uma nação que assumiu o papel de única

O novo presidente herda de seu antecessor uma nação que assumiu o papel de única superpotência mundial, mas que não fez ainda uma avaliação profunda do que implica essa condição



A derrota de Bush desencadeou a luta interna entre os republicanos

superpotência mundial mas que não fez uma avaliação profunda do que implica esta condição. Não se discutiu, por exemplo, se devemos continuar defendendo uma política externa intervencionista. A opção contrária seria apoiar o fortalecimento das Nações Unidas para que através dela atue a comunidade internacional.

Relacionada com esta questão há outra: o novo governo norte-americano irá manter sua capacidade militar, caracterizada pelo uso da alta tecnologia e da rápida mobilidade? Ou declinará dos compromissos internacionais assumidos e passará a favorecer a ação de forças de paz das Nações Unidas, orientadas não para intervir em combate e sim para desenvolver ações humanitárias?

Por outro lado, na esfera econômica, o governo Bush incentivou o livre comércio no emergente mercado global e estimulou o surgimento de uma nova elite financeira mundial, que busca atuar livre de regulamentações. O governo democrata vai aceitar esta situação ou vai questioná-la, diante da evidência de que o *laissez-faire* global só serviu para

aumentar a distribuição injusta de riqueza no mundo? Se é assim, buscará fortalecer as instituições multilaterais para contrabalançar o poder das transnacionais na economia global?

O significado das eleições – Estas e outras respostas podem ser encontradas a partir de uma análise do significado das eleições de 1992. Elas podem ser interpretadas como um divisor de águas na política norte-americana e internacional, mas não necessariamente vão provocar grandes mudanças.

Entretanto, os resultados da eleição serviram de catalizadores para realinhamentos na política interna, na economia e inclusive na vida cultural, além de colocar novos temas na agenda nacional.

A eleição mostrou a profunda alienação que a nação sofre, posta em evidência, em primeiro lugar, pelos 20% de eleitores que optaram pela candidatura independente do milionário texano Ross Perot.

Por outro lado, está claro que as elites – de direita e esquerda – se isolam progressi-

A política externa de Clinton

APESAR da sociedade norte-americana estar neste momento mais preocupada com seus problemas internos que com as questões internacionais, Clinton deverá assumir a responsabilidade da política externa dos Estados Unidos. O novo presidente foi muito criticado por sua falta de experiência em matéria internacional. Mas George Bush – cuja experiência era comprovada – deixa como herança a guerra do Golfo e suas nefastas consequências para a convivência mundial.

Clinton recebe da administração Bush o Tratado de Livre Comércio com o Canadá e o México (Nafta na sua sigla inglesa, ou Eucanmex, como também é chamado). Clinton disse que apoiará o acordo mas com modificações. Isto pode significar muitas coisas e, principalmente, um adiamento dos pra-

zos para que ele seja posto em prática.

Um dos compromissos de campanha de Clinton foi a criação de novos postos de trabalho. Este compromisso levará a administração democrata a realizar modificações nos aspectos trabalhistas do tratado. O novo titular da pasta do Trabalho, Robert Reich, já deu sinais de que sua gestão dará prioridade à capacitação e especialização da mão-de-obra.

Tal como foi concebido pelos republicanos, o Nafta não só não questiona, como está baseado na mão-de-obra barata mexicana. Muitas indústrias dos Estados Unidos já estavam de malas prontas para transferir-se para território mexicano. Há vários indícios de que Clinton vai exigir do governo de Salinas de Gortari a capacitação e a promoção de seus próprios trabalhadores, para



Balcãs: um desafio para Clinton

MATÉRIA DE CAPA

ESTADOS UNIDOS

vamente do resto da população. E esta, por sua vez, cada dia confia menos nos seus dirigentes.

A campanha eleitoral de 1992 foi polarizada em torno de temas nacionais. O desemprego, os impostos, a deterioração dos serviços de saúde pública e educação e a queda do nível de vida foram os problemas mais importantes para o eleitorado, em detrimento das grandes questões mundiais.

Isto nos leva a pensar que pode ser correta a teoria segundo a qual a política nacional norte-americana é cíclica: há períodos nos quais predominam as questões internas, há outros nos quais se impõe a política internacional.

Em busca de um novo consenso – Consumada a vitória democrata, os analistas têm realizado tremendos esforços para tentar captar o espírito e o significado político de Bill Clinton e Al Gore e prever os rumos de sua administração.

Ambos são, sem dúvida, líderes fortes. Originários do sul dos Estados Unidos, a fé

também os une: ambos pertencem à Igreja Batista. Para aqueles que os classificam de “moderados” é bom recordar que 85% (se não foram mais) dos afro-americanos votaram neles.

Mas não é só por esta razão que o termo não se adapta ao perfil do novo presidente e seu companheiro de chapa. Chamar Clinton de “moderado” é não entender suas posições. Como Lyndon Johnson (quem dera Johnson não tivesse caído na armadilha ao apoiar a guerra do Vietnã!), Clinton entende profundamente os problemas da política norte-americana e sua dinâmica interna. Sua bússola é a frase da nossa Constituição que está escrita com destaque sobre a porta da Suprema Corte de Justiça: *Equal Justice under Law* (Sob o amparo da lei, a justiça é igual para todos).

Bill Clinton defende um novo modelo de governo (entendendo-se aqui governo como as relações econômicas e políticas da administração com a sociedade civil). Em vez do modelo neoliberal, uma proposta pós-*laissez-faire*.

aliviar a concorrência que exercem no mercado de trabalho norte-americano.

Clinton também se comprometeu a reverter a tendência de aumento da pobreza. Este é um terreno delicado, pois afeta certos privilégios da classe média que está atemorizada. Por isto é provável que o presidente dirija seus planos contra a pobreza atacando em princípio as desigualdades nos campos da saúde e da educação, áreas que não criam problemas. Começará pela melhoria do sistema educacional público e pela extensão dos planos de saúde.

Estas e outras definições da sua política interna também poderão refletir-se no Tratado de Livre Comércio. Os trabalhadores mexicanos das *maquilladoras* (montadoras) não têm plano de saúde, condições de trabalho seguras e saudáveis, muito menos transporte adequado. E a situação piorou nos últimos tempos.

Ao não oferecer nenhum serviço deste tipo, os custos das empresas diminuem, e geram uma competição desleal com suas similares que operam em território norte-americano.

Clinton exigirá controles sanitá-

rios e ambientais no âmbito do Tratado de Livre Comércio, principalmente como consequência do impacto que teve na sociedade norte-americana a notícia do nascimento, em uma cidade da fronteira com Estados Unidos, de uma grande quantidade de bebês sem cérebro, por causa da contaminação provocada pelas indústrias.

Em relação a Cuba, o novo presidente não assumiu posições claras, possivelmente porque tem compromissos com os exilados cubanos em Miami. Mas há setores no Partido Democrata que desejam flexibilizar as posições da diplomacia norte-americana em relação ao governo de Fidel Castro. Estimam que possam ser abertos, paulatinamente, alguns canais de intercâmbio, sobretudo no campo da medicina.

Todos os dias há um vôo de Miami para Havana, que é considerado “especial”, não de rotina. Mas na prática funciona diariamente, há alguns anos. Se é assim, por que não oficializá-lo?

Outro problema hemisférico que vai exigir uma definição de Clinton é o caso do Haiti. De certa forma, aque-

le país está sob a tutela internacional, que se expressa através de iniciativas da OEA e da ONU. A administração democrata deve impulsionar as propostas da comunidade internacional para redemocratizar este sofrido país do Caribe.

Sem dúvida os problemas mais complexos vão eclodir em seguida: o dos Balcãs, o Oriente Médio e a Somália, diante dos quais Clinton terá que se definir em seus primeiros momentos na Casa Branca, ainda que não o deseje. É possível que a administração democrata não assuma totalmente a responsabilidade que lhe passou George Bush de liderar os esforços da comunidade internacional na Somália e trate de defender um papel maior para as Nações Unidas.

Os Balcãs são um barril de pólvora, e o governo norte-americano se mostrou insatisfeito com o papel desempenhado pela Otan. Mais uma vez, a presença da ONU com seus capacetes azuis e não de forças nacionais – muito menos encabeçadas por tropas norte-americanas – seria a proposta mais prudente que um presidente norte-americano no começo de seu mandato pode adotar. (B. T.)

Para isso, ele conta, inclusive, com o beneplácito de algumas importantes corporações transnacionais. O presidente sabe que alguns altos executivos das corporações percebem a necessidade de elaborar um novo consenso nacional. Um consenso baseado em uma estratégia que permita superar o individualismo exacerbado e mude as relações sociais. A sociedade norte-americana precisa pensar novamente em cooperação ao invés de competição.

Um novo New Deal – Este novo modelo – que podemos chamar de *Estado-nação* – tem que levar em conta que as novas tecnologias e a modernização pós-industrial dividiram e debilitaram o movimento sindical. É importante ter presente este dado porque a concorrência com outros países industrializados deve ser estimulada através do incentivo do desenvolvimento nacional e do aumento do nível de vida da população, nunca em detrimento de ambos.

Para pôr em prática estas idéias, o presidente precisa de uma grande autonomia. Não pode arriscar-se a ser refém de grupos ou de *lobbies*. Esta é a razão pela qual sua equipe não será uniforme, mas eclética. O critério usado na eleição dos colaboradores foi o da qualificação para o desempenho no cargo, escolhendo-se o melhor candidato, nunca o que agrada a um ou outro grupo político, sem deixar de ter presente, claro, a coalizão de forças que o apoiaram.

Por esta razão, aos que dizem que Clinton é um “pragmático”, é bom lembrar-lhes que efetivamente é, se ao usar a palavra não estão querendo dizer “oportunista”.

O país está precisando de um novo *New Deal*, mas dificilmente Clinton encontrará as mesmas condições políticas que permitiram a Franklin Delano Roosevelt impulsionar o crescimento da nação antes da II Guerra Mundial.

Há quem assegure que os Estados Unidos entraram em uma nova depressão, e que o país vai passar por uma nova etapa de presidências renovadas (sem que nenhum consiga se reeleger). Se é assim, será necessário trabalhar desde já para que a nova depressão não leve, como aconteceu nos anos 30, à ascensão do fascismo e do nazismo e a uma nova guerra mundial.

*Brady Tyson é professor de Relações Internacionais na American University, de Washington, D.C., e milita há seis anos no Movimento de Defesa dos Direitos Humanos dos Estados Unidos. Durante o governo de Jimmy Carter foi um de seus assessores em matéria de direitos humanos. Tyson também é membro da direção da Southern Christian Leadership Conference, fundada por Martin Luther King

A nova equipe



Al Gore, Hillary e Christopher formam com Clinton o quarteto que terá o controle do poder de agora em diante na Casa Branca

A chegada de Clinton ao governo tem uma carga simbólica importante, sobretudo porque implica o surgimento de uma esperança de mudança na sociedade norte-americana.

Uma das mudanças é no sentido de *equipe* que tem o presidente. De fato, ele se cercou de uma equipe eclética, que abriga desde conservadores a progressistas: um grupo multiétnico que inclui de acadêmicos destacados a ativistas dos direitos civis e inclusive mulheres negras, designadas para cargos do primeiro escalão, uma novidade muito significativa.

Outro aspecto a ser destacado é o papel que desempenhará Hillary, a esposa de Clinton. Prevê-se que, por seus antecedentes pessoais e profissionais, Hillary ocupará um lugar privilegiado na gestão do marido. Desde Eleanor Roosevelt, nenhuma outra primeira-dama norte-americana ajudou seu marido a conduzir os problemas políticos com tanta competência como Hillary demonstrou quando Clinton foi governador do Arkansas. Seu trabalho em matéria de educação, e particularmente no terreno da defesa das crianças, é comparável ao das mais comprometidas líderes negras que abraçaram esta causa.

Outra figura singular é o vice-presidente Al Gore, um legislador brilhante com atuação destacada na área ambiental a quem Clinton confere um papel privilegiado na sua equipe. O novo secretário de Estado, Warren Christopher – um homem que não pertence ao eixo Boston-Nova Iorque-Washington, mas que vem da Califórnia – é a outra figura que forma o quarteto que governará o país: Clinton, Gore, Hillary e Christopher são a equipe que decidirá as questões mais importantes.

Christopher (68 anos), advogado e diplomata, militante da causa da igualdade entre os norte-americanos brancos e negros, teve uma participação significativa na

MATÉRIA DE CAPA

ESTADOS UNIDOS

administração Carter, quando em 1981, na sua condição de secretário de Estado adjunto, foi o principal negociador da libertação dos reféns norte-americanos da embaixada de Teerã (Irã).

O subsecretário de Estado será Clinton Wharton, um negro que na década de 40 foi o primeiro aluno não-branco admitido na Faculdade de Estudos Internacionais Avançados da Universidade John Hopkins.

Vejamos quem são os demais membros da equipe do novo presidente:



Les Aspin - Secretário de Defesa (54 anos)

Intelectual com estudos em Yale e Oxford (Inglaterra) e doutorado no Instituto Tecnológico de Massachussets (MIT), Aspin é sem dúvida, junto com o próprio presidente Clinton, o mais graduado dos membros da equipe central do governo. Eleito deputado pelo estado de Wisconsin desde 1970, preside desde 1985 a Comissão das Forças Armadas da Câmara de Representantes. Opôs-se à guerra do Vietnã, mas apoiou Bush na guerra do Golfo. Hoje em dia é um dos melhores conhecedores da máquina militar dos Estados Unidos e um defensor ferrenho da necessidade de adaptá-la à realidade do pós-Guerra Fria.



James Woolsey - Diretor da CIA (51 anos)

Advogado de Washington, foi subsecretário da Marinha durante o governo Carter (1977-79). Durante a administração Bush foi um dos principais negociadores do Tratado sobre o Desarmamento (de armas convencionais), na Europa. Sua nomeação foi interpretada como um sinal da importância que Clinton dará à luta contra a proliferação de armas de destruição maciça.



Madelaine Korbelt Albright - Embaixadora junto às Nações Unidas

Nascida na Tcheco e Eslováquia, Albright, cujo cargo terá nível ministerial, era assessora de política exterior do Partido Democrata e é considerada uma especialista no tema.



Lloyd Bentsen - Secretário do Tesouro (71 anos)

Advogado nascido no Texas, Bentsen é o presidente da Comissão de Finanças do Senado desde 1970 e foi candidato à vice-presidência nas eleições de 1988. Foi um defensor do Nafta - que é importante para seu estado natal - mas se opôs à rapidez com que foi tramitado.

Donna Shalala - Secretária de Saúde

Reitora da Universidade de Wisconsin, Shalala serviu

como alta funcionária do Ministério de Saúde durante a administração Carter. É também presidente do Fundo de Defesa para a Infância, principal grupo de defesa de menores dos Estados Unidos.



Laura Tyson - Diretora do Conselho de Assessores Econômicos (nova entidade que traçará as linhas da política econômica (45 anos)

Formada na Universidade da Califórnia, apóia os investimentos em tecnologia de ponta e defende a proteção da indústria norte-americana diante da concorrência estrangeira, atitude que inquieta o Japão e a CEE.



Bruce Babbitt - Secretário do Interior

Ex-governador do estado do Arizona, é considerado um especialista em América Latina, área na qual sua opinião poderá ser ouvida com frequência pelo governo.



Robert Reich - Secretário do Trabalho

Professor de Harvard, defende com ênfase o aumento dos investimentos do Estado em educação, capacitação técnica e infra-estrutura, como estradas e pontes. Clinton lhe pediu ajuda para promover uma verdadeira "revolução" na área de capacitação do trabalho



Carol Browner - Diretora da Agência de Proteção Ambiental

Assistente do vice-presidente Al Gore, a nomeação de Browner foi recebida com satisfação nos meios ecologistas, que a consideram uma mostra do compromisso de Clinton de associar crescimento econômico e proteção ambiental.



Hazel O'Leary - Secretária de Energia

Vice-presidente da Northern States Power, uma companhia que fornece eletricidade aos estados do noroeste do país, O'Leary (que é negra), ao contrário de Browner, não é bem vista nos meios ecologistas, que a acusam de estar a favor da energia nuclear. Sua pasta é a que administra todos os programas nucleares do país, tanto os civis como os militares.



Richard Riley - Secretário de Educação

Ex-governador do estado da Carolina do Sul, contará com o apoio pessoal de Clinton e de Reich para ampliar a rede de ensino público do país.

PESQUISAR AGORA É FÁCIL



Você já pode contar com os serviços do Centro de Documentação da Editora Terceiro Mundo para enriquecer sua pesquisa. Dispomos de um acervo valioso sobre as grandes questões dos países em desenvolvimento e também sobre ecologia.

Consulte-nos!

Tels.: (021) 252-1742/232-3372



CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO
ASSINATURAS ▶

Rio de Janeiro

(021) 252-7440 / 232-3372

São Paulo

(011) 573-8562 / 571-9871

Belo Horizonte

(031) 271-3757

Brasília

(061) 226-2202

Curitiba

(041) 223-3290

Aracaju

(079) 211-1912

Florianópolis

(0482) 44-7683

SUPLEMENTO

ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE TEMAS ALTERNATIVOS

Caso Daniela coloca em discussão

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER



**Educação:
Um direito
de todos?**

Página 10

INCONFIDÊNCIA

**200 anos de
Tiradentes**

Página 7

PROFESSORES

**Congresso discute
na UERJ**

Página 9

INFÂNCIA

**Crise empurra
crianças para o
mercado de trabalho**

Página 12

A violência em debate

O brutal assassinato da atriz Daniela Perez transforma-se em estopim do início de uma reflexão profunda sobre as causas da violência crescente na vida do país e as formas de combatê-la



José Louzeiro

Chocado com a onda de violência que o país enfrenta, o presidente Itamar Franco está disposto a rediscutir a pena de morte e a conveniência de implantar a prisão perpétua.

O ministro Maurício Corrêa, da Justiça, propõe uma ampla articulação com os governadores dos estados, ao mesmo tempo em que coloca a Polícia Federal a serviço da causa comum: combater a violência e o crime organizado.

Mas a disposição do presidente Itamar Franco não pára por aí: ele pretende estender a discussão sobre a pena de morte e prisão perpétua ao Congresso, através de uma comissão do Ministério da Justiça, coordenada pelo jurista Evandro Lins e Silva que

deverá concluir, no prazo de seis meses, um anteprojeto sobre o novo Código de Processo Penal.

Segundo o ministro Maurício Corrêa, uma das preocupações do presidente Itamar Franco é com as cenas de violência transmitidas pelas emissoras de televisão.

“O ideal – lembra o ministro – seria que as empresas comesçassem a elaborar um código de ética para evitar certas imagens que incentivem a violência.”

Ao mesmo tempo, lembrou Maurício Corrêa, o governo não deseja impor “qualquer tipo de censura”.

Artistas e arteiros – Enquanto o governo se movimenta, a fim de fazer frente à violência, artistas e técnicos da TV Globo retomam velha discussão: os modelos devem ser contratados

para papéis de responsabilidade dramática nas novelas e minisséries?

Uma pessoa sem preparo está em condições de “colar” num papel e depois sair dele sem ficar perturbado, como aconteceu com Guilherme de Pádua, na novela *De Corpo e Alma*, de Glória Perez?

A mais antiga defensora de que o ator de TV necessita de preparação é Glória Pires, que já participou de 13 novelas.

Em recente entrevista ao *Jornal do Brasil*, disse ela: “A própria empresa não leva a sério a sua sustentação, que é a novela. Isso é uma falta de seriedade. A partir do momento em que ela contrata pessoas despreparadas para fazer o que a mantém de pé, a novela, caracteriza-se uma total falta de seriedade.”

Sobre a renovação de atores:

"Temos atores maravilhosos, jovens desconhecidos do grande público, bonitos, que estão nos teatros e que não são chamados para fazer televisão. A televisão está com uma saturação de bons atores, que são sempre os mesmos. E quando começaram a trazer gente nova, na maioria das vezes, não escolheram atores. A grande parte dos que estão participando da renovação é gente que entrou pela janela, pessoas que não têm preparo, conhecimento ou estudo. Ou se tem experiência, ou se tem estudo. Sem as duas coisas não é possível dar certo."

Hora do modelo – Ney Latorraca é um ator que se recusa a contracenar com gente inexperiente, mas não gostaria de participar de uma "campanha" que tivesse por objetivo impedir o surgimento de novos talentos.

O mesmo não acontece com Cláudia Abreu, Beatriz Segall, Júlia Lemmertz e Renée de Vielmond, que concordam em número e grau com Glória Pires. A posição de Rosamaria Murtinho, presidente do Sindicato dos Atores Profissionais do Rio de Janeiro, é classista. Argumenta: "Antigamente, as emissoras exigiam não apenas o registro profissional como também um bom currículo do ator, o que não ocorre mais." Quanto a firmar posição sobre contratação de elenco, ela declara que não entra nessa briga por um motivo: "Os modelos não reclamam quando os atores tomam seus lugares, fazendo comerciais."

Júri popular – Dependendo dos recursos que foram impetrados, ao longo do processo, o julgamento de Paula e Guilherme de Pádua poderá realizar-se em maio ou junho, e será conduzido pelo juiz Índio Brasileiro da Rocha, presidente do 2º Tribunal do Júri.

As etapas do processo:

1. Interrogatório de Guilherme e

Paula (já realizado, dia 15 de janeiro); 2. a defesa prévia arrolou as testemunhas e requereu novas diligências; 3. são dez as testemunhas de cada acusado; 4. testemunhas de defesa e acusação serão ouvidas; 5. o juiz determina prazo para as alegações finais do Ministério Público e da defesa; 6. caso o juiz entenda que há indícios de autoria e da materialidade do crime, os acusados serão pronunciados. O julgamento será por tribunal popular, como

"Antigamente, as emissoras exigiam não apenas o registro profissional como também um bom currículo do ator, o que não ocorre mais."

Rosamaria Murtinho

determina a Constituição em casos de crimes dolosos contra a vida; 7. se não houver recursos, o Ministério Público apresenta o libelo (o que a acusação pretende apresentar no plenário); 8. a defesa apresenta a réplica; 9. realizam-se as diligências requeridas; 10. o juiz determina a data do julgamento.

Crime na novela – O assassinato da atriz Daniela Perez, por seu colega de trabalho, o ator Guilherme de Pádua, constrangeu o país. Ambos eram personagens – Yasmin e Bira – da novela *De Corpo e Alma*, de Glória Perez, que a Globo exibe no horário das 20h.

O crime, que chocou pela selvageria, teve uma co-participante: Paula Thomaz, mulher de Guilherme de Pádua. Segundo ela disse aos policiais, atacou Daniela com uma chave de fendas e, depois, com uma tesoura, por

achar que a atriz estava querendo arruinar seu casamento.

Paula e Guilherme planejaram a morte de Daniela. Na ocasião, firmaram um pacto de sangue. Jamais um abandonaria o outro. Dez dias antes do assassinato, estiveram no estúdio de Hélio Tattoo, onde fizeram estranhas tatuagens: Guilherme mandou tatuar o nome de Paula no pênis. Ela tatuou o nome de Guilherme na virilha.

Na segunda-feira, 28 de dezembro, quando foram gravadas as cenas finais de Yasmin e Bira que, na história de Glória Perez, viviam brigando mas se amavam, entendeu Guilherme de Pádua que havia chegado o momento de agir. Levou Daniela até a rua Cândido Portinari, Barra da Tijuca, por volta das 21 horas, quando as gravações terminaram. Foi lá que a atriz acabou sendo morta.

Guilherme de Pádua é mineiro de Belo Horizonte. Começou fazendo teatro, em sua terra.

Em 1989, foi tão boa sua atuação como assassino, na peça *Pasolini, Vida e Morte*, que ganhou o prêmio de ator-revelação. Veio para o Rio a fim de tentar a televisão. O começo acabou sendo difícil. Guilherme passou a atuar no show erótico masculino, *Noite dos Leopards*, na Galeria Alaska. Seu primeiro papel foi na novela da TV Globo *Mico Preto*.

Agora, em função do desdobramento do caso, a questão da "televisão violenta" e da formação dos elencos começa a ser discutida. Essa discussão tende a crescer, quando nada, até o julgamento do casal de assassinos. E se o juiz Índio Brasileiro da Rocha determinar que o júri popular se instale em maio ou junho, por certo haverá mais problema: nessa data, Paula estará às vésperas de ter seu filho. Quando foi determinada sua prisão preventiva, ela estava no quarto mês de gravidez.

Contra a impunidade

O alto índice de violência contra a mulher mobiliza entidades civis que pedem uma reforma no Código Penal Brasileiro

Nice de Paula

Todos os dias, pelo menos 337 mulheres são agredidas no Brasil. Esta é uma das informações contidas no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre violência contra a mulher, concluído no final do ano passado. Trabalhando com as denúncias registradas, entre janeiro de 1991 e agosto de 1992, nas delegacias especializadas no atendimento à mulher, a CPI contabilizou 205 mil ocorrências. A maioria delas refere-se a espancamentos com lesões corporais.

Estes números, entretanto, não correspondem ao total das agressões sofridas pelas brasileiras, porque a maior parte dos delitos não chega a ser denunciada, principalmente se ocorrem em áreas que não dispõem de delegacias especializadas no atendimento à mulher. Assim, São Paulo é apontado como campeão de violência, com 79 mil casos, mas é também o estado que concentra mais da metade das delegacias especializadas existentes no país. O Rio de Janeiro conta com cinco delegacias de atendimento à mulher e registrou, no mesmo período, 12.786 ocorrências. Já Alagoas aparece com o maior percentual de homicídios, que corresponde a 25% de todos os crimes contra a mulher denunciados no estado.

No ano passado, uma pesquisa realizada no Chile concluiu que, de cada quatro mulheres do país, uma já foi vítima de violência. Esta mesma estatística representa, segundo as previsões das entidades de defesa da mulher, a verdadeira situação vivida



no Brasil, onde os maridos e amantes são os responsáveis por 70% dos crimes praticados.

A violência atinge mulheres de todos os lugares e níveis sócio-culturais, mas é nas classes mais pobres que o fenômeno se acentua. Essa situação se expressa por registros, como o que comprovou que das 415 mulheres assassinadas em Recife, nos primeiros 11 meses de 1992, 308 eram negras.

Direitos humanos - Preocupados com os altos índices de violência

sofrida pelas mulheres, feministas e organizações humanitárias de todo o mundo iniciaram, no ano passado, um movimento para que a violência contra a mulher, bem como a omissão por parte do Estado, sejam consideradas violação dos direitos humanos. O que se quer é que o tema seja incluído na pauta da Conferência Mundial dos Direitos Humanos que a Organização das Nações Unidas (ONU) vai realizar em Viena, na Áustria, em junho deste ano.

No Rio de Janeiro, os preparativos para a conferência ficaram a cargo da

Rede Feminista Latino-Americana e do Caribe contra a Violência Doméstica e Sexual, do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e da organização não-governamental Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (Cepia), que comemoraram o aniversário da Declaração dos Direitos Humanos com manifestações de repúdio à violência contra a mulher.

Defesa da honra - Foi realizado, ainda, o seminário "Passado, Presente e Futuro da Legítima Defesa da Honra", que, durante dois dias, reuniu autoridades, juristas, populares e pessoas ligadas a movimentos de defesa dos direitos humanos para discutir o argumento responsável pelo maior número de absolvições de autores de crimes contra a mulher no Brasil. No encerramento do encontro, aconteceu um julgamento simulado em que o réu, representado por um ator, foi condenado pelo júri popular, que rejeitou a tese da defesa.

A realidade brasileira, entretanto, é bem diferente. A legítima defesa da honra, embora não esteja explícita no Código Penal, é usada com sucesso pelos advogados de defesa, nos casos de crime contra a mulher. A advogada, cientista política e diretora da Cepia, Leila Linhares, explica que o argumento é, na verdade, uma apropriação do dispositivo legal que aceita o homicídio praticado em legítima defesa. "Estendem a legítima defesa para a legítima defesa da honra, equiparando a honra com a vida."

Segundo Leila Linhares, o movimento de mulheres busca a redução dos delitos e, por isso, trabalha também com campanhas educativas de prevenção da violência. Ela ressalta, porém, a importância do correto julgamento dos criminosos, pois a certeza da impunidade é tida como principal responsável pelos altos índices de violência. "Não queremos vingança, nem a pena de morte. Queremos apenas que os assassinos de mulheres sejam punidos de acordo com a lei vigente, e que o júri avalie o ato cometido e não o comportamento moral da vítima."

A utilização da tese da legítima defesa da honra nos tribunais brasileiros também desperta a atenção de entidades estrangeiras. No ano passado, o American Watch, uma organização internacional voltada para a defesa dos direitos humanos, publicou o livro *Injustiça criminal, a violência contra a mulher no Brasil*. O texto, de autoria de Dorothy Thomas, é baseado em pesquisas feitas no país e critica a ação da Justiça brasileira, principalmente na aplicação da figura da legítima

O correto julgamento dos criminosos é muito importante, pois a certeza da impunidade é tida como principal responsável pelos altos índices de violência

tima defesa da honra na absolvição de réus. Demonstra que, de dois mil casos registrados numa delegacia do Rio, em 1990, nenhum resultou em punição, e entre quatro mil denunciados no Maranhão, 300 foram julgados e apenas dois os punidos. Segundo a pesquisa, o Brasil não está cumprindo sua obrigação internacional de tratamento igualitário às mulheres, e não há vontade política para fazê-lo de forma eficaz.

Sobre a aceitação da legítima defesa da honra, o próprio texto detecta a influência da soberania do júri popular, que é instaurado em casos de homicídio. Com base em depoimentos de juizes e advogados, o estudo entende que os jura-

dos não observam a lei e decidem de acordo com sua própria consciência, seus preconceitos e valores pessoais.

Essa contradição ficou clara no caso de João Lopes, um pedreiro paraense que matou a facadas a mulher e o amante, sendo depois absolvido. Numa decisão considerada histórica, o Tribunal Superior de Justiça rejeitou o veredito do júri, alegando que ele era contrário às provas, porque a honra não é um atributo conjugal mas pessoal, e o homicídio não é uma resposta adequada ao adultério. João foi submetido a um outro julgamento, sendo novamente absolvido pelo júri popular com base na mesma figura jurídica. O advogado do réu afirmou ao American Watch que "não é a Justiça, mas a sociedade machista que absolve os assassinos de mulheres".

A cientista política e presidente da Cepia, Jacqueline Pitanguy, pondera que, apesar dos contínuos avanços do movimento feminino, há uma grande dificuldade em alterar o modo de pensar da sociedade. "Uma coisa é conquistar espaços institucionais; outra é mudar a cabeça das pessoas e a cultura jurídica", comenta. Entretanto, ela acredita que só a Justiça pode reduzir a violência. "Na hora em que todos que cometerem crimes forem levados a julgamento, e os tribunais não aceitarem mais o argumento da legítima defesa da honra, os homens vão matar menos e as mulheres vão denunciar mais", aposta.

As conclusões da CPI sobre a violência contra a mulher foram entregues ao presidente da Câmara dos Deputados para serem discutidas. Posteriormente, deverão dar origem a projetos de lei e medidas relativos ao problema. Mas além de leis especiais de proteção, em todo o país, as mulheres sonham também com uma reforma no Código Penal, impossibilitando a utilização da legítima defesa da honra, classificando o estupro como um crime contra a pessoa (atualmente, ele é considerado crime contra os costumes) e abolindo a referência à "mulher honesta" ou "virgem" como prerrogativa para definição de crimes sexuais. ■

Discriminação e preconceito

"JUSTIÇA, no meu país, não tem. Fui queimada, quebrada e cozida num fogão. Domingos Sávio está livre, nada lhe aconteceu. Ele foi liberado, mas a minha vida não. Eu vou carregar essa cicatriz para sempre." Cinco anos depois de ter sido banhada em álcool e levada ao fogo pelo namorado, estas são as impressões da cabeleireira Maria Celsa da Conceição, que fez um depoimento público na Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, em dezembro do ano passado. Aos 29 anos e com o rosto e parte do corpo deformados pelas cicatrizes da queimadura, Celsa se diz revoltada com o sistema judiciário, que absolveu o homem que tentou matá-la, causou seu aborto e lhe deixou lesões permanentes.

O funcionário público Domingos Sávio, autor do crime, foi processado por lesões corporais graves e não por tentativa de homicídio, o que exigiria um júri popular e penas maiores. Segundo as investigações do American Watch, o próprio promotor foi o responsável pela absolvição do réu, pois afirmou ao juiz que Maria Celsa não era testemunha confiável porque tinha um mau comportamento moral, já que namorava dois homens ao mesmo tempo. Quando o inquérito foi encerrado, Celsa estava hospitalizada e, embora sonhe em reabri-lo, isso



não é possível porque o prazo para recurso esgotou-se.

Além das cicatrizes, Celsa afirma que sofre com as discriminações, tendo inclusive dificuldades para arrumar emprego por causa da sua aparência. Em seu depoimento, ela reivindicou justiça e medidas práticas, como a abertura de albergues para as vítimas de violência doméstica, evitando que se submetam a

continuar vivendo com seus agressores.

Exatamente na época do depoimento, Maria Celsa estava hospedando em sua casa Maria Jacira da Silva, outra mulher queimada pelo marido. Aos 42 anos, Jacira conta ter sido atingida com querosene e fogo. Como acontece com muitas mulheres que não têm meios de subsistência, ela continuou vivendo com

o marido por mais dois anos, mas saiu de casa no final do ano passado, temendo ser assassinada. "Ele estava ameaçando me matar, e antes que isso acontecesse, fugi", declarou.

Jacira procurou uma delegacia especializada no atendimento à mulher no Rio de Janeiro, onde foram registradas queixas de ameaça de homicídio e constrangimento ilegal. A delegada responsável pelo caso, Leila Carvalho, disse que também vai tentar reabrir o inquérito relativo à queimadura, arquivado porque, na época, Jacira assumiu a autoria.

Também às voltas com uma reabertura de processo está a família de Nícia Abreu e Silva, assassinada há sete anos. O crime aconteceu quando seu ex-marido, Anibal Maciel e Silva, foi esperá-la na porta da faculdade e, após uma discussão, disparou o revólver.

No julgamento, embora o promotor alegasse que o crime foi premeditado, o júri aceitou a tese de que ele agira sob violenta emoção, reduzindo de 12 para quatro anos a sua pena. Como era réu primário e com bom comportamento, ele cumpriu apenas 18 meses em regime de prisão aberta e foi libertado. A família não se conformou e o promotor entrou com recurso, argumentando que o veredito contrariava todas as provas. O processo foi reaberto e está em andamento.

Tiradentes e a Conjuração Mineira

Ivan Alves Filho

A ocupação colonial de Minas Gerais teve início por volta de 1675, ano da fundação dos primeiros arraiais na região. Mudava, assim, o eixo do processo de povoamento da Colônia, que atingia do ravante os sertões mais profundos, não se limitando mais às faixas litorâneas, como se verificara até então. A descoberta de ouro por grupos de aventureiros oriundos da Capitania de São Paulo se encontrava na base desse novo surto de ocupação.

O ouro passou, como que automaticamente, a atrair grandes levas de imigrantes para a região das minas. Conforme testemunha, em 1710, o jesuíta italiano André João Antonil, "cada ano vêm nas frotas quantidades de portugueses e estrangeiros para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, seculares, clérigos e religiosos de diversos institutos".

Ora, essa verdadeira avalanche demográfica possibilita, em boa medida, a descoberta e exploração de filões auríferos nas áreas centrais da Colônia (Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás). A rigor, ela força também a abertura de um mercado interno para a atividade manufatureira. Aliás, a Coroa chega a baixar um alvará proibindo a fundação de fábricas no Brasil: trata-se de pôr um freio suplementar (o outro grande freio era o próprio sistema escravista, para não aludir aos pesados tributos) ao desenvolvimento das forças produtivas na Colô-

nia. A propalada vocação agrícola e extrativista do Brasil é, portanto, realçada. Vale dizer, a Coroa busca definir, mais uma vez, o espaço econômico tradicionalmente reservado à Colônia, que consiste em exportar matérias-primas tropicais (ou produtos beneficiados, como o açúcar) em direção aos mercados europeus.

O colonialismo põe, a vida dispõe. Ou seja, as forças mais retrógradas encasteladas na Metrópole pareciam demasiadamente confiantes na submissão dos brasileiros aos seus desígnios. Os oprimidos, porém, pensavam de outra maneira. E, no bojo da crise econômica que se alastrava pela Colônia, sonhavam, com Tiradentes à frente, com um projeto libertário para o país.

De fato, a Conjuração Mineira de 1789 ocorre quando se configura o declínio da exploração aurífera, confirmando uma lei inerente a toda e qualquer convulsão social: as rebeliões po-

pulares se produzem quando, na sequência de um surto de desenvolvimento econômico, se verifica uma recessão ou recuo da capacidade produtiva em escala considerável, frustrando assim os anseios materiais de amplas camadas da população.

Minas Colonial não fugiu a essa regra – se bem que o descontentamento tenha tido igualmente uma razão imediata, conjuntural. Qual seja, a *derrama*, um imposto *per capita* sobre o ouro que o povo deveria pagar à Real Fazenda, conforme estipulava o alvará de 3 de dezembro de 1750, e que o Governador da Capitania, Visconde de Barbacena, ameaçava cumprir à risca, cobrando 538 arrobas de ouro (cerca de oito toneladas) de tributo à população. Temendo, provavelmente, uma reação contrária à medida (havia setores na Metrópole que davam crédito às informações sobre o estado de decadência das minas e que atribuíam o não-pagamento dos impostos à queda da extração do ouro), Barbacena acaba por suspendê-la.

No entanto, o mal já estava feito. Desde dezembro de 1788, pelo menos, os conjurados Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, Carlos Correia, José Álvares Maciel, José da Silva de Oliveira Rolim, Inácio José de Alvarenga Peixoto e Francisco de Paula Freire de Andrade reuniam-se na residência deste último para conspirar. O plano dos conjurados consistia em deslanchar uma insurreição popular a partir de fevereiro do ano seguinte, data presumível da *derrama*. Os combates seriam travados em Vila Rica por cerca de 200 homens fortemente armados, que eliminariam o Governador e proclamariam a independência do Brasil, instalando a nova capital

O colonialismo põe, a vida dispõe. As forças mais retrógradas encasteladas na Metrópole pareciam demasiadamente confiantes na submissão dos brasileiros aos seus desígnios

em São João d'El Rey. Pelo que se pôde apurar, o programa dos conjurados tinha um caráter avançado para as condições da época: além de anticolonialista, era republicano e parlamentarista. A libertação dos escravos (ao menos dos nascidos no Brasil) também entrava no plano dos revolucionários. É o que demonstra a própria leitura dos Autos da Devassa das autoridades coloniais.

Tiradentes, militar e dentista prático nascido no distrito de Pombal, em São João d'El Rey, Minas Gerais, foi, sem dúvida, o principal homem da Conjuração. De fato, coordenador do trabalho de agitação dos conjurados, Tiradentes foi preso em maio de 1789, em um de seus deslocamentos ao Rio de Janeiro, mais exatamente na rua dos Latoeiros, atual rua Gonçalves Dias, no Centro da cidade. Enforcado em 21 de abril, no Campo da Lampadosa, foi denunciado por Joaquim Silvério dos Reis, um dos grandes devedores da Fazenda Real.

Somente Tiradentes seria punido com a pena de morte. Mas um grande número de conjurados seria banido para as colônias portuguesas da África. A participação, nas reuniões conspiratórias, do poeta Tomás Antônio Gonzaga, do cônego Luis Vieira — numa relação de dezenas de nomes arrolados em processo — revela a diversificação social já existente na sociedade escravista colonial, na segunda metade do século XVIII. Nessa ótica, as camadas médias ganhavam a cena política, manifestando o seu descontentamento com os desmandos administrativos da Coroa portuguesa no Brasil.

O Visconde de Barbacena não tinha, inicialmente, a intenção de abrir um inquérito judicial contra os conjurados, optando, em carta escrita ao Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa, seu tio, sediado no Rio de Janeiro, "por tirar daqui e do Brasil as cabeças do motim que se puderem descobrir sem maior aparato, dando a entender causa ou culpa diversa, ou não dizendo o porquê". O Vice-Rei reage de forma diferente, mandando investigar oficialmente as peripécias dos conjurados. A



Os combates seriam iniciados em Vila Rica por cerca de 200 homens bem armados

sentença que condenou Tiradentes foi proferida a 20 de abril de 1792:

(...)

"Portanto, condenam ao réu Joaquim José da Silva Xavier, por alcuinha o Tiradentes, alferes que foi da tropa paga da Capitania de Minas Gerais, a que, com barão e pregação, seja conduzido pelas ruas públicas ao lugar da força, e nela morra morte natural para sempre e que, depois de morto, lhe seja cortada a cabeça e levada a Vila Rica, aonde, em o lugar mais público dela, será pregada em um poste alto, até que o tempo a consuma, e o seu corpo será dividido em quatro quartos e pregados em poste, pelo caminho de Minas, no sítio da Varginha e das Cebolas, aonde o réu teve as suas infames práticas, e os mais nos sítios de maiores povoações, até que o tempo também os consuma; declaram o réu infame, e seus filhos e netos, tendo-os, e os seus bens aplicam para o Fisco e Câmara Real, e a casa em que vivia em Vila Rica será arrasada e salgada, para que nunca mais no chão edifique, e não sendo própria será avaliada e paga a seu dono pelos bens confiscados, e no mesmo chão se levantará um padrão, pelo qual se

consERVE em memória a infância desse abominável réu."

Seja como for, o movimento foi denunciado por pelo menos três espiões e não chegou sequer a organizar o levante armado. Permaneceu como sonho na cabeça de seus principais idealizadores. Segundo informações seguras coletadas pelo historiador norte-americano Kenneth Maxwell e publicadas no seu livro *A devassa da devassa*, os conjurados teriam adiado momentaneamente os seus projetos, inclusive. Ainda não foi possível saber ao certo por que razão. Mas o fato concreto é que a repressão que se abateu sobre os conjurados traía o temor que as autoridades coloniais sentiram diante das intensas movimentações em Minas. Havia como que um cheiro de revolução no ar. Nesse sentido, a Conjuração Mineira funcionou como verdadeiro laboratório de idéias que iriam sacudir a Colônia no século seguinte, o século da Independência.

E em 1822, trinta anos após a sua morte, Tiradentes saía do esquecimento histórico para entrar na vida de uma nova nação em gestação — a Nação Brasileira.

Em pauta, a escola pública

Encontro nacional de profissionais em educação discute a nova Lei de Diretrizes e Bases e coloca em questão a ética e a cidadania na escola pública

Patrícia Costa

Dos dias 7 a 10 de janeiro, mais de dois mil delegados, representando os 29 estados do Brasil e três nações estrangeiras (Argentina, Portugal, Uruguai) e representantes da Confederação Mundial das Organizações de Profissionais do Ensino (CMOPO), estiveram reunidos na Universidade do Rio de Janeiro (UERJ) no XXIV Congresso Nacional de Trabalhadores em Educação. Realizado de dois em dois anos (o último foi em Olinda, em 1991) o congresso abordou diversos temas, entre eles a questão do exercício da cidadania e a ética dentro das escolas. "A Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE) sempre procurou manter um eixo central nos seus debates, que é a unificação da luta pela valorização do profissional de educação e a qualificação do ensino. Mas, a cada congresso, a discussão gira também em torno de temas atuais", explica Carlos Augusto Abicalil, diretor de imprensa da CNTE e professor de História do Mato Grosso.

União – Sobre a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para a educação, que está no Congresso, Carlos Augusto afirma que ela altera substancialmente o quadro da educação pública atual. A lei prevê novas fontes de financiamento e nova forma de distribuição de recursos, excluindo os critérios políticos, como era feito até então, e priorizando os critérios técnicos, sobretudo na educação básica. Nesse sentido, a lei defende o piso salarial nacionalmente unificado, o que acabaria com os absurdos que são cometidos no interior dos estados do país. Um exemplo é o professor de química de nível superior João de Deus de Sousa, presidente do Sindicato de Trabalhadores em Educação da Rede Pública do Piauí. Em dezembro de 1992, ele ga-

co. Quando elas voltam para casa, estão diferentes, mais confiantes, pois descobriram que não estão sozinhas na luta por seus direitos."

Dignidade no ensino – Carlos Augusto Abicalil aponta outras questões defendidas pela LDB, como a gestão democrática na escola, que tem um princípio constitucional, mas não está ainda regulamentada nacionalmente, e o plano de carreira, também defendido em um nível nacional, pois o plano que está hoje em vigor "não incentivava o professor a entrar na rede pública e se dedicar a ela". Segundo Abicalil, um professor da rede pública é forçado a trabalhar em três ou quatro escolas, para poder ganhar um salário melhor, mas isso acaba por pre-

judicar a qualidade do ensino, já que não há tempo para o estudo e o aperfeiçoamento do trabalho: "É uma bola de neve: o professor não consegue se atualizar, e o aluno acaba saindo da escola, por sentir-se muito distante daquilo que lhe ensinam." Existem hoje mais de oito milhões de crianças brasileiras que estão fora da escola.

Os trabalhadores em educação (professores, serventes, funcionários administrativos, orientadores educacionais) reivindicam também um sistema único de ensino, que acabaria com as diferenças entre as escolas das capitais e as do interior. O Brasil é o único país da América do Sul que possui quatro redes de ensino: municipal, estadual, federal e particular. "O agravante é que cada uma age do ponto de vista de sua organização, como bem entende. Isto precisa acabar", assinala Abicalil.



Os dois mil delegados analisaram a nova Lei de Diretrizes e Bases

nhou Cr\$ 1.427.824,50. Sua colega Marinalva dos Santos Neiva, professora primária, ganhou Cr\$ 571.680,00. "No Piauí, se paga o menor salário de professor do país. Existem municípios que chegam a pagar Cr\$ 20.000,00. É uma vergonha e nós estamos aqui para tentar reverter essa situação", exclama João de Deus. Sua indignação é partilhada por todos. "As pessoas vêm de todos os cantos do país para participar deste processo democráti-

Um direito de todos?

Ministros de todo o continente tentam traçar planos de emergência para superar a crise que afeta o sistema educacional

Ydira Ferrer

A pesar de todos os anúncios e promessas dos governos e do setor privado de que vão melhorar o nível do ensino, a educação ainda enfrenta três grandes desafios: o seu limitado alcance, a má qualidade e a evasão escolar.

Os ministros da Educação da América Latina manifestaram na capital colombiana, durante a II Conferência Ibero-americana, realizada em novembro passado, que os problemas devem ser enfrentados com uma participação ativa da população.

Apesar das constituições dos países da região consagrarem o ensino como um direito, uma grande porcentagem de crianças, especialmente no setor rural, não vai à escola e existe uma alta taxa de evasão dos que conseguem entrar.

Segundo um estudo conjunto do Programa Andino de Serviços Básicos contra a Pobreza (Proandes) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), entre 80 e 90% das crianças da região entram para a escola primária, mas este esforço é em vão devido ao alto índice de evasão escolar.

O estudo indica, por exemplo, que na Bolívia apenas 32% das crianças que conseguem entrar na escola concluem o primário. No caso do Equador, 50% das crianças que iniciam o 1º

Grau chegam a concluí-lo, enquanto que no Peru, o índice é de 51%, na Colômbia, 57% e na Venezuela, 73%.

Uma solução possível – Para o ministro da Educação da Bolívia, Hedim Céspedes, o principal problema que apresenta a educação na região “é que não se conseguiu estendê-la a todas as crianças”.

Segundo o ministro, “a descentralização pode ser eficaz na medida em que haja uma maior integração com a comunidade”, mas é um processo que deve ser realizado com cuidado.

Já Ivá Núñez, assessor do Ministério da Educação do Chile, considera que a educação latino-americana, com altos e baixos, está em fase de expansão: “O principal desafio é responder com qualidade e com métodos modernos às exigências da sociedade.”

Na opinião de Tarcisio Mora, secretário de Assuntos Trabalhistas da Federação de Educadores da Colômbia (Fecode), a educação na América Latina é “medíocre”. A falta de material docente, o mau estado dos colégios, a manutenção ou redução do quadro de professores são, segundo ele, problemas frequentes nas escolas da rede oficial.

Os riscos da descentralização – Estes problemas, porém, não poderão ser solucionados se se considerar a descentralização como um ato administra-

tivo mediante o qual o Estado transfere sua responsabilidade de prestar esse serviço aos governos locais.

Segundo Mora, no caso colombiano, este é o risco que se corre, “porque se adotou uma lei descentralizadora que transfere os encargos com educação para os municípios, sem levar em conta mecanismos fiscais que garantam plenamente seu financiamento”.

O diretor da Fecode destacou ainda que um processo de descentralização deve ser acompanhado de outras medidas que eliminem as condições de pobreza. “Um estudante com fome, como os que recebemos todos os dias nas escolas oficiais, não pode ter a mesma capacidade de um que frequenta os colégios privados.”

Contrastando com este panorama de crise, o vice-ministro da Educação de Cuba, Rafael Bernal, afirmou no encontro que seu país consegue, apesar das dificuldades, dar educação a 100% das crianças e jovens, além de contar com currículos escolares de alta qualidade.

Pará o ministro, “a educação latino-americana apresenta um panorama dramático porque, segundo estatísticas da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), temos 40 milhões de analfabetos. Isso nos mostra que ainda há muito por fazer neste campo, em todos os sentidos”.



A nova Revolução Verde

Para enfrentar o desafio de alimentar os 90 milhões de pessoas que nascem a cada ano, uma nova Revolução Verde vem sendo engendrada em laboratórios de todo o mundo

Walter Truett Anderson

Em uma corrida contra o crescimento populacional e a degradação das terras cultiváveis, os cientistas agrícolas estão tentando incrementar a produção de alimentos, adaptando tecnologias às necessidades e às práticas tradicionais dos pequenos fazendeiros. O resultado dessa corrida, de acordo com um simpósio realizado na cidade norte-americana de Annapolis, pode vir a ser nada menos do que uma nova Revolução Verde, que resultará em progressos espetaculares no cultivo de alimentos básicos como batatas, bananas e arroz.

O desafio é tão grande quanto a promessa. "Com 90 milhões de novos seres humanos a alimentar a cada ano, devemos dobrar a produção de alimentos por volta de 2050, apenas para manter as coisas como estão", diz o dr. Steven Vosti, do International Food Policy Research Institute. "Para

melhorar as condições alimentares da Humanidade, devemos triplicar a produção".

Enquanto isso, no World Resources Institute, no primeiro relatório global sobre as condições do solo, foi anunciado que "mais de três bilhões de acres de terra – uma área do tamanho dos territórios da China e da Índia juntos – foram seriamente degradados desde a II Guerra Mundial, principalmente pela erosão".

Uma abordagem diferente –

Para enfrentar esses desafios, laboratórios de todo o mundo estão abordando o problema de um modo completamente diferente do adotado durante a antiga Revolução Verde dos anos 60. Naquela época, o objetivo era conseguir aumentos espetaculares na produção agrícola através de variedades de arroz e trigo altamente produtivas. A Índia, por exemplo, então à beira da fome em massa, se tornou um país exportador de trigo.

Mas essas novas variedades precisavam de irrigação e fertilizantes artificiais que só podiam ser adquiridos por grandes fazendeiros, deixando de lado os pequenos produtores.

Agora, a palavra de ordem dos novos revolucionários verdes é "sustentabilidade ecológica" e o seu instrumento de crescimento são as pequenas fazendas.

No International Institute of Tropical Agriculture, na Nigéria, outros cientistas estão trabalhando com bananas – uma importante fonte de alimento na África. Pesquisadores desse instituto estão usando métodos de tecnologia avançada para criar resistência a um tipo de fungo que devasta as espécies de bananas nativas.

Já nas Filipinas, no International Rice Research Institute – um dos lugares onde floresceu a primeira Revolução Verde – os cientistas estão usando tecnologias avançadas para incrementar a produção de arroz. Os novos tipos de arroz que estão produzindo não são, a rigor, engendrados geneticamente.

Assim como se tem feito com as bananas na África, os cientistas filipinos estão usando uma técnica de mapeamento genético, descobrindo exatamente quais os gens que um certo tipo de arroz tem para resistir a pragas e doenças, e precisamente onde estão localizados. Usando esta informação, os agricultores poderão produzir novas espécies feitas sob medida para agir desta ou daquela forma em cada subclima específico.

Outra vantagem dessa pesquisa é que ela pode reverter a tendência à padronização das plantações. Nas últimas décadas, os fazendeiros do mundo inteiro abandonaram variedades locais em troca de outras de alta produtividade (ver **cadernos do terceiro mundo**, nº 151, "Batatas: modernidade versus tradição"), criando um tipo de uniformidade genética que pode ser vulnerável a novas pragas. A nova Revolução Verde promete, em compensação, o aproveitamento das inúmeras espécies locais e também maior flexibilidade de resposta.





Mais de 25% das crianças africanas realizam algum trabalho ilegalmente

Adultos por necessidade

Tafazdwa Matimba-Mumba

Embora muitos governos tivessem considerado os Programas de Ajuste Estrutural o caminho mais curto para o desenvolvimento, na verdade eles significaram um retrocesso no campo social para os países da África e levaram milhares de crianças a ingressar no mercado de trabalho.

Segundo relatórios de diversos especialistas, 25% das crianças africanas entre 10 e 14 anos de idade realizam ilegalmente algum tipo de trabalho. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com sede em Genebra, as cifras reais são superiores. "Sabemos que é muito maior o número de crianças com menos de 10 anos que fazem algum tipo de trabalho", disse Assefa Bequele, gerente do Projeto Interdepartamental da OIT para a Eliminação do Trabalho Infantil.

A funcionária garante que "em muitos países do continente o trabalho infantil é um fenômeno oculto, porque os empregadores não querem admitir que usam crianças e os pais não reconhecem que seus filhos estão trabalhando".

*A crise econômica
leva um crescente
número de pais
africanos a
mandar seus
filhos menores de
idade ao mercado
de trabalho*

Além dos programas de ajuste, na África também contribuem para aumentar o número de crianças que trabalham a secular pobreza, a seca e a crise econômica, afirma o secretário geral do Sindicato dos Comerciantes do Zimbábue, Shangwa Chifamba. "Em muitos casos, quando as taxas de desemprego são altas, os pais não podem manter seus filhos e os mandam buscar trabalho para aumentar a renda familiar", explica.

Evasão escolar - Segundo a OIT, 13,5% de todas as crianças do mundo, entre 10 e 14 anos, realizam algum tipo de trabalho. E no Terceiro Mundo, a África tem o mais alto percentual de crianças no mercado de trabalho nessa faixa etária. Na Ásia trabalham 16% das crianças de 10 a 14 anos e na América Latina 7%. Uma diferença entre as regiões do Terceiro Mundo que reflete a disparidade nos seus níveis de desenvolvimento.

"Isso significa que a maioria das crianças africanas não vai à escola, ao contrário da Ásia e América Latina. É um reflexo do subdesenvolvimento nesse continente", afirma o funcionário.

Apesar da força de trabalho infantil na África estar calculada em 25% da população total, em alguns países africanos como Burkina Faso (ex-Alto Volta), Malaui e Senegal, até 50% das crianças estão dedicadas a diversas atividades.

Em Comores, Egito, Nigéria e Togo, cerca de 10% de crianças dessa faixa de idade são trabalhadores ilegais, informou a OIT. No Zimbábue, muitas crianças estão empregadas no setor agrícola de grande escala, na eliminação de ervas daninhas, na colheita do algodão e na aplicação de inseticidas. Algumas delas são mordidas por cobras, outras são intoxicadas pelos inseticidas com que trabalham.

Em muitas partes da África, o número de crianças dedicadas ao trabalho doméstico está aumentando, e com isso crescem os abusos. Já o trabalho assalariado predomina em minas e fábricas da Ásia e América Latina, onde as crianças são privadas da proteção dos seus pais.

Os especialistas temem que, com os avanços da industrialização na África, os abusos com as crianças logo comecem a tomar novas formas. Atualmente, quase todos os países africanos subsaarianos estão passando por profundas reformas econômicas. Isso leva a temer que a situação do trabalho infantil na região se deteriore ainda mais.

IRAQUE

Novos bombardeios levantam polêmica



Mísseis Patriot caíram em Bagdá

A pesar de não estarem unidos em outras questões, os países árabes coincidiram em condenar o bombardeio sofrido pelo Iraque em meados de janeiro por parte das potências ocidentais, às quais acusaram de usar "dois pesos e duas medidas". A Liga Árabe se mostrou particularmente irritada pela atitude das Nações Unidas, que autorizou novamente o bombardeio do Iraque por não respeitar suas resoluções, mas permanece indiferente às violações de Israel às decisões do Conselho de Segurança (ver artigo nesta página: "O drama dos deportados").

Também consideram inaceitável a falta de energia demonstrada na crise na ex-Iugoslávia, em particular em relação ao sofrimento dos muçulmanos bósnios.

"Não defendemos Saddam Hussein, mas por que só atacam o Iraque?", perguntam os árabes. Surpreendentemente, apesar de suas rivalidade com o Iraque, também os iranianos condenaram a atitude do governo norte-americano e das demais potências ocidentais. "Os aliados se colocam como intérpretes das resoluções das Nações Unidas e se consideram os policiais do mundo", afirmou o presidente Ali Akbar Rafsanjani.

Por sua vez, a Rádio Teerã acusou os Estados Unidos de lucrarem com a guerra do Golfo, vendendo armas a seus aliados árabes. O Paquistão, também um país muçulmano, criticou a iniciativa de Bush e lembrou a omissão de sua administração diante do drama da guerra na província hindu de Cachemira, de maioria islâmica.

Contra sua vontade, Clinton teve que se pronunciar sobre a situação no Golfo assim que assumiu a presidência. As declarações que fez durante o bombardeio de janeiro foram ambíguas, embora tenham dado margem a algumas especulações sobre uma disposição de flexibilizar as posições defendidas por Bush. Com essa moderada mudança de atitude estão contando alguns analistas, que apostam em que Clinton não deseja se ver arrastado por uma guerra sem ter tido tempo sequer para definir sua política externa (ver artigo nesta edição: "Um país em transição").

O ataque de 13 de janeiro, que Bush deixou de "herança maldita" para o governo democrata, ocorreu quase dois anos depois do início da guerra do Golfo.

ISRAEL

O drama dos deportados

Entre os muitos desafios que Bill Clinton enfrentará em matéria de política internacional um dos mais complexos é o das relações entre Israel e os palestinos dos territórios ocupados. As negociações de paz que haviam começado em Madri e continuaram em Washington sob os auspícios dos Estados Unidos — com participação de Israel, Líbano, Egito, Síria e Jordânia, cuja delegação incluía representantes da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) —, estão suspensas.

Retomá-las será um dos muitos desafios que Bill Clinton enfrentará em matéria de política internacional. Mas para isso será necessário, antes, que o governo democrata ajude a resolver o impasse criado entre Israel e os palestinos com a expulsão dos territórios ocupados de mais de 400 mil habitantes, em sua maioria pertencentes ao grupo islâmico Hamas. Deportados para o Líbano, que não aceitou recebê-los, os palestinos estão acampados em terra de ninguém, na fronteira entre ambos os países.

O dr. Esmat Abdumeguid, secretário da Liga Árabe, exigiu da ONU a implementação do artigo 7 da sua Carta, usando a força contra Israel se este continuar não acatando a resolução 799 do Conselho de Segurança, que pediu a imediata repatriação de todos os palestinos.

Quando assumiu o poder, o primeiro-ministro Yitzhak Rabin contava com o apoio de 67 deputados (dos 120 que formam o Parlamento). Mas sua intransigência em relação aos palestinos o fez perder cinco deles. E, segundo pesquisas de opinião recentes, 33 dos 44 deputados trabalhistas são partidários da abertura de conversações diretas com a OLP, decisão que Rabin até agora evitou adotar.



Palestinos deportados oram na "terra de ninguém"



A morte do bailarino russo Rudolf Nureyev, aos 54 anos de idade, privou o mundo da dança de um dos seus maiores gênios. Desde que pediu asilo político durante uma turnê no Ocidente em 1961, Nureyev foi disputado por todas as grandes companhias de balé do mundo



Momento histórico: os presidentes George Bush, dos Estados Unidos, e Boris Yeltsin, da Rússia, comemoram a assinatura do Acordo de Redução de Armas Estratégicas (Start II), que garantirá uma diminuição de quase dois-terços do arsenal nuclear de ambos os países



Moradores de Sarajevo acompanham o funeral do vice-primeiro-ministro da Bósnia-Herzegovina, o muçulmano Hakiya Turajlic, assassinado em 8 de janeiro passado por soldados sérvios quando saía do aeroporto local em um veículo blindado da força de paz das Nações Unidas



Manifestantes participam na Coreia do Sul de um comício em apoio a Kim Young-Sam, o candidato do Partido Liberal Democrático, no poder, que venceu o líder opositor Kim Dae-Jung nas eleições presidenciais de 18 de dezembro último

Mais de dez mil indígenas equatorianos percorrem a capital do país, Quito, protestando contra uma provável privatização da Previdência Social. A privatização da instituição, segundo alguns estudos, impediria 805.000 camponeses de receber assistência médica em 340 postos de saúde espalhados pelo país



Em Miami, um grupo de 352 refugiados haitianos espera uma decisão dos funcionários da Imigração norte-americana sobre seu pedido de asilo político, após terem seu barco interceptado pela Guarda Costeira em alto-mar



Simpatizantes do presidente queniano Daniel Arap Moi participam de um comício um dia antes das primeiras eleições multipartidárias em 26 anos, que dariam a vitória a Moi, em um resultado marcado pelas denúncias de fraude

Os presidentes dos países que participam do Mercosul se reúnem em Montevidéu para mais uma rodada de conversações (da esquerda para direita: Andrés Rodríguez, do Paraguai; Luis Lacalle, do Uruguai; Carlos Menem, da Argentina, e Itamar Franco, do Brasil)



EQUADOR

Mais violações dos direitos humanos



Manifestantes protestam em Quito contra o plano de ajuste do governo

A Associação Latino-Americana de Direitos Humanos (Aldhu) afirma que, com a mudança de governo no Equador, aumentaram as violações dos direitos humanos naquele país. Do total de casos registrados pela organização em 1992, 62% correspondem ao período posterior a 10 de agosto, data em que Durán Ballén assumiu a presidência.

Após o duro ajuste econômico com que o novo chefe de estado inaugurou seu estilo de governo, a violência repressiva aumentou consideravelmente. Segundo a entidade humanitária, o número de violações poderia ser explicado

pela suspensão do processo de reforma da instituição policial, "que retornou a suas nefastas práticas anteriores". A Aldhu reivindicou do governo o cumprimento de suas promessas de campanha, que incluíam o compromisso de respeitar os direitos humanos.

Mas não é só neste terreno que o governo de Durán Ballén enfrenta problemas. O Partido de Unidade Republicana (PUR), criado pelo atual presidente há 16 meses, está se distanciando cada vez mais de seu líder. Reconhecido oficialmente como partido político em outubro de 1991, o PUR promoveu a candidatura à presidência de Durán Ballén depois que este perdeu, na votação interna realizada durante um congresso, a possibilidade de disputar o cargo pelo Partido Social Cristão (PSC), ao qual pertenceu durante 40 anos.

Ao assumir a presidência, Durán Ballén designou um gabinete no qual apenas dois de seus 12 ministros são militantes do PUR. Nestas circunstâncias começaram a aflorar as contradições entre o governo e a organização. Projetos enviados pelo Executivo ao Congresso — como o que busca racionalizar os gastos fiscais e o que tende a modernizar a máquina estatal — foram criticados com dureza e rejeitados pelos 12 deputados do PUR.

PERU

Sendero, outra vez

A organização Sendero Luminoso assumiu a responsabilidade pelo assassinato do secretário-geral da Confederação Geral de Trabalhadores do Peru, Pedro Huilca, morto no último 18 de dezembro.

Através de seu porta-voz clandestino *El Diario*, a organização reconheceu o assassinato de Huilca e o qualificou de "o maior golpe político e o mais demolidor, depois da captura de Abimael Guzmán". O Sendero justifica a escolha de Huilca como vítima por suas atitudes "revisionistas" e porque teria sabotado a luta dos trabalhadores devido a seu suposto apoio aos diferentes governos.

"Dentro da campanha pelo cente-

nário de nascimento do presidente Mao Tsé Tung (1893-1976), o aniquilamento do reacionário Huilca se constituiu a melhor homenagem do Sendero Luminoso ao proletariado revolucionário do Peru e do mundo", afirma a publicação.

No dia 11 de janeiro, na mesma linha de ações, o Sendero Luminoso matou Ramón Galindo, vice-prefeito de El Salvador, uma cidade vizinha a Lima, a capital. Galindo pertencia ao partido



A prisão de Guzmán não acabou com os ataques do Sendero

Esquerda Unida e era candidato a prefeito nas eleições de 29 de janeiro.

O líder máximo do Sendero Luminoso, Abimael Guzmán, capturado em setembro na capital peruana, foi condenado à prisão perpétua e cumpre sua pena em uma base naval na ilha de San Lorenzo.

Ninguém ganhará esta guerra



Numa guerra sem vencedores, o principal perdedor é a sociedade civil

Darío Villamizar Herrera*

O jornal *El Colombiano*, o de maior tiragem no nordeste do país e o mais lido em Medellín – um dos centros urbanos da “guerra integral” anunciada pelo presidente Cesar Gaviria Trujillo – publicou recentemente uma enquête realizada na região, revelando que 79,3% dos entrevistados não acreditavam que as medidas de exceção decretadas pelo governo acabem com os conflitos que se vive na Colômbia.

Já 69,3% responderam que nem a guerrilha nem o exército ganhariam a guerra e 64,7% dos entrevistados

acham que se esgotaram as possibilidades de diálogo com os rebeldes, enquanto que 30,7% pensam que as portas da negociação ainda estão abertas.

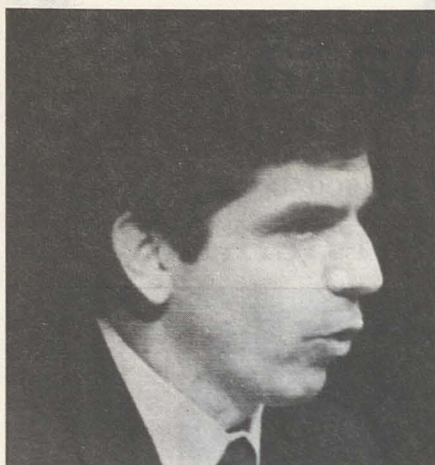
A pesquisa reflete o estado de ânimo dos colombianos, contrários à guerra – venha de onde vier – e indica que a única perdedora é a população civil, principal vítima deste confronto.

Visões opostas – A revista *Consenso*, editada por organismos do governo, publicou um artigo de Gonzalo de Francisco, intitulado “A vontade de paz continua invariável”, onde se afirma que “o governo mantém a vontade de paz por-

O povo não acredita que as medidas decretadas pelo governo sejam um remédio eficaz para o conflito armado, enquanto que a Aliança Democrática M-19 propõe enfrentar a “guerra integral” com uma “paz integral”

AMÉRICA LATINA

COLÔMBIA



Gaviria decretou medidas de exceção

que entende que a solução política e negociada para o conflito armado evita para o país anos de confronto, terrorismo e sequestro, que ocorrerão até que finalmente se imponham as negociações; um fato que sem dúvida acontecerá, cedo ou tarde”.

O povo colombiano sabe que é sempre melhor a negociação que o confronto, a paz em vez da guerra. Não é bom, portanto, partir do pressuposto contrário, de uma guerra a longo prazo sustentada pela possibilidade de uma derrota militar do adversário.

Mas foi esta hipótese que, infelizmente, defenderam o conselheiro para

os Direitos Humanos do governo e o diretor da Escola de Guerra em um almoço organizado pela Associação de Ministros Conselheiros, Cônsules, Secretários e Adidos Diplomáticos. Nessa ocasião, ambos afirmaram que o Estado venceria, pela via militar, depois de quatro ou cinco anos de confronto.

Verdades e mentiras – Na Colômbia a guerra está declarada. As estatísticas mostram o crescimento e o avanço da guerrilha nos últimos cinco anos, com presença em municípios e zonas onde antes não era nem conhecida. Não é real, porém, o argumento usado para desmoralizá-la, de que seus dirigentes montaram um “negócio” e se “capitalizam” mediante o sequestro, a extorsão, o narcotráfico e o desvio de fundos para enriquecimento pessoal.

Os rebeldes reconhecem que todas estas formas, e outras mais, de financiar a guerrilha são utilizadas, mas com fins diferentes: em sua ordem de prioridades, para comprar material de guerra (armas, munições, equipamentos de comunicação), para manter seus combatentes (entre 12 e 15 mil homens) e para sustentar algumas organizações sociais em suas áreas de influência.

Mas não é verdade que a guerrilha, reunida na “Coordenadoria Guerrilheira Simón Bolívar”, possa derrotar o Es-

tado. Não se trata, tampouco, de um “empate” entre as forças em choque. Na verdade, nem o governo nem os rebeldes têm uma estratégia de paz e ambos estão amarrados a seus próprios esquemas, carentes de vontade política para buscar uma saída negociada para o conflito.

Antecedentes – Em agosto de 1984, as organizações guerrilheiras M-19, Exército Popular de Libertação (EPL) e Autodefesa Operária assinaram com o governo de Belisario Betancur (1982-1986) um cessar-fogo acompanhado de uma trégua e de mecanismos de diálogo para encontrar soluções nacionais para os problemas que tinham ocasionado um crescimento importante da guerrilha.

Já o Exército de Libertação Nacional (ELN) e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) se mantiveram à margem de todo esse processo de negociações.

Dez meses mais tarde, a lógica da guerra se impôs: múltiplas violações ao acordo levaram a uma ruptura e a um aprofundamento dos confrontos.

O clima dessa situação ocorreu em 6 de



Navarro Wolf

Fora do governo

EM fins de novembro passado, a Aliança Democrática M-19 se retirou do governo da Colômbia. Gustavo de Roux, ministro da Saúde, apresentou sua renúncia, consumando a ruptura que já tinha se esboçado desde a restauração do estado de sítio e das medidas de exceção decretadas pelo presidente Cesar Gaviria para combater a guerrilha.

Depois de mais de dois anos no governo, o M-19 se retirou “para não participar da polarização que está se implantando. Acreditamos que a sociedade civil, que pede a paz, pode ajudar a torná-la realidade”, disse Antonio Navarro Wolf, ex-comandante do M-19 e atual presidente da Aliança Democrática, ao explicar a decisão adotada.

Como uma última tentativa de evitar a ruptura, Navarro tinha entregue uma carta ao presidente Gaviria na qual condicionava o apoio da AD M-19 e sua permanência no gabinete à colocação em prática de um pacto social e a deixar aberta a porta para a negociação

com a Coordenadoria Guerrilheira Simón Bolívar.

Partidário da intermediação da ONU ou do papa João Paulo II no conflito colombiano, Navarro descreveu a situação de seu país, em uma conversa exclusiva com **cadernos do terceiro mundo**:

“O governo reafirmou sua aliança com a classe política tradicional, evitando que a Assembléia Constituinte introduza mudanças mais profundas. Isso, somado a uma inabilidade administrativa, produziu uma forte queda do crédito do país. A fuga de Pablo Escobar, por outro lado, contribuiu para que Gaviria alcançasse seu ponto mais baixo de popularidade. Ou seja, houve uma abrupta queda de prestígio do governo.”

E acrescentou: “Nós mantivemos até onde pudemos nossos compromissos de participação no gabinete para não enfraquecê-lo mais. Mas pagamos um preço político muito alto. Tentamos evitar que a popularidade do governo caísse ainda mais porque sabíamos que os representantes da velha ordem, a direita tradicional, eram responsáveis e supostos beneficiários do desprestígio em que caiu o governo Gaviria.”

AMÉRICA LATINA

COLÔMBIA

novembro, quando o Palácio da Justiça ardia em chamas em Bogotá. Horas antes, uma coluna do M-19 tinha ocupado o Palácio, reivindicando o julgamento do presidente da república, por ser o principal responsável pelo estancamento do diálogo. O sangrento desfecho dessa ação é de conhecimento público, em todo o mundo.

O acordo com Barco – Durante o governo de Virgílio Barco (1986-1990), para surpresa geral, se concretizou o processo de paz mais bem-sucedido de que se tenha notícia na Colômbia. Em setembro de 1988, quando já tinha sido criada a Coordenadoria Guerrilheira Simón Bolívar, o presidente apresentou sua proposta de paz que consistia em chegar a etapas de distensão, transição e incorporação dos grupos rebeldes.

Em 10 de janeiro de 1989, o governo e o Movimento 19 de Abril (M-19) deram início a um processo que tinha por objetivo avançar rumo à consolidação da paz. A desmobilização do M-19, em cumprimento dos acordos assinados, se realizou em 8 de março de 1990, um dia antes das eleições para a Constituinte, e teve como avalista a Internacional Socialista.

Com o Exército Popular de Libertação (EPL), as negociações começaram em 24 de maio de 1990 e culminaram com o acordo final assinado em Bogotá em 15 de fevereiro de 1991. O EPL participou, em consequência, com dois delegados permanentes da Assembléia Constituinte. O PRT, por sua vez, chegou a um acordo final com o governo em 25 de janeiro de 1991 e participou com um representante – com voz, mas sem voto – na Assembléia Nacional Constituinte.

Um caso especial foi o do Movimento Armado Quintín Lame, por ser composto em sua quase totalidade por indígenas. Após acordos assinados em 6 de março e 27 de maio de 1991, os rebeldes depuseram armas e se reincorporaram à vida civil, com um porta-voz na Constituinte.

Até esse momento, o processo de paz foi relativamente bem-sucedido, com grandes altos e baixos, como foi o assas-

sinato de Carlos Pizarro León Gómez, o principal dirigente do M-19 e candidato à presidência na ocasião de sua morte.

Do diálogo à guerra total – Há muitos anos, o Estado colombiano colocou em prática uma política de negociação com os diferentes grupos guerrilheiros. O diálogo tem sido um dos componentes da política de paz. Baseado nessas considerações e depois que a Assembléia Nacional Constituinte terminou seus trabalhos em julho de 1991, o governo se dispôs a iniciar negociações sérias com a Coordenadoria Simón Bolívar, em busca de novos acordos.

Os primeiros contatos de 1991 ocorreram em um lugarejo do departamento de Santander, zona de clara presença

abril, se reiniciaram as conversações o ambiente já estava demasiadamente carregado. Recriminações e mútuas acusações levaram a uma suspensão das negociações em 4 de maio e desde então as gestões em favor da reconciliação estão estancadas.

O reinício das conversações estava previsto para 31 de outubro passado, mas isso não ocorreu. E a anunciada ofensiva guerrilheira ocorreu em novembro, quando os rebeldes mataram 26 agentes da polícia, com a consequente declaração do Estado de Comoção Interna e uma série de medidas de “guerra integral”.

A paz é uma proposta válida – A proposta de uma solução política nego-



Medellín: um dos centros urbanos da “guerra integral” anunciada pelo governo colombiano

guerrilheira. Depois, as conversações se transferiram para Caracas. Porém, em todos os meses de negociações, durante 1991 e 1992, as hostilidades não pararam um só momento.

Em setembro de 1991, o governo nomeou uma Comissão Consultiva de Ordem Pública que em Caracas dialogou amplamente com as delegações do governo e da guerrilha. Essa Comissão propôs um cessar-fogo e a delimitação de zonas de distensão ao redor de municípios onde se concentram as diferentes frentes guerrilheiras. Porém, não se chegou a nenhum resultado concreto.

Em 10 de março de 1992 começou outra rodada de negociações na cidade mexicana de Tlaxcala. As restrições de ambas as partes dificultaram o diálogo desde o princípio e quando, em 22 de

ciada continua sendo, apesar de tudo, válida. Isso ficou provado nos processos de paz anteriores, nos quais igualmente se demonstrou a validade da mediação de organizações internacionais.

Os excessos no confronto armado atual podem aprofundar a violência e significar um retrocesso às conquistas democráticas, arduamente conseguidas. O caminho do autoritarismo e da exceção não deterá a guerra. Quarenta anos de estado de sítio vividos em um passado recente não conseguiram frear movimentos rebeldes, com os quais o Estado teve que se sentar para negociar. A única alternativa à “guerra integral” é uma “paz integral”.

*Secretário de Relações Internacionais da Aliança Democrática M-19



As duas tentativas de golpe lideradas pelo tenente Hugo Chavez (ao alto) mostraram a fragilidade da democracia venezuelana

Nils Castro

O fracasso da tentativa de golpe de 27 de novembro passado, assim como tinha ocorrido em 4 de fevereiro, não resolve a crise venezuelana nem melhora a governabilidade do país. Pelo contrário, prolonga o conflito e lhe dá novos contornos, talvez piores que antes.

Os fatores que transtornam a situação continuam presentes e alguns se agravam. Estes fatores estão em dois campos: de um lado, o caráter restritivo e excludente do regime democrático venezuelano, que se "mumificou" e esgotou suas possibilidades; de outro, as abruptas (e sem consulta à população) reformas econômicas, produto de acordos com organismos financeiros internacionais.

Em contraste com o anunciado grande crescimento da economia do país, as informações sobre o agudo empobrecimento da sociedade venezuelana – a concentração da riqueza em poucas mãos, a proletarização da classe média e a maciça multiplicação dos "novos pobres" – foram abundantes nos comentários da imprensa.

Democracia formal– Se, como tem sido amplamente denunciado, a principal consequência da política neoliberal é aumentar o abismo entre ricos e pobres, e liquidar a classe média, sem

Expondo o país ao pior

A tentativa de manter um regime excludente imposto há 30 anos, sem abrir possibilidades de reformas, expõe a Venezuela ao risco de ingovernabilidade e convulsão social

dúvida na Venezuela ela obteve um amargo êxito.

Mas o que conduziu o país ao seu estado atual é a obstinação em impor estes "reajustes" econômicos sem renovar o sistema político estabelecido, nem afetar os seus tradicionais beneficiários. E tudo isso, apesar deste sistema – formalmente democrático – há anos ter se tornado incapaz de governar a população e obter seu apoio.

Como uma das consequências desta contradição, as reformas econômicas que o presidente Carlos Andrés Pérez insiste em levar a cabo coincidem com o descrédito da moral pública e a decrescente confiabilidade das instituições.

Nesse sentido se pronunciou, em 30 de setembro último, a organização pró-governo Central dos Trabalhadores da Venezuela (CTV), ao afirmar em um documento que as instituições "caíram na ineficiência e em um incremento grotesco da corrupção e da auto-suficiência". A isso se acrescenta sua incapacidade para conter o insólito aumento da criminalidade, sobretudo em Caracas, que hoje se soma "à violência praticada pelo patrão contra o trabalhador, pelo comerciante contra o consumidor e pelo governo contra o cidadão".

Mas a análise da CTV – imposta pela inquietação de suas bases – não vai longe devido aos vínculos da cúpula sin-

AMÉRICA LATINA

VENEZUELA

dical com a Ação Democrática (AD), o partido de Pérez, e até com a corrupção oficial.

O problema não está na abundância de maus dirigentes políticos e funcionários do governo, mas sim na fossilização do sistema. Colocar melhores homens na direção deste aparelho resolveria muito pouco. Pela mesma razão, eleger qualquer outro presidente dentro de um ano, com base nas mesmas regras políticas tradicionais, não é solução e sim continuísmo.

Por isso, poucos dias antes da tentativa de golpe de novembro, o conhecido escritor venezuelano Arturo Uslar Pietri – homem politicamente de direita – assinalava que a tão solicitada renúncia do presidente Pérez não resolverá por si só os problemas venezuelanos, mas insistiu que sua substituição é imprescindível para viabilizar um amplo acordo nacional que permita reconstruir a democracia para salvá-la.

O atual estado de coisas, diz Uslar Pietri, é produto dos “grandes erros do regime democrático” venezuelano, acumulados desde que este se instaurou em 1958, com a queda da ditadura de Marcos Pérez Jiménez.

Exclusão da esquerda – Na realidade, o que não se vê como “erro” foi produto da concepção de “democracia” que se impôs naquela época, dominada pelo anticomunismo *macartista*. Ainda que Uslar evite recordá-lo, os que então ditaram – no chamado Pacto de Ponto Fijo – as regras deste regime político, o fizeram com o afã de excluir do sistema democrático os revolucionários que participaram de maneira mais decisiva na derrubada da ditadura, em particular a esquerda da AD e os comunistas.

Com isto, o novo regime preservou os interesses da burguesia venezuelana e do capital dos Estados Unidos, e obteve o beneplácito norte-americano, frente a um movimento revolucionário que tinha objetivos sociais de maior alcance.

Assim, o regime nasceu excludente. Esta restrição passou a caracterizar um tipo de democracia que beneficiaria preferencialmente uma determinada minoria política e econômica. Comparada com as ditaduras que nos anos seguintes assolaram muitos outros países latino-americanos, a democracia venezuelana foi melhor.

Mas isto não significava que indefi-

nidamente este sistema de governo, dadas suas limitações, fosse o mais satisfatório para todos. Além disso, uma coisa é entender porque este regime democrático nasceu com essas limitações, e outra é aceitar que ainda insista em perpetuá-las.

Oposição amorfa – Na prática, a natureza restritiva daquele regime democrático daria lugar, nos anos 60 e 70, ao recurso à rebelião armada por parte dos excluídos, sacrificando (material e politicamente) grande parte da esquerda venezuelana.

E agora, 30 anos mais tarde – quando as causas geopolíticas daquela restrição desapareceram – uma parte da sociedade aplaude as conspirações e levantes militares como forma de procurar uma reestruturação do sistema, diante do imobilismo em que este tem permanecido desde aquela época e das injustiças e privilégios que o dito imobilismo continua alimentando.

Como disse Uslar Pietri, no Pacto de Ponto Fijo se estabeleceu uma “espécie de pacto constitucional” entre os partidos AD, Copei (Partido Social-Cristão) e a desaparecida União Republicana Democrática (URD), o que “criou uma situação ambígua e provocou a ausência de uma oposição real na Venezuela”, pois isto instaurou “uma massa amorfa pró-governamental, com uns partidos que se revezavam no governo mas que no fundo continuavam participando dos benefícios, lícitos ou não, do Estado”.

Esta “falta de alternativa”, acrescenta, foi uma das principais causas da tentativa de golpe de fevereiro – e de novembro passado –, quando “um grupo de oficiais que não eram ditatoriais, e sim queriam *limpar e pôr ordem na casa*, tratou de dar um golpe de estado”.

Obstáculo às reformas – Carlos Andrés Pérez utilizou suas antigas habilidades políticas para não atender às reivindicações populares e ganhar tempo para que as coisas fiquem como estão, convertendo-se em um obstáculo



Os indicadores econômicos ocultam a pobreza

para qualquer esperança de reforma política. Porque, se houvesse uma reforma, o sistema democrático renovado refletiria a oposição social à sua política econômica.

Assim, enquanto Henry Kissinger, os organismos financeiros internacionais e a burguesia financeira venezuelana – beneficiária desta política – aplaudem a obstinação de Pérez, a burguesia industrial, a classe média e o povo empobrecido clamam por outras alternativas. Isto está provocando uma virtual ruptura entre o presidente Pérez e a direção da AD, que teme pelo futuro de seu partido, hoje criticado por setores que tradicionalmente o apoiavam.

O comunicado rebelde de 27 de novembro afirmou, precisamente, que recorria à via golpista porque Carlos Andrés Pérez tinha obstruído os meios legais para conseguir a democratização política e punir a corrupção.

Os que se apegam à idéia de repetir em 1993, por sua própria conveniência, as mesmas práticas dos últimos 30 anos – substituir o presidente e os congressistas de forma que tudo permaneça igual – se arriscam a expor o país ao pior. ■

A democracia é o limite



Na opinião de Isabel Allende, "existe uma dívida social que deve ser paga. No Chile há 4,5 milhões de pobres"

Atual vice-presidente do Partido Socialista, a filha de Salvador Allende define a luta pela unidade das forças de centro-esquerda como algo estratégico para superar as sequelas da ditadura

Beatriz Bissio

Recuperar a memória política dos anos vividos à margem da Constituição. Essa foi a preocupação que levou a viúva e a filha do ex-presidente Salvador Allende a recomençarem a vida no Chile após longo exílio criando a Fundação Salvador Allende.

A primeira tarefa que se impuseram Hortensia Bussi e Isabel Allende foi o traslado dos restos mortais do primeiro presidente socialista da América Latina, da sepultura anônima na qual permaneceu durante os últimos 15 anos para o cemitério da cidade de Santiago "onde repousam os presidentes, segundo a tradição", lembra Isabel.

Esse primeiro desafio foi vencido, com grande apoio externo e interno. O segundo passo foi fazer um livro sobre Allende que registrasse as impressões e lembranças do povo chileno sobre seu presidente, a emoção das pessoas nas ruas por sua morte, seu legado político.

"Esse trabalho nos deu uma grande alegria, porque o livro reúne um testemunho único, que devia ficar para a posteridade", afirma sua filha, Isabel Allende, que é a diretora da Fundação. O cargo de presidente de honra é ocupado por Hortensia Bussi, que permanece muito ativa, apesar da idade.

Recentemente, a Fundação organizou um seminário sobre socialismo e

um segundo livro será publicado, reunindo seus resultados. O trabalho de preservação da memória do período de Allende continua: se guardam manuscritos, fotos e jornais para evitar que se percam para sempre.

No momento, ambas trabalham em um projeto também ambicioso, o Museu da Solidariedade. Trata-se de um museu no qual serão expostas as obras doadas por artistas do mundo inteiro durante o governo de Salvador Allende, em solidariedade ao processo único que o Chile vivia naquele momento.

"Chegamos a ter cerca de 400 obras, sem contar com as que fomos recebendo por todo o mundo anos mais tarde, como parte da resistência posterior ao golpe de 1973", assinala Isabel. A meta agora é reunir esse acervo – que inclui algumas obras muito valiosas – e montar exposições que serão levadas ao interior do Chile.

Uma primeira exposição, de caráter inaugural, aberta pelo presidente Patricio Aylwin, foi realizada com apoio de vários governos, entre eles o espanhol, o francês e o sueco. "Foi muito emocionante. Era como se estivéssemos realizando um sonho de Salvador Allende, que sempre pensou que o artista não poderia estar distante do povo." A coleção constitui uma das mostras mais expressivas da arte contemporânea dos anos 60 a 80.

AMÉRICA LATINA

CHILE

Atualmente, está sendo discutido com o governo espanhol os detalhes da construção da sede definitiva do museu, no Morro de São Cristóvão, em Santiago do Chile. Trata-se de um bairro de classe média baixa, que vai passar à condição de município. "O lugar é interessante porque é de classe média, mas também é frequentado pelas camadas mais pobres. Além disso, está na área considerada o pulmão verde de Santiago", explica a filha de Salvador. A meta é ter o museu pronto em quatro anos.

O governo da Espanha e algumas regiões autônomas, como a de Valência e Catalunha, estão dispostos a financiar o museu porque a maior parte das obras de seu acervo são de artistas espanhóis. "Somos os maiores proprietários de obras contemporâneas espanholas da época compreendida entre os anos 60 e 70, já que os artistas daquele país — que enfrentavam nessa época seu próprio ditador, Francisco Franco — se identificaram muito com nossa luta."

No Chile há muitos anos não se constroem museus. Por isso, sem dúvida, o Museu da Solidariedade será o de tecnologia mais avançada. "Criaremos um espaço livre e moderno", resume Isabel.

Um pacto de partidos — Além de suas responsabilidades na Fundação, Isabel desenvolve uma intensa atividade política em sua condição de vice-presidente do Partido Socialista (o atual presidente é Ricardo Cruz) e responsável pelas relações internacionais. "O Partido Socialista — que tem 58 anos de história no Chile — foi junto com o Partido Comunista uma das principais vítimas da ditadura", assinala.

Em compensação, o colapso dos regimes do Leste europeu não foi, em sua opinião, tão traumático para o Partido Socialista chileno como para outras organizações marxistas da América Latina. "Na verdade, uma parte do nosso partido se diferenciou radicalmente há muitos anos do que foi o socialismo real. Sempre fomos muito críticos e autônomos em relação ao chamado socialismo internacional e à sua maneira de exercer o poder. Nossa reflexão sobre esses temas vêm de um período muito anterior à crise do Leste."

Durante o exílio os socialistas chilenos mantiveram estreito contato com o movimento socialista europeu e essas

relações ajudaram seu próprio processo de reflexão interna. "Hoje em dia, há pessoas que concordam conosco em muitos aspectos, que se reconhecem como de esquerda com base marxista e outras que não, que são de origem cristã ou simples democratas. Consideramos, também, atualmente, que a Internacional Socialista é o foro mais amplo para o debate político e por isso nos interessa participar dela¹. E o que é mais importante e reflete uma mudança substancial: estamos participando de um pacto de partidos que inclui a Democracia Cristã. Isso é muito revelador", afirma Isabel.

"Se, para nós, o respeito às regras democráticas já era importante, hoje mais do que nunca é uma questão fundamental. Ou seja, abandonamos a concepção dos anos 60 que considerava a revolução um meio para atingir as nossas metas. A questão da democracia é central: a democracia é a opção limite de nossa ação política. Não nos movemos além do que a democracia nos permite. É óbvio que devemos aprofundá-la e dar-lhe qualitativamente um sentido diferente, mas nada mais que isso. Não somos favoráveis a nenhuma mudança violenta. Por isso, trabalhamos para ganhar nosso espaço, gradualmente, com a meta de reconquistar os avanços obtidos pelos trabalhadores e que foram deixados de lado."



Salvador Allende liderou um processo de mudanças democráticas único no Chile

Ampliar a unidade — Sem o grande acordo que foi realizado no Chile entre os partidos, não teria sido possível a transição democrática. De acordo com a avaliação de Isabel Allende, não existia outro caminho — e a história o está demonstrando — para que a sociedade chilena se refizesse da ruptura provocada pela ditadura.

"As dificuldades eram de tal ordem que só um grande acordo e a participação de todos os partidos permitiriam dar sustentação e equilíbrio ao governo eleito", enfatiza.

Passados mais de dois anos e meio,

O trabalho com os jovens

As Oficinas de Trabalho para Jovens é outro dos projetos que a Fundação Salvador Allende está impulsinando. Jovens que participam de várias organizações políticas escolhem um tema e fazem um trabalho sobre ele nessas oficinas. "A idéia é incorporar suas conclusões ao que seria um programa de governo."

Um doador anô-

nimo permitiu, além disso, que 100 bolsas fossem oferecidas a jovens que desejam estudar e não têm condições econômicas para isso. Isso lhes permitirá estudar durante três anos, sem ter que trabalhar. "Atualmente, em nosso país, a universidade, tradicionalmente grátis, é paga. E as mensalidades oscilam entre 120 e 200 dólares, muito altas para o

nível de vida chileno", disse Isabel.

"Preferíamos que eles tivessem optado por carreiras técnicas, mas lamentavelmente houve uma nítida preferência pelas áreas tradicionais. Só três ou quatro dos 100 se orientaram para áreas mais recentes do conhecimento. Por outro lado, sabemos que 100 bolsas não são suficientes, mas é um começo."

Isabel estima que é necessário ampliar e solidificar ainda mais a unidade, projetando-a para o futuro, já que o pacto conseguido para a democratização estava pensado para durar quatro anos.

Se o diagnóstico pode ser fácil, sua colocação em prática não o é. O primeiro problema que se apresenta para a preservação da unidade é o debate que já está lançado sobre a sucessão presidencial. "Nossa idéia continua sendo a de ter uma candidatura presidencial única e uma lista única de candidatos ao Parlamento. Mas, se isso não for possível, poderemos pensar na eventualidade de dois candidatos presidenciais em um mesmo programa. Simplesmente estaríamos dando ao povo a oportunidade de escolher entre duas opções, com o compromisso de que no segundo turno um candidato apóie o outro. Acredito que estamos todos conscientes da importância estratégica do pacto."

Governar como força de centro-esquerda é fundamental para Isabel. A proposta dos socialistas, em aliança com o Partido pela Democracia (PPD), é reforçar os programas sociais. "Existe uma dívida social para ser paga. Há no Chile 4,5 milhões de pobres, um enorme



Isabel Allende:
"Só um grande
acordo permitia
dar sustentação
e equilíbrio
ao governo eleito"

déficit de casas, escolas, saneamento básico. As leis trabalhistas foram extremamente limitadas durante o período militar. Temos que começar a devolver aos trabalhadores os seus direitos. E isto não está sendo fácil."

Entre as dificuldades, Isabel cita o sistema eleitoral chileno, cujas amarras imobilizam o trabalho das forças progressistas. "Somos maioria eleitoralmente, mas não temos maioria no Senado, por exemplo." Outro problema é a grande dificuldade de acesso aos meios de comunicação.

"Sem dúvida nenhuma, este é o terreno onde estamos em piores condições. Não somos proprietários de nenhum veículo de comunicação, nem temos acesso direto aos meios privados. Havia um jornal mais progressista, próximo à Democracia Cristã, mas foi comprado por um conglomerado da direita. O jornal de esquerda que resistia, acabou fechando. Atraveço-me a dizer que vamos pagar caro por essa deficiência, e que este é um tema sobre o qual vamos ter que refletir."

1 No recente Congresso de Berlim, o Partido Socialista do Chile foi admitido na Internacional Socialista como observador

A difícil transição

A vitória eleitoral do presidente Patricio Aylwin em 1989 não só pôs fim à dramática etapa ditatorial como também inaugurou um novo período na história do Chile, em que pela primeira vez um acordo entre democratas-cristãos e socialistas possibilitava a instalação de um governo de coalizão de ampla base social. "A experiência tem sido muito positiva para todos", garante Isabel.

Ao final do período de Pinochet, os socialistas — que estavam no exílio ou na ilegalidade — decidiram criar um partido novo, o Partido pela De-

mocracia (PPD). Criar esse partido era considerado uma necessidade para enfrentar a ditadura. Seu primeiro desafio foi ganhar o referendo popular para garantir a saída de Pinochet. Em seguida, vencer as eleições, o que de fato ocorreu, com a aliança criada em torno de Aylwin.

"O PPD perdeu depois sua função original. Mas como temos muitos pontos em comum, optamos por continuar com essa aliança privilegiada (socialistas-PPD)", afirma Isabel Allende.

Agora que as diferentes facções em que se dividiu a organização du-

rante a ditadura estão reunidas novamente em um único partido, o desafio é — na opinião da sua vice-presidente — conseguir um acordo nacional e uma metodologia única dentro desse acordo.

"Existem diferentes pontos de vistas nas correntes do nosso partido. Algumas são mais ligadas ao presidente Aylwin, outras mais próximas da renovação. Acredito que depois da queda do Muro de Berlim as divergências que sempre existiram estão mais expostas. O que importa é que elas não façam o partido perder legitimidade como instituição e mantenham uma rígida fidelidade partidária", sustenta.

Atualmente, os socialistas têm seis ministé-

rios no governo, entre eles o de Economia, Transportes, Energia e a Secretaria de Governo. "Esse ministro é uma espécie de porta-voz do presidente, o que é muito curioso. Mas a verdade é que soube conquistar a confiança de Aylwin e lhe é muito fiel."

Como meta do governo, Isabel cita a necessidade de manter os índices de crescimento econômico, com uma distribuição da riqueza mais igualitária. E, simultaneamente, buscar um modelo que conduza o país a ser mais que um simples exportador de matérias-primas e de alguns produtos agrícolas. "Temos que introduzir o valor agregado", disse Isabel.

Uma sucessão de fracassos

O programa de ajuste ditado pelo Fundo Monetário Internacional produz mais medo que esperança

Chola Chimbano

Quase um ano depois do Movimento para a Democracia Multipartidária (MDM) ter iniciado esforços para que o desenvolvimento econômico acompanhe as novas tendências políticas da Zâmbia, cresce no país a sensação de que as expectativas que se criaram são por demais ambiciosas.

O MDM, determinado a corrigir com rapidez a economia da Zâmbia após duas décadas de declínio, adotou um programa de ajuste estrutural promovido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Apesar das muitas macromedidas que tomou o governo para liberalizar a economia e criar estímulos para investimentos – entre elas, a desvalorização da moeda e a liberação de preços, taxas de juros e do controle de câmbio – a maioria dos habitantes da Zâmbia baseia sua crítica no preço do alimento básico: o milho.

Os preços dos bens e serviços triplicaram desde que começou a liberação, em janeiro de 1992, enquanto continua o processo de cortes nos gastos do setor público. Os dias de lua-de-mel para o MDM definitivamente já passaram.

O governo tem sido alvo de fortes críticas de vários setores – entre estes, do poderoso Congresso dos Sindicatos da Zâmbia (CSZ) e do movimento estudantil universitário – porque pretende privatizar empresas estratégicas para o país, como as minas de cobre.

Os críticos acusam o governo do MDM de “traidor” e de estar “leiloando o país”. O governo anterior da Zâmbia tentou cinco programas com o FMI, que

fracassaram, desde o princípio da década de 80. Em 1987, o país foi declarado não-qualificado para trabalhar com o Fundo.

Suspensão dos subsídios – O ex-presidente Kenneth Kaunda, já na época impopular devido à deterioração das condições de vida na Zâmbia, se viu impossibilitado de pôr em prática as medidas impostas pelo FMI em relação à suspensão de subsídios, em particular os do milho.

Quando fez nova tentativa, em 1990, se produziram graves manifestações populares que levaram mais tarde à introdução de reformas multipartidárias e à queda do partido no poder.

Os 27 anos de governo de Kaunda, com forte intervenção do Estado na gestão econômica, reduziram este país, rico em mineral de cobre, a uma nação considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) na categoria dos países menos desenvolvidos do planeta.

O investidor estrangeiro abandonou a Zâmbia porque suas empresas foram tomadas pelo Estado. A infra-estrutura de estradas e hospitais se deteriorou, a utilização da capacidade industrial foi reduzida a 30%, e a inflação, a circulação de dinheiro e os déficits orçamentários ficaram sem controle, com um consequente aumento do desemprego.

As críticas dos sindicatos – Segundo analistas políticos africanos, o MDM, em seu desespero para manter boas relações com os doadores internacionais, teria apostado muito alto nos resultados do plano de ajuste.

“Geraram-se muitas expectativas e esperanças de que os investidores chegariam à Zâmbia. Mas há um grande risco, pois o governo os está vendo como salvadores da economia, quando, na realidade, o investimento estrangeiro chega, mas às custas do sacrifício da população”, garantiu um diplomata.

Também acrescentou que “só agora as instituições financeiras estão começando a ver os efeitos negativos do programa”. Outro diplomata assegurou que “para as instituições financeiras multilaterais, só interessa que o dinheiro emprestado seja devolvido”.

Mas os doadores têm elogiado os esforços da Zâmbia e prometeram a entrada no país de cerca de um bilhão de dólares para sustentar o programa de ajuste, bem como para perdoar e renegociar 50% da dívida externa, de sete bilhões de dólares.

Apesar de todas as medidas adotadas, os críticos consideram que o MDM não fixou metas para enfrentar os custos sociais do ajuste. Os sindicatos, por exemplo, reivindicam que seja revista a legislação que regula os investimentos estrangeiros, para introduzir cláusulas que amparem os trabalhadores.

Os operários de algumas empresas de propriedade do Estado, que serão



Chiluba: apostando alto nos planos de ajuste do FMI



privatizadas em breve, expressaram seu medo diante da entrada de investidores da África do Sul. “Diante do atual silêncio do governo no que se refere à legislação trabalhista, a eventual chegada de capitais sul-africanos abre a possibilidade de sermos tratados da mesma forma que os negros daquele país”, enfatizaram.

Os Senhores do Deserto



Juliana Iooty

Houve um tempo em que aquele que ousasse atravessar as dunas do Saara seria invariavelmente surpreendido pela visão, mágica e assustadora, das caravanas nômades. Grupos de homens que, montados em camelos, com o rosto coberto por véus, cumpriam elegantemente sua peregrinação pelas grandes extensões de areias estéreis. Eram os tuaregues, os "senhores do deserto", povo beduíno cujo modo de vida se caracteriza pela transumância através dos territórios do norte da África.

No entanto, com o passar dos anos, diversos fatores – como a colonização, a guerra e as dificuldades próprias da vida em um ambiente tão hostil – tornaram a presença destes homens no deserto cada vez menos frequente.

Hoje, a maioria dos remanescentes destas tribos está confinada à vida sedentária nas pequenas cidades do norte da África. Muitos foram forçados a aceitar a cidadania dos países que os acolheram, obrigados a se dis-

tanciar cada vez mais de sua cultura, sua língua e das suas rígidas normas morais.

Origem incerta – Mas, afinal, quem são os tuaregues? Na verdade, ainda hoje, sua origem continua sendo um enigma. Geógrafos, antropólogos, etnólogos, linguistas – pessoas estranhas ao seu mundo – elaboraram diversas hipóteses para explicar o surgimento deste povo, mas não chegaram a um consenso.

Atualmente, os tuaregues vivem em uma área que abrange a maior parte do norte do Mali e do Níger, e o sul da Argélia, e sua população é estimada em cerca de 900 mil pessoas.

Durante séculos os tuaregues preservaram sua forma de vida. Hoje, porém, isso se torna cada vez mais difícil. "É como se estes pastores nômades tivessem acionado uma pausa na máquina do tempo, obrigando-a a parar em um dos mais sedutores períodos do seu movimento de transumância", diz Acherif Ag Mohamed, um escritor de origem tuaregue, diretor da organiza-



ção não- governamental Assakok, no Mali. "O problema é que os estrangeiros puseram brutalmente a máquina do tempo para funcionar, provocando a degradação do nosso modo de vida."

Um povo nômade – Vital para a sobrevivência do mundo tuaregue, o nomadismo influi de modo profundo na formação das suas estruturas sociais, altamente hierarquizadas.

Na verdade, segundo Acherif, para eles é fundamental "a liberdade da transumância, pois só ela permite a um indivíduo escolher seus vizinhos, e se distanciar deles quando estes se tornarem inconvenientes".

Na cultura tuaregue são os homens os únicos a viajarem nas caravanas, enquanto as mulheres os esperam cuidando das tendas e das crianças. Apesar de algumas tribos serem matriarcais, as mulheres tuaregues são, em geral, submissas aos homens. "Em todas as circunstâncias elas devem adotar uma atitude que denote nobreza", diz o escritor. As tuaregues estão proibidas de tirar o véu diante de estranhos ou do chamado

tamansheq, uma espécie de grupo de líderes tribais.

A educação também é concebida em função dos imperativos deste modo de vida. Ela visa, antes de tudo, a fazer da criança um bom pastor nômade. Por exemplo, conduzir um rebanho durante todo um dia, sem comer nem beber, é para um garoto de sete ou oito anos a ocasião de provar sua resistência e coragem.

Para um jovem tuaregue, completar 18 anos significa partir em sua primeira caravana com os adultos, em viagens que duram em média dois meses. Ao final delas, o jovem recebe o sabre e o turbante, símbolos de maioridade.

Acherif Ag Mohamed lembra que a cultura tuaregue, ainda que possuindo um alfabeto, não é escrita ou conservada em documentos. "Os únicos textos escritos são as cartas de amor, que são rasgadas depois da leitura", revela. "Nunca houve necessidade de documentos para preservar nossa cultura. Até poucos anos atrás, ela não corria o risco de desaparecer."

Choque cultural – Nômade e com rígidas normas de conduta, para os tuaregues o contato inevitável com o chamado mundo moderno muitas vezes tem significado abandonar sua própria cultura.

Isso ficou claro em 1973, quando uma grande seca arrasou as pastagens e matou quase todo o seu rebanho, sendo considerado como o ano da última grande transumância. Sem gado, sem poder se alimentar e sem forças para trabalhar, os tuaregues foram obrigados a partir em busca de caridade e de empregos nas cidades.

Acherif lembra que há relatos em Timbuktu – cidade do centro-oeste do Mali – de tuaregues morrendo sob as árvores, fracos demais até para pedir esmolas. Para o escritor, essa fuga para as cidades representou um tiro de misericórdia na já agonizante unidade cultural tuaregue.

A preservação da sua língua, por exemplo, foi – e continua – seriamente ameaçada, pois alguns países que os acolheram passaram a exigir que aprendessem o árabe.

A aculturação também teve um efeito devastador na ordem moral dos nômades. Os jovens, já nascidos longe de sua terra natal, bebiam, jogavam e fumavam, hábitos inadmissíveis na co-

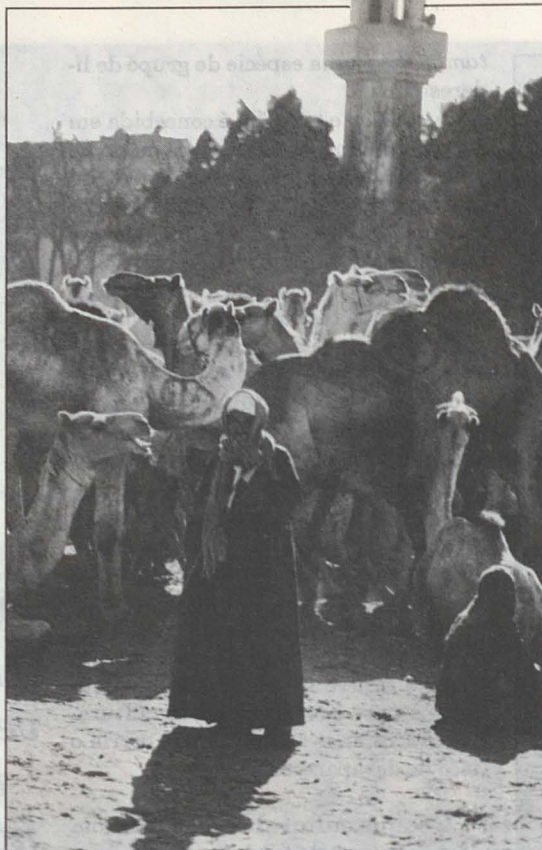
Apesar de viverem em condições cada vez mais difíceis, os tuaregues – povo nômade do Saara – continuam lutando para preservar sua cultura às vésperas do século XXI

munidade do deserto. Desterrados, os tuaregues perderam o controle de uma grande parte do seu espaço, "foram recenseados, tornaram-se cidadãos sem serem consultados. Escolheram por eles", lamenta Acherif.

Luta por um território – Apesar de nômades, os tuaregues vêm reivindicando um território onde desfrutem de autonomia para viver segundo sua cultura. Essa disputa tem sido uma fonte de tensões e conflitos entre os tuaregues e os governos de alguns países africanos, principalmente o do Mali.

Quando este país, que talvez abrigue o maior número de tuaregues, se declarou independente em 1960, o governo, cuja maioria da população é negra, impôs suas leis sobre os nômades do norte, tendo sufocado brutalmente uma rebelião em 1963.

Desde então, os tuaregues têm realizado ataques esporádicos contra alvos militares. Representantes do governo do Mali tentaram sentar à mesa com os líderes rebeldes, e embora tenham firmado o Pacto de 12 de Abril, em 1992 – que incluía um acordo de cessar-fogo, a libertação de prisioneiros rebeldes e a possível incorporação deles às Forças Armadas – algumas semanas depois, se regis-



Tuaregues: a liberdade de movimento é fundamental

traram ataques rebeldes em diversas áreas do país.

Diplomatas africanos estimam que haja atualmente cinco grupos distintos de rebeldes tuaregues no Mali, com cerca de 1.500 combatentes no total. No

Níger, alguns movimentos de insurreição foram registrados, inclusive com a morte de alguns turistas.

Na verdade, os nômades dispõem de poucos recursos para levar adiante este conflito. Armados na maioria das vezes por traficantes que atuam no deserto, vendendo armas usadas e obsoletas, eles também são pouco organizados, devido a antigas rivalidades tribais.

Segundo diplomatas da região, o governo do Mali não está disposto a dar-lhes total autonomia com medo de estabelecer um precedente para outros grupos étnicos no país.

Segundo Acherif, que participou da última rodada de negociações de paz, os tuaregues não querem ser dominados por ninguém, nem assumir uma cidadania que não seja a sua. "Queremos viver segundo nossa cultura e com dignidade."

Mas, para as autoridades do Mali, o problema não passa por uma incompatibilidade cultural. Segundo eles, se sua luta visasse apenas preservar sua cultura, os tuaregues não poderiam reivindicar um território, já que são um povo nômade.

Diplomatas malienses acrescentam que já houve um processo de aculturação irreversível em alguns casos, apontando como exemplo membros de tribos que são profissionais altamente preparados. "Rodar em um carro com metralhadoras é bem melhor do que montar camelos velhos e doentes", ironizou um diplomata.

Talvez os tuaregues nunca possam chegar a um acordo com o mundo moderno. Há tempos que o sabre, símbolo de nobreza e da autonomia deste povo, foi substituído por rifles e fuzis.

Mas, ao que tudo indica, estes pastores nômades que há séculos povoam o deserto continuarão a lutar pelo direito à sua independência, movidos pela convicção e pelo orgulho que têm de terem sido os primeiros homens a pisar o solo saariano.

De comerciantes a pastores

EM uma época já distante, os tuaregues viviam do comércio de produtos como ouro e sal, e até mesmo escravos, transportados em caravanas pelos mercados das cidades que margeavam o deserto. Além do comércio, o saque a cidades e a outros grupos de caravanas era uma prática comum entre eles.

Durante séculos, o próprio deserto serviu para protegê-los dos ataques de outros povos. Mas nem mesmo a imensidão do Saara impediu as sucessivas invasões das tropas de conquistadores. Quando a França colonizou parte do oeste africano no fim do século XIX, suas tropas derrotaram os nômades e escravizaram boa parte deles.

Além do nomadismo, outro aspecto que

caracteriza a cultura tuaregue é a criação de animais. Como a alimentação destes nômades é constituída de carne, leite e dos seus subprodutos, sua sobrevivência está diretamente ligada à existência dos rebanhos.

A consciência que os tuaregues têm do valor do rebanho para sua sobrevivência explica os cuidados particulares que cercam o gado. De fato, a busca de pastagens e água fresca para os animais – dois elementos raros no Saara – foram determinantes na formação da cultura tuaregue. "Sem dúvida, nosso nomadismo se explica pelo movimento do rebanho. Entre nós, há um ditado que diz que o rebanho segue a vegetação e o pastor segue o rebanho."

Os números não se comem

Mawusi Afele

Se aceitarmos a coincidente avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e de bancos privados ocidentais, o programa de ajuste estrutural que Gana aplica desde 1983 tem sido um êxito.

No entanto, o novo modelo econômico não goza de tanta aceitação no país. A insatisfação se concentra, sobretudo, entre a população de baixa renda, que sente mais diretamente os efeitos das controvertidas reformas.

Segundo o FMI e o Banco Mundial, o programa é o remédio apropriado para se conseguir a estabilidade e a reativação econômica. Para alguns burocratas e funcionários do governo, o programa do FMI foi um dos melhores planos econômicos adotados pelas autoridades na história de Gana.

As estatísticas são uma prova. Segundo Kwesi Botchwey, ministro do Planejamento, este país da África ocidental se distinguia por sua baixa produtividade, o crônico déficit fiscal, descontrolada inflação de três dígitos, supervalorização da moeda, sérias distorções na política fiscal e um poderoso mercado negro.

Após a aplicação do programa de ajuste, Gana entrou em uma etapa de recuperação. O Produto Nacional Bruto (PNB), que tinha caído 6,1% em 10 anos (entre 1972 e 1982), cresceu a partir de então a um ritmo médio de aproximadamente cinco por cento ao ano. A inflação baixou de 123% em 1983 para cerca de 12% ao ano em 1991. O déficit orçamentário é coisa do passado.

Os lucros deixados pelas exportações aumentaram, a oferta de bens manufaturados cresceu em consequência da liberalização comercial e a utilização da capacidade instalada industrial alcançou 64%. Os serviços de água, eletri-

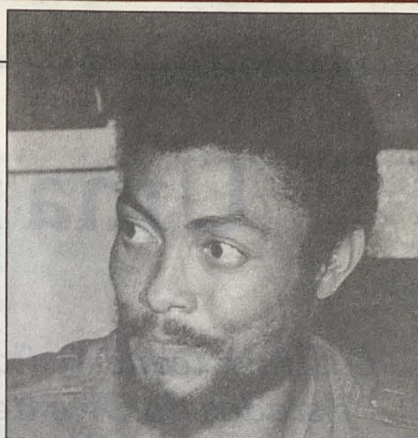


Após uma década de planos de ajuste supervisionados pelo FMI, a justiça social ainda não está presente nos indicadores que mostra o governo

cidade, telecomunicações, saúde e educação também melhoraram.

Tudo cor de rosa? – À luz de tais resultados, se poderia afirmar, como Botchwey, que o programa de recuperação econômica “freou a queda da economia e estabeleceu as bases para o crescimento”.

Para os críticos, no entanto, nem tudo é cor de rosa. O governo se limita a mostrar frias estatísticas e, infelizmente, “os números não se comem”, como disse Kwesi Pratt, um duro crítico do plano econômico. Na sua opinião, o programa empobreceu mais a popula-



O primeiro-ministro Jerry Rawlings

ção, reduzindo o poder de compra e aumentando o desemprego.

De acordo com Kwame Pianim, porta-voz de assuntos econômicos do ultradireitista Novo Partido Patriótico (NPP), cerca de quatro milhões de pessoas em Gana (de um total de 14,5 milhões de habitantes) estão subempregadas.

Centenas de milhares de trabalhadores que foram despedidos não receberam a capacitação necessária para incorporar-se a novos trabalhos, acrescentou Pianim. Uma onda de paralisações e greves – que nos últimos meses incluiu médicos, enfermeiros, professores, bancários e funcionários públicos – tem sido um claro sinal de que as medidas foram um forte golpe nos assalariados.

Magros resultados – Nas zonas rurais o governo pôs em prática, já em 1988, um programa para diminuir os custos sociais do ajuste, mas seu impacto não tem sido significativo. E o próprio primeiro-ministro de Gana, Jerry Rawlings, reconheceu que, embora o ajuste tenha freado a queda da economia, para o homem comum as reformas têm sido duras.

O golpe do ajuste econômico ainda está sendo sentido nos altos preços dos aluguéis, no custo da educação e nos preços dos produtos farmacêuticos, afirmou Rawlings. Alguns críticos também acrescentaram que o governo se endividou com o plano, através de empréstimos que o FMI, o Banco Mundial e os países da comunidade de doadores ocidentais canalizaram a Gana para financiar o programa.

Funcionários do governo, porém, respondem que o país recebeu aproximadamente 6,8 bilhões de dólares da comunidade internacional, a maior parte praticamente na condição de doações.

Uma mistura volátil

O difuso leque de fidelidades e identidades que existe em muitos Estados do Oriente Médio pode induzir a erro os estrategistas militares e analistas políticos ocidentais

Karen Kramer

Com a decisão de estabelecer uma zona de exclusão aérea no Iraque além do paralelo 32, os Estados Unidos e seus aliados afastaram, aparentemente, o temor de que ocorra um desmembramento daquele país e uma eventual aliança islâmica, entre os xiitas iraquianos e do Irã.

O pretexto para estabelecer a zona de exclusão era proteger os xiitas dessa região, que tinham sido atacados diversas vezes por tropas de Saddam Hussein. Mas cabe lembrar que, no auge da guerra do Golfo, os aliados não deram nenhuma proteção a estes xiitas quando se rebelaram contra Bagdá e foram brutalmente reprimidos.

Naquele momento, temia-se que o Irã obtivesse o controle do sul do Iraque — uma hipótese hoje descartada — e isso manteve afastados os aliados dos rebeldes iraquianos.

A nova política de Washington deve ter muito a ver com a frustração que sente o governo norte-americano pela permanência de Saddam Hussein no poder e com a impossibilidade política atual de uma ocupação iraniana do sul do Iraque.

A importância política que os aliados dão aos hipotéticos benefícios que Teerã receberia de uma adesão dos xiitas iraquianos talvez não lhes permita entender o complexo de adesões políticas a que estão presos os xiitas. Além disso, poderá impedir os estrategistas ocidentais de perceber outros riscos na região.

Laços complexos — A existência de importantes laços entre os xiitas de ambos os países é inegável. São vínculos

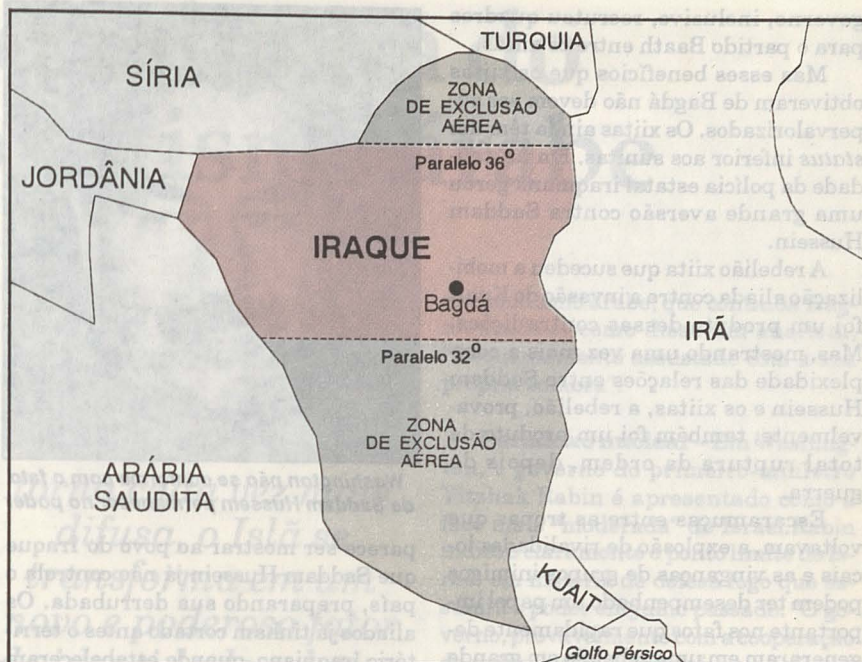


Xiitas do sul do Iraque protestam contra a decretação da zona de exclusão aérea

ORIENTE MÉDIO

IRAQUE

O objetivo da zona de exclusão aérea parece ser mostrar à população iraquiana que Saddam Hussein não controla mais o país, preparando o terreno para sua derrubada



que se solidificaram através da religião que eles seguem, o islamismo xiita, uma corrente do Islã que rompeu séculos atrás com o islamismo sunita, atualmente dominante.

No Iraque, enquanto o governo é exercido por uma minoria sunita, na região sul do país predominam os xiitas. O Irã, majoritariamente xiita, é o único país muçulmano que tem um governo xiita e sua população se misturou durante séculos com a do sul do Iraque, onde estão localizados os lugares sagrados da sua religião.

Mas, existem, há muito tempo, tensões entre esses dois povos xiitas em ambos os lados da fronteira. Tensões que refletem as diferenças existentes entre árabes e persas e também expressam o surgimento de uma identidade nacional iraquiana.

No Iraque, 55% da população de 18 milhões de pessoas são xiitas. Eles têm pouco poder político e seu status econômico é inferior ao de seus compatriotas sunitas, uma realidade que tem estimulado os grupos dissidentes dentro dos xiitas.

O mais importante desses grupos foi o *Al-Dawah Al-Islamiyah* ("Chamado Islâmico"). Formado em fins da década de 60, este grupo recebeu o apoio de Teerã na época do xã e, depois, durante o atual governo. Mas *Al-Dawah* não conseguiu o apoio maciço dos iraquianos. Ao contrário, seus laços com o Irã fizeram com que muitos xiitas iraquianos se mantivessem afastados do grupo.

As preferências se voltaram então para Sayyid Mohammed Baqi Al-Sadr, o mais importante aiatolá iraquiano, que lutava pelo estabelecimento de um Estado islâmico no Iraque e discorria abertamente do *Dawah*.

Saddam Hussein, consciente do perigo que representava uma figura com estas características, mandou executá-

lo em 1980. Enquanto isso, o grupo *Dawah* continua com suas bases no Irã e seus dirigentes são considerados pela maioria dos iraquianos quase como se fossem iranianos.

Contra a invasão – Esta falta de afinidade política entre os xiitas de ambos os lados da fronteira pode ser ilustrada com os fatos que ocorreram durante a guerra Irã-Iraque.

Em julho de 1982, o governo do Irã, baseando-se em pressupostos religiosos, decidiu levar a guerra – que já durava mais de dois anos – até o interior do território do Iraque, avaliando de forma equivocada que os xiitas iraquianos receberiam seus soldados com os braços (e as armas) abertos. Pelo contrário, a grande maioria dos xiitas iraquianos combateu a invasão da mesma forma como o resto da população do Iraque.

Os temores que inspirou uma hipotética vitória iraniana servem para que se estabeleçam as diferenças que existem entre os xiitas do Irã e os do Iraque. Esses iraquianos do sul se consideram xiitas, sem nenhuma dúvida, mas sua lealdade ao governo de Bagdá demonstra como no Oriente Médio é possível coexistirem várias identidades políticas, cada uma baseada em circunstâncias diferentes.

As identidades nacionais, em convi-

vência com fidelidades familiares ancestrais, identidades regionais e de facções formam uma verdadeira salada de vínculos que expressam, em grande parte, a juventude do Estado-nação na região. O Iraque moderno, por exemplo, foi fundado como um mandato britânico em 1920 e suas fronteiras não foram claramente delineadas até 1926.

Os historiadores já afirmaram que o grande construtor dessa nação foi a guerra. Mas, sem margem de dúvida, as políticas de construção do Estado executadas por Saddam Hussein têm contribuído para desenvolver a identidade iraquiana.

Esforço integrador – Ao mesmo tempo em que reprimia sem piedade os opositores xiitas e expulsava dezenas de milhares deles do país, Saddam defendia a cidade xiita de Ulema, realizava frequentes visitas aos lugares santos e destinava altas somas de dinheiro à construção de mesquitas e à organização de peregrinações de fiéis.

O governo de Bagdá, não satisfeito com isso, destinou ao sul xiita muitos fundos para o desenvolvimento, construindo estradas, escolas e hospitais. Com o crescimento de uma economia em grande parte estatizada foi aumentando o número de xiitas que começaram a trabalhar para o Estado, tornando maior sua integração ao sistema. O

ORIENTE MÉDIO

IRAQUE

governo, inclusive, recrutou quadros para o partido Baath entre os xiitas.

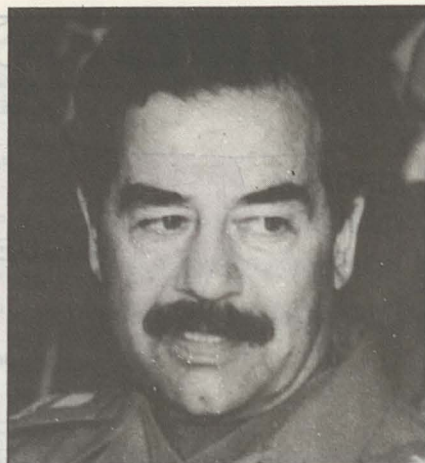
Mas esses benefícios que os xiitas obtiveram de Bagdá não devem ser supervalorizados. Os xiitas ainda têm um *status* inferior aos sunitas. E a brutalidade da polícia estatal iraquiana gerou uma grande aversão contra Saddam Hussein.

A rebelião xiita que sucedeu a mobilização aliada contra a invasão do Kuwait foi um produto dessas contradições. Mas, mostrando uma vez mais a complexidade das relações entre Saddam Hussein e os xiitas, a rebelião, provavelmente, também foi um produto da total ruptura da ordem, depois da guerra.

Escaramuças entre as tropas que voltavam, a explosão de rivalidades locais e as vinganças de grupos inimigos podem ter desempenhado um papel importante nos fatos que rapidamente degeneraram em uma rebelião em grande escala. Até hoje, os sublevados não conseguiram se organizar, o que facilita sua repressão pelo governo iraquiano.

A ameaça do caos – Hoje, poucos especialistas iraquianos pensam que os xiitas – agora parcialmente protegidos pelo bloqueio aéreo – se voltarão para Teerã. O potencial de deterioração da situação, porém, é real e ela pode degenerar em caos.

O objetivo da zona de exclusão aérea



Washington não se conforma com o fato de Saddam Hussein permanecer no poder

parece ser mostrar ao povo do Iraque que Saddam Hussein já não controla o país, preparando sua derrubada. Os aliados já tinham cortado antes o território iraquiano, quando estabeleceram um "cordão de isolamento" além do paralelo 36, oficialmente para proteger os curdos.

Como durante os dois últimos anos o Iraque se enfraqueceu muito politicamente, o perigo é que uma ruptura no governo central possa servir como estopim de choques entre as diferentes comunidades. Não se pode esquecer que muitas atrocidades foram cometidas por todos os grupos rivais nas rebeliões ocorridas depois que a guerra terminou.

Neste contexto, o risco potencial de uma intervenção estrangeira é maior. Do Irã ou de outras nações, porque os países da área apóiam algum dos grupos que se opõem a Saddam Hussein. Mas o perigo é que terceiros países interfiram no conflito, estimulando a rivalidade entre as facções internas.

Os Estados Unidos, por sua vez, deverão manter sua opção pela integridade territorial iraquiana. O fato de que neste país se encontrem as segundas reservas mais importantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) contribuirá para que os norte-americanos se esforcem em encontrar uma fórmula de solução que atenda a seus interesses.

Existe, porém, a possibilidade de que a situação fuja do controle, uma hipótese que exarcebaria as tensões entre os países de toda a região.

O relativo estado de desorganização em que se encontra a oposição iraquiana, apesar de suas declarações em contrário, dificulta a coesão política interna. Por agora ela se mantém unida em torno do objetivo de depor Hussein. Mas a oposição iraquiana pode cair em grandes contradições depois que tenha alcançado esta meta, especialmente devido às enormes diferenças na concepção do mundo de cada grupo. Inclusive dentro de cada um, internamente, existem diferentes correntes. Os principais dirigentes que residem no exterior, por sua vez, têm pouca credibilidade dentro do país.

Uma análise essencialmente moral exigiria adotar uma atitude imediata para proteger os xiitas, embora a situação no sul do Iraque seja cada vez menos clara. O país pode permanecer ou não unificado. Mas existe atualmente uma combinação de forças presente no sul do Iraque, que é extremamente volátil e pode ser mal avaliada devido ao peso dos interesses políticos imediatos e aos objetivos de curto prazo.

O governo iraniano (foto), baseando-se em pressupostos religiosos, se equivocou ao considerar que os xiitas do sul do Iraque receberiam de braços abertos as tropas iranianas durante a guerra entre os dois países



A decadência do nacionalismo árabe

Mushahid Hussain

Decorridos quase dois anos desde a guerra do Golfo, começa a se notar na região um dos seus legados de mais longo prazo: a substituição do nacionalismo árabe por uma nova identidade coletiva enraizada no Islã.

No ano passado, jornalistas ocidentais escreveram longos artigos sobre a decadência do panarabismo depois dessa guerra. Um proeminente ideólogo norte-americano da Nova Ordem Mundial, Bernard Lewis, mostrou-se entusiasmado em um artigo da revista *Política Exterior* com a "morte do mundo árabe como entidade política".

Outro analista político, Jim Hoagland, do *Washington Post*, escreveu que "atomizar a política árabe foi uma das principais metas dos estrategistas do Departamento de Estado durante a operação 'Tempestade no Deserto', ainda que não tenham podido reconhecê-lo publicamente".

Mas a alegria do Ocidente poderá durar pouco já que, sob muitos aspectos, o vazio criado pela erosão do nacionalismo árabe está sendo preenchido por uma radical identidade islâmica. Em 1992, o panorama político árabe foi testemunha da mudança: a vitória eleitoral da Frente de Salvação Islâmica (FIS), em janeiro, na Argélia; o aparecimento do Movimento Islâmico Palestino (Hamas), como principal força por trás da Intifada; e o êxito eleitoral do Hezbollah no Líbano, em setembro.

Em outras nações do Oriente Médio, como Tunísia e Egito, com governos que o Ocidente prefere considerar "moderados", as autoridades têm-se dedicado a reprimir com prisões e julgamentos o belicoso radicalismo religioso.

Força negativa - "Depois da morte de Gamal Abdel Nasser (do Egito), o nacionalismo árabe tornou-se uma força crescentemente negativa, com tons quase racistas", diz um destacado analista local da política islâmica. E cita

À medida que a condição de árabe em muitos países do Oriente Médio se torna cada vez mais difusa, o Islã se transforma em um novo e poderoso fator de identidade coletiva

nacionalistas árabes que justificam a guerra Irã-Iraque como um conflito entre os árabes e os persas.

Sem dúvida, a erosão do nacionalismo árabe começou muito antes da aventura de Sadam Hussein no Kuwait e dele ser punido por uma coligação militar liderada pelos EUA em janeiro de 1991. Mas é cada vez mais claro que os árabes só agora estão sentindo os reais custos políticos e econômicos da guerra do Golfo.

Funcionários do Banco Central de Abu Dhabi calcularam este mês que a guerra lhes custou um total de 620 bilhões de dólares. O montante inclui 84 bilhões de dólares em pagamentos diretos aos EUA, Grã-Bretanha e França para o esforço de guerra e 51 bilhões gastos pela Arábia Saudita para apoio logístico das forças norte-americanas. A destruição da infra-estrutura custou ao Kuwait 150 bilhões de dólares e o Iraque perdeu quase 200 bilhões por causa dos bombardeios.

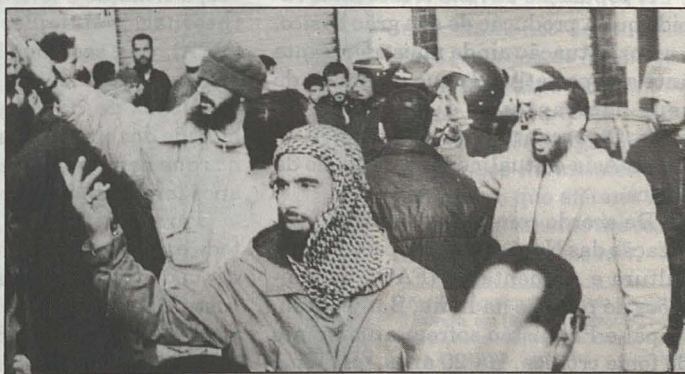
Mas o maior custo terá sido talvez para o

nacionalismo árabe, que continua fragmentado e, como disse um analista, "frequentemente assustado com a sua própria sombra".

Paradoxo nuclear - Em Washington, o governo do primeiro-ministro Yitzhak Rabin é apresentado como a face mais "moderada" de Israel. Rabin indicou claramente o ponto limite de Israel em matéria de defesa logo que assumiu o poder em julho passado: "O governo, provavelmente com a cooperação de outros países, dirigirá seus esforços no sentido de frustrar toda possibilidade de que qualquer dos inimigos de Israel chegue a ter armas nucleares."

Além disso, em agosto último, o presidente George Bush, em uma coletiva conjunta com Rabin, prometeu trabalhar com Israel "para evitar a proliferação de armamento convencional, assim como armas de destruição maciça", no Oriente Médio.

Para a revista *Middle East International*, publicada em Londres, "a idéia dos Estados Unidos se juntarem a Israel para prevenir a proliferação é *kafkaniana*. Pois foi Israel que se negou a firmar o tratado de não-proliferação, e não os árabes". E acrescentou: "É o cúmulo da hipocrisia apresentar os EUA alinhados com a única potência nuclear da região para presumivelmente atuar como polícia contra a proliferação." ■



A erosão do nacionalismo árabe começou antes da guerra do Golfo



Já há 18 milhões de hectares semeados com o novo arroz inventado na China

O desafio de produzir mais arroz

Uma semente híbrida desenvolvida em laboratórios chineses pode aumentar em 20% a colheita atual de arroz

Kunda Dixit

A menos que a produção agrícola consiga desenvolver-se no ritmo do crescimento populacional, as cenas de fome que hoje se vêem na Somália serão em pouco tempo lugar comum na Ásia, um continente que abriga mais da metade dos 5 bilhões e 200 milhões de habitantes do mundo.

A população da Ásia cresce mais rápido que a produção de seu grão básico, o arroz, situação ainda mais alarmante ante a expectativa de que o número de seus habitantes se duplique em 35 anos. O percentual de desnutrição no sul da Ásia é atualmente o dobro do da África.

De acordo com um estudo da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), 300 milhões de pessoas na Índia, Bangladesh, Nepal e Paquistão sofrem atualmente de fome crônica. Há 20 anos, quando a Ásia passou por um período de fome em

massa, os especialistas da FAO introduziram uma variedade de arroz que conseguiu contornar a situação de emergência no sul do continente e possibilitou que países muito povoados e importadores do grão, como Indonésia e Filipinas, conseguissem a auto-suficiência.

Alimento do futuro – Mas, desta vez, a situação é diferente. O Instituto Internacional de Pesquisa do Arroz (IIPA), com sede nas Filipinas, e que promoveu a chamada *revolução verde* da década de 70, calcula que mais da metade dos oito bilhões de seres humanos que habitarão a Terra dentro de 30 anos terá como prato básico o arroz.

Para satisfazer as necessidades de toda essa população – mantendo os inadequados níveis atuais de nutrição – o Instituto considera que a produção deveria duplicar, passando de 500 milhões de toneladas a um bilhão. “A corrida para não deixar a fome crescer na Ásia ainda

não está ganha”, assegurou Klaus Lampe, diretor geral do IIPA.

Os cientistas têm procurado reparar os efeitos colaterais sobre o meio ambiente da *revolução verde* mediante a promoção de pesticidas “não-poluíntes”, fertilizantes orgânicos de nitrogênio e práticas mais cuidadosas de irrigação.

Entre estas se encontram sementes que podem produzir melhores colheitas nas áreas montanhosas do Nepal e Butão, outras híbridas que crescem em terraços úmidos da Indonésia e uma terceira que pode sobreviver às inundações de Bangladesh.

Mas a tecnologia que tem dado esperança à Ásia é a do arroz híbrido, que pode aumentar as colheitas em 20% em arrozais irrigados, em comparação com as sementes convencionais.

Invenção da China – A tecnologia para o arroz híbrido se desenvolveu inicialmente na China, que agora possui 18 milhões de hectares plantados com o novo arroz. A produção da semente híbrida consiste em um intrincado processo, em que uma parte feminina estáril se cruza com uma masculina fértil para produzir um arroz melhorado.

A nova tecnologia foi introduzida pela FAO em países como Índia e Vietnã. Com financiamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a FAO está colaborando com a capacitação de cientistas indianos nas pesquisas do arroz híbrido para conseguir melhorias como as obtidas pela China.

A população da Índia chegará a um bilhão de pessoas nos próximos sete anos. Para alimentar tantos seres humanos, este país deve incrementar a produção de arroz nas zonas irrigadas com os novos híbridos, até chegar a um rendimento de oito toneladas por hectare em fins desta década. Mas os cientistas continuam preocupados porque, mesmo com esse aumento, as colheitas não serão suficientes para alimentar a população da Ásia dentro de 30 anos.

Os engenheiros genéticos estão tentando de fazer com o arroz o que fizeram com o tomate, que teve seus cromossomos alterados. Eles se propõem a sintetizar um *superarroz*, que possa aumentar a produção em até 15 toneladas por hectare.

O novo eldorado

O crescimento econômico dos países do sudeste asiático está provocando uma verdadeira corrida dos bancos japoneses, interessados em ocupar esse atraente mercado

Suvendrini Kakuchi

Os grandes bancos japoneses, como o Daiwa, Sanwa, Mitsubishi, Sumitomo e o Banco de Tóquio, entre outros, anunciaram planos para abrir filiais na Indonésia, Tailândia e Malásia.

As perspectivas de expansão das economias dos países que pertencem à Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean)¹ fazem com que os bancos japoneses instalem sucursais rapidamente naquela região. Os banqueiros japoneses olham com interesse para a Tailândia, por exemplo, já que esta nação quer se transformar no centro financeiro do sudeste asiático.

Além das novas sucursais do Banco de Tóquio e do Banco Sakura, a federação de banqueiros japoneses informou que outros seis bancos nipônicos vão pedir autorização para operar naquele país. "Isto é apenas o começo", segundo Asanao Ueda, especialista em assuntos da Asean, que "prevê um fluxo regular de dinheiro para a Tailândia, Malásia e Indonésia".

À exceção das Filipinas, espera-se para todos os países da Asean um crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) de seis por cento este ano.

Altas taxas de crescimento - Em contraste com a aguda recessão que enfrentam as nações ocidentais, e

inclusive o Japão, as economias da Asean tornaram-se um mercado atraente para os investimentos nipônicos.

"Muitos bancos japoneses sofreram um redução dos seus lucros nos mercados financeiros dos Estados Unidos e da Comunidade Européia, onde tiveram que enfrentar a recessão e uma forte concorrência", explica Ueda. "Em consequência dis-

so, estão transferindo seu pessoal para a Ásia."

Os países da Asean estão complementando suas dinâmicas taxas de crescimento com maiores facilidades aos bancos estrangeiros, o que constitui um incentivo adicional para os japoneses. Singapura era "a grande praça" para os bancos nipônicos até 1991, mas agora são a Malásia, Tailândia e Indonésia os lugares

mais procurados, na opinião do perito em assuntos da Indonésia, Shintaro Oishi.

Boa margem de lucro

A Malásia criou um centro financeiro na ilha Labuan, próximo à costa sudoeste das Filipinas, onde os bancos estrangeiros podem efetuar transações para não-residentes. O Banco Sakura já se instalou ali.

Já o Banco Mitsubishi, que em breve se instalará em Surabaja, considerou esse fato um avanço regional estratégico, pois naquela cidade operam numerosas companhias japonesas, o que garante ao banco um mercado fluido.

Segundo Oishi, "é natural que os bancos nipônicos procurem cidades onde companhias japonesas têm peso. Como as novas filiais serão, em sua maioria, empresas conjuntas, não há receio de que os bancos nipônicos dominem a cena bancária local."

Os bancos japoneses têm uma margem de lucro muito boa pelos créditos que concedem aos países da Asean, o que constitui outro grande incentivo. Na Indonésia, por exemplo, a taxa para empréstimos é de 24%, enquanto que a aplicada aos depósitos é de 14%. Uma diferença que significa grandes lucros.

Mas existem riscos nesse processo porque os bancos japoneses apresentam uma forte diminuição dos seus lucros, em consequência do cancelamento de empréstimos e perdas de *holdings*.

Para o especialista Ueda, "uma recaída econômica no Japão poderia significar a redução dos investimentos no exterior, o que afetaria muito o desenvolvimento dos centros financeiros da Asean".

¹Asean: organização formada em Bangkok, Tailândia, em 1976. Está integrada pelas Filipinas, Indonésia, Malásia, Brunei, Singapura e Tailândia. Seu objetivo é acelerar o progresso econômico e o desenvolvimento social e cultural da região



Bancos japoneses: o alvo agora é o sudeste asiático

Novas perspectivas para a Pana

Imobilizada por problemas financeiros e de natureza política, a Agência Panafricana de Notícias tenta sair da crise promovendo profundas mudanças no seu funcionamento

Edouard Bailby

Fundada há oito anos sob os auspícios da Unesco, dentro do espírito da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (Nomic) – que o governo norte-americano e a grande imprensa ocidental combateram sem trégua –, a Pana (Agência Panafricana de Notícias) está hoje moribunda.

A partir de sua sede em Dacar, ela não consegue mandar mais do que dez mil palavras por dia para dois países africanos apenas: a Nigéria e o Senegal, tendo renunciado a seus serviços os demais países do continente. Pior: a situação financeira da agência, onde trabalham cerca de vinte jornalistas, se tornou mais crítica nos últimos dois anos.

De fato, os Estados membros da Organização de Unidade Africana (OUA), que haviam se comprometido a prestar seu apoio financeiro, deixaram de pagar regularmente as suas contribuições, o que significa uma dívida superior a 15 milhões de dólares.

Preocupada com esta situação, que



ameaça privar o continente africano de uma agência continental de notícias capaz de contrabalançar a influência crescente das agências norte-americanas e européias, a OUA resolveu há poucos meses desenvolver a Pana sobre bases inteiramente novas.

Para isso, a organização se apoiou numa resolução da última Conferência Geral da Unesco, em novembro de 1991, que coloca duas condições *sine qua non* para o desenvolvimento de uma imprensa democrática: a independência das mídias em relação aos poderes estabelecidos e o pluralismo da informação, principalmente na África.

Nova convenção – Por ocasião de uma reunião realizada em Cartum, capital do Sudão, em outubro passado, os ministros de Informação da OUA deram um passo decisivo com a aprovação da nova convenção da Pana, cujo texto foi redigido por um comitê de seis membros (Camarões, Egito, Nigéria, Senegal, Uganda e Zimbábue), criado por eles para esse fim.

Durante um período transitório de

três anos, que começou em janeiro de 1993, um grupo de cinco conselheiros africanos organizará as novas estruturas da Pana. Primeiras medidas de ordem prática: diminuição do número de jornalistas, introdução da informática na gestão da agência, utilização de uma rede de comunicação via satélite e abertura progressiva de doze escritórios no continente africano, além de quatro em outras regiões do mundo, principalmente a França e os Estados Unidos, onde vivem numerosas comunidades de origem africana. O custo total deste plano, que deverá contar com o apoio da Unesco, está calculado em dez milhões de dólares.

Além do pagamento das contribuições atrasadas, a OUA espera contar com a entrada maciça de capitais privados na agência, graças ao estabelecimento de novas estruturas jurídicas que foram aprovadas pelos Estados membros da organização e pela Unesco. Com o desaparecimento progressivo do monopólio governamental da informação no continente africano, fonte de inúmeros conflitos, a Pana deverá começar em breve uma nova e importante etapa de sua história.

Desequilíbrio informativo – Em princípio, todas as medidas necessárias foram tomadas pela OUA para impedir que um grupo privado ou um organismo público acabe por controlar a Agência Panafricana de Notícias, com objetivos contrários à vontade dos seus fundadores. Porém, este é um problema complexo ao qual os países membros deverão estar particularmente atentos.

Por outro lado, no contexto atual de guerras étnicas e conflitos econômicos, não está provado ainda que as nações ricas farão o esforço indispensável para reduzir o fosso tecnológico e informático que os separa dos países menos afortunados.

Ruído na linha

Enquanto que as nações ricas dispõem de 700 telefones por mil habitantes, na África muitos países não possuem mais do que sete aparelhos por cada mil habitantes

Segundo pesquisas feitas pela União Internacional das Telecomunicações (UIT) e o Banco Mundial, existe uma relação direta entre o desenvolvimento de uma rede moderna de telecomunicações e a elevação do nível de vida, sobretudo no meio rural. Não há dúvida hoje de que a agricultura, a saúde, o ensino, o transporte e o comércio se desenvolvem muito mais rapidamente com um boa rede de telecomunicações. Basta reler a este respeito as declarações do sr. Jean Jipguep, ex-secretário geral adjunto da UIT, no último fórum internacional das telecomunicações, realizado em Genebra, em outubro de 1991.

Infelizmente, segundo as últimas estatísticas publicadas, os países menos desenvolvidos têm apenas sete aparelhos telefônicos por mil habitantes, contra 70 em média na América Latina e 700 nos países industrializados.

África: um caso dramático – O caso da África é particularmente dramático, quando se sabe que só Botsuana, Malaui, Marrocos, Suazilândia e Zâmbia dedicam pouco mais de um por cento do seu Produto Interno Bruto (PIB) aos investimentos nas telecomunicações (contra três por cento nos países ricos).

Rémi Godeau, na revista *Jeune Afrique*, assinalou recentemente que a África dispõe de dez milhões de aparelhos telefônicos em todo o continente, quando a França sozinha tem 28 milhões de aparelhos.

Além da má qualidade das linhas, vale lembrar a título de curiosidade que para telefonar de Dacar, capital do Senegal, para Libreville, capital do Gabão, é preciso passar por Paris. Outros exemplos poderiam ser citados que confirmam a dependência tecnológica dos países africanos em relação à antiga potência colonizadora.

Por aí se vê que as necessidades do

continente africano são consideráveis. Calcula-se que para passar de sete aparelhos telefônicos por mil habitantes para 25 seria necessário investir cerca de 30 bilhões de dólares. Mas, no quadro atual de crise, que países seriam capazes de levantar esse dinheiro num curto espaço de tempo?

Sem dinheiro para investir – O problema é tão grave que o Marrocos resolveu, a partir de 1984, dar a mesma prioridade nacional às telecomunicações do que ao ensino, assinando cinco anos mais tarde um contrato de aproximadamente 180 milhões de dólares com uma empresa francesa para começar a modernização de sua rede telefônica.

É bem verdade que a administração pública e as grandes empresas no con-

tinente africano dispõem de equipamentos sofisticados. Mas todos os demais setores da vida econômica e o grande público não têm aparelhos telefônicos em número suficiente para as suas necessidades básicas. Em todo o continente africano, o número de cabines públicas não ultrapassa quatro mil.

Na verdade, a África não dispõe de recursos financeiros suficientes, nem de muitos técnicos para desenvolver atualmente uma rede moderna de telecomunicações, tendo que importar a altos preços equipamentos produzidos nos países industrializados. Só com a ajuda de nações em desenvolvimento, como o Brasil, ela poderá talvez melhorar seu parque telefônico e instalar fábricas nacionais sem gastos exorbitantes. (Edouard Bailby)

Rede telefônica no continente africano

Países e número de aparelhos telefônicos por mil habitantes

Seychelles	209,2	Tanzânia	5,6
África do Sul	149,5	Camarões	5,5
Líbia	131,9	Madagascar	4,5
Ilhas Maurício	72	Moçambique	4,2
Tunísia	42,9	Benin	3,7
Argélia	42,1	Uganda	3,7
Zimbábue	32,3	Sudão	3,6
Suazilândia	29,5	Etiópia	3,1
Egito	28	Nigéria	2,7
Djibuti	19,2	Rep. Centro-Africana	2,6
Marrocos	15,5	Burkina Faso (ex-Alto Volta)	2
Quênia	15,4	Níger	1,9
Congo	12,9	Burundi	1,8
Lesoto	12,1	Chade	1,8
Zâmbia	11,9	Ruanda	1,8
Ilhas Comores	8,8	Mali	1,7
Angola	8,6	Zaire	0,9
Gana	6,3	Mauritânia	—
Malaui	6,3	Senegal	—

Fonte: União Internacional das Telecomunicações – 1988/1989

Democracia não floresce na miséria

Julius R. Nyerere*

A definição de democracia mais sucinta – e acredito que a mais aceita universalmente – é a formulada por Abraham Lincoln: um governo *do* povo, *para* o povo e *pelo* povo.

Sob essa definição, a democracia se assenta em dois princípios. O primeiro é que todos os seres humanos – todos os povos – têm os mesmos direitos e deveres na sociedade. E o segundo é que a sociedade está constituída pelo conjunto das pessoas, sem nenhuma exclusão. Se um destes princípios é relegado pelas estruturas de governo, então não há nem pode haver democracia.

A definição de Lincoln, no entanto, nada diz sobre como devem se organizar os povos para exercer seu próprio governo. Eu penso que talvez o povo de cada país deveria determinar por si mesmo como pôr em prática estes princípios, de acordo com suas próprias circunstâncias.

A verdade é que a democracia requer muito mais que o sufrágio universal, não importando se há ou não numerosos partidos.

A democracia exige garantias para a vida e para a liberdade das pessoas. Não tem sentido falar de democracia quando grupos rivais – em nossos dias com armas modernas – lutam pelo poder dentro de um Estado. O que significa a democracia para uma mulher em Mogadíscio, capital da Somália, que não pode socorrer seu filho à beira da morte por desnutrição porque pode ser ferida ou morta no caminho?

A democracia requer a aceitação geral de leis que devem ser cumpridas. Para os camponeses e os trabalhadores, qualquer sistema que garanta o respeito às leis é quase sempre melhor que um onde não impera a lei. Mas para que haja democracia, o estado de direito deve estar subordinado à justiça e não por cima dela. As leis devem vigorar tanto para os ricos quanto para os pobres, para as pessoas instruídas ou não.

Em particular, a democracia requer liberdade de culto. Algumas pessoas podem ser forçadas a obedecer os ritos e as formas externas de uma religião na qual não acreditam. Mas outras – como demonstra a História – suportarão torturas ou darão a vida para não renunciar a suas crenças.

A democracia requer também um grau razoável de estabilidade social. Uma ampla maioria da população deve sentir-se satisfeita com as estruturas e a organização da sociedade, e deve contar com a possibilidade de modificá-las por meios pacíficos, já que estabilidade não é o mesmo que imobilismo.

A democracia exige o acesso generalizado a um nível básico de alimentação, vestuário e moradia e que – pelo menos quando este nível é muito baixo – se limitem rigidamente as desigualdades econômicas na sociedade. A pobreza compartilhada pode ser um insulto ao potencial humano, mas a pobreza absoluta em meio à abundância não é compatível com a liberdade política.

A primeira prioridade de um faminto é conseguir comida para ele e seus filhos. Para não morrer de fome, mentirá, roubará e também votará em qualquer candidato que lhe dê alimentos hoje, prometendo-lhe outros mais amanhã. Aceitará de bom grado qualquer militar golpista ou qualquer ditador que pareça ter a explicação e a solução para seus males.

E embora trate da liberdade, esta lista de requisitos omite referências aos limites inevitáveis à liberdade em toda sociedade, já que a liberdade política não admite que cada um faça tudo o que quiser. A liberdade deve estar restrita pelos deveres e pelas necessidades da sociedade em seu conjunto.

Uma coisa, porém, está clara: a organização de uma democracia política – seus mecanismos, estruturas e convenções – deve estar determinada pelas condições históricas, geográficas, culturais e econômicas específicas da sociedade em que opera. Não só não tem sentido, como além disso se torna perigoso para a democracia, que as nações mais ricas exerçam pressão sobre os governos de nações subdesenvolvidas, para que adotem um tipo particular de sistema democrático.

É particularmente imoral que os líderes do Norte digam aos países do Sul: “Sejam democráticos, ouçam a voz do povo, sejam pluralistas, permitam a liberdade de imprensa”, e ao mesmo tempo os pressionem a adotar políticas extremamente impopulares (que eles mesmo elaboraram) de “ajustes estruturais” que submetem os povos do Sul a uma economia internacional injusta e controlada pelo Norte para servir a seus próprios interesses.

Isto nos leva a pensar que outra condição para a democracia seja um pouco de honestidade. Em último lugar, deve haver uma política a nível internacional para que ela possa florescer e subsistir, em suas variadas formas, dentro de cada nação. E em todos os casos, a democracia deve abranger tanto o controle dos fatores econômicos como dos políticos.

* Julius R. Nyerere foi presidente da Tanzânia desde a independência até 1985, quando se retirou voluntariamente da chefia do governo. É presidente da Comissão Sul desde sua criação em 1987.

A integração ao alcance de todos



As oportunidades de exportação e importação, *joint ventures*, investimentos e acordos de produção. Todas as informações para compreender a implantação o funcionamento e a expansão do MERCOSUL. Revista do Mercosul. Uma revista mensal bilíngüe de integração latino-americana.

ASSINATURA ANUAL • ARGENTINA: \$ 48.00 • PARAGUAI: G 72.00 • URUGUAI: N\$ 76.800 • BRASIL: Cr\$ 360.000,00

PAGAMENTOS EM CHEQUE NOMINAL À REVISTA DO MERCOSUL
EM SUA MOEDA NACIONAL.

Correspondência para:

Rua da Glória, 122/105 • Rio de Janeiro (CEP 20241) • Brasil • Fax: (5521) 252-8455 • Tel: (5521) 242-1957 • 222-1370

BANCO CENTRAL DO BRASIL

A 0001023363 A

100 000

100 000

CEM MIL
CRUZEIROS

A 0001023363 A

50 000

CINQUENTA
MIL
CRUZEIROS

A 2458099549 A

10 000

DEZ MIL
CRUZEIROS

A 4382087437 A

5 000

CINCO MIL
CRUZEIROS

A 2892009799 A

1 000

MIL
CRUZEIROS

A 8197055236 A

Com a Conta Fácil Banerj, a sua aplicação financeira e o seu tempo vão poder render muito mais. Agora, a operação de resgate é automática e na medida exata do que você necessita, para débitos acima de um valor mínimo. Sem que você precise sequer telefonar ao banco. Ou seja, aquele dinheiro a mais que ia ser apenas um trocado parado na sua conta corrente continua rendendo. Transforme já sua Conta Verde de Aplicações Financeiras em Conta Fácil Banerj. E aplique tudo a que você tem direito. Inclusive aqueles quebrados.

**AGORA, O DINHEIRO QUEBRADO QUE IA VIRAR
UM TROCADO CONTINUA APLICADO.**

CONTA FÁCIL

BANERJ O QUE ER
FAF FICO
MAIS FÁC